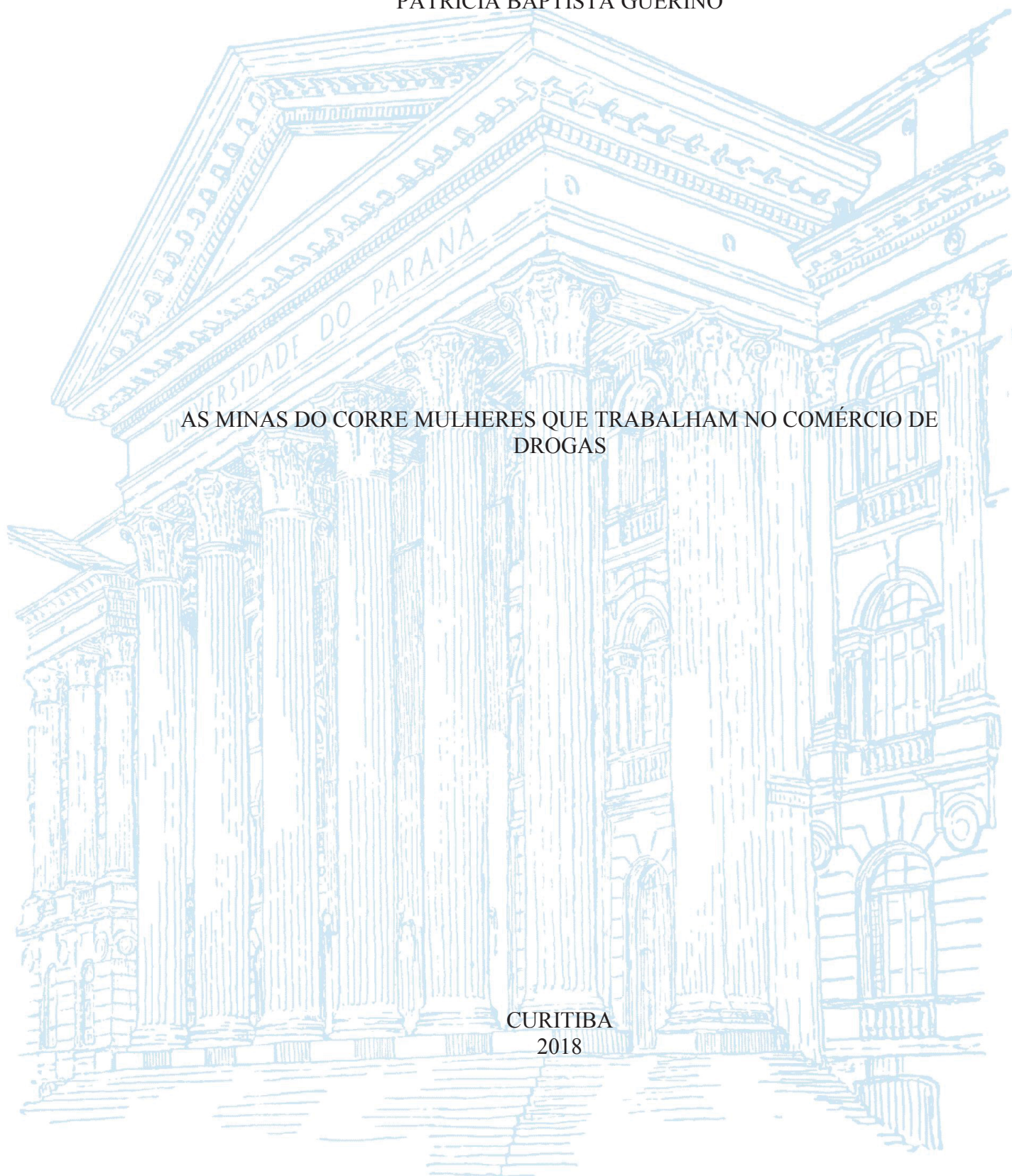


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRICIA BAPTISTA GUERINO

AS MINAS DO CORRE MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE
DROGAS

CURITIBA
2018



PATRICIA BAPTISTA GUERINO

AS MINAS DO CORRE MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE
DROGAS

Dissertação apresentada ao curso Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof (a). Dr (a). Marlene Tamanini

CURITIBA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR- BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR
Bibliotecário: Guilherme Luiz Cintra Neves – CRB9/1572

G932m Guerino, Patricia Baptista
 As minas do corre mulheres que trabalham no comércio de drogas /
 Patricia Baptista Guerino. – Curitiba, 2018.
 169 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2018.

Orientador: Marlene Tamanini .
Bibliografia: p. 161-166.

1. Mulheres - Trabalho. 2. Tráfico de drogas. 3. Drogas - Aspectos sociais.
4. Redes Sociais. 5. Sociabilidade. I. Universidade Federal do Paraná.
II. Tamanini, Marlene. III. Título.

CDD: 363.45



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de PATRICIA BAPTISTA GUERINO intitulada: **As Minas do Corre: Mulheres que trabalham no comércio de drogas**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 02 de Julho de 2018.

MARLENE TAMANINI

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

MILENA COSTA DE SOUZA

Avaliador Externo (UFPR)

SANDRO MARCOS CASTRO DE ARAUJO

Avaliador Externo (UFPR)

*“Ela desatinou, desatou nós, vai viver só.
Eu não me vejo na palavra fêmea: alvo de
caça Conformada, vitima...
Prefiro queimar o mapa. Traçar de novo a
estrada. Ver cores nas cinzas.
E a vida reinventar...”*

(Juliana Strassacapa)

AGRADECIMENTOS

À minha inspiração de vida e coragem para resistir as adversidades do caminho à você mãe que partiu logo no início desta trajetória, motivo de tantas lágrimas. Mas, permanece comigo a cada dia que respiro e lembro o quanto me ensinou a viver bravamente.

Ao meu querido pai, filhos Junior, Gabriel e Eduarda, irmãs e irmãos que sempre me incentivaram e souberam respeitar minhas escolhas. Ao Patrick meu irmão por não me deixar desistir e a disponibilidade para as longas conversas, leituras e percepções a respeito da pesquisa.

Ao Jackson meu companheiro. Por permanecer ao meu lado e tornar possível que estas linhas pudessem ser escritas.

Aos amigos e amigas. Pela torcida aguerrida, por dividir angústias, desejos. Estar ao lado de vocês com certeza foram momentos acalentados, prazerosos, que fazem a vida ser única.

À minha orientadora Marlene Tamanini. Por ser uma mulher singular, que trabalhou, sonhou e acreditou nesta pesquisa. E quando necessário me estendeu a mão, segurando firme e mostrando o lado humano da academia. Será sempre um motivo de admiração e um exemplo do “ser professora”...

Ao grupo de Seminários Metodológicos – Gênero, corpo e sexualidade (PPGS/UFPR). Pelas contribuições e acolhimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, à secretaria do PPGS em especial ao Katiano Miguel Cruz pelo profissionalismo e excelente trabalho desenvolvido e à CAPES pelo suporte...

E por fim, e não menos importante dedico e agradeço a vocês mulheres com histórias de lutas e resistências, que moram na Vila mais famosa do Brasil, que “de dia falta água e de noite falta luz...Nossa Senhora da Luz...”.

RESUMO

Este estudo investiga as interações sociais recorrentes em torno do agenciamento operado por mulheres que desenvolveram e ainda atuam em atividades ligadas ao comércio de drogas na cidade de Curitiba, com enfoque na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais – primeiro projeto de desfavelamento com a proposta de construção de moradias populares, construído nos anos 60 e localizada na região sudoeste atualmente no bairro CIC - Cidade Industrial de Curitiba. Com estas prerrogativas a mulher trabalhadora no mercado da droga constrói sua “carreira moral” e subjetiva que a denomina socialmente como: traficante, termo generificado que obscura as tensões, de poder, relações de gênero, cuidado e trabalho circunscrito neste contexto. Neste sentido, é relevante ainda a busca pelas discussões sociológicas que se propõem a analisar o fenômeno do comércio de drogas, relacionando-o com o (não) trabalho feminino, redes de sociabilidades “as parcerias”, visibilidade social e a criação de estratégias de sobrevivências tecidas por estas mulheres pobres configuradas em um cenário urbano periférico.

Palavras chaves: gênero e trabalho; comércio de drogas; redes de sociabilidades e cuidado.

ABSTRACT

This study investigates the recurrent social interactions around the agency operated by women who developed and still work in activities related to the drug trade in the city of Curitiba, with focus on Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais - the first project of unfastening with the proposal of construction of popular housing, built in the 60s and located in the southwest region currently in the CIC - Cidade Industrial district of Curitiba. With these prerogatives the working woman in the drug market builds her "moral and subjective career" that she calls her socially: trafficker, a generalized term that obscures tensions, power, gender relations, care and circumscribed work in this context. In this sense, the search for sociological discussions that seek to analyze the phenomenon of the drug trade, relating it to female (non) work, networks of sociabilities "partnerships", social visibility and the creation of strategies of survivals woven by these poor women set in a peripheral urban setting.

Key words: gender and work; trade in drugs; networks of sociabilities and caution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. DO BEIJU A PESQUISA.....	18
1.1 A Vila das “casas iguais”.....	22
1.2 A Vila sob o olhar d@s vileiro@s.....	29
1.2.1 Percalços e resitências: a vida fora da Vila.....	34
1.2.2 A Vila a partir da experiência do meu “eu beiju” - a pesquisadora.....	41
1.3 “Os de baixo e os de cima” – As divisões sociais na Vila.....	53
1.4 As minas – construção do objeto.....	69
2. O MERCADO DA DROGA.....	78
2.1 A produção da traficante.....	85
2.2 Olha “ela”, as minas – depende de quem “olha”.....	89
3. O CORRE – COMO TRABALHO.....	94
3.1 As mulheres no <i>corre</i>	96
4. “CORRENDO JUNTO” – AS REDES DE SOCIABILIDADES	110
4.1 Como são gestadas as redes de sociabilidades.....	111
4.2 Quem se expõe – níveis de visibilidade	117
4.3 Redes de proteção da vida e da família.....	122
4.4 As <i>minas do corre</i> – <i>usuárias</i> um outro lugar.....	125
4.5 A casa – <i>baia</i> e a rua o que constitui esse trabalho.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	163
ANEXO 1 – FOTOS.....	169

INTRODUÇÃO

Esta dissertação se insere nas linhas de Cultura e Sociabilidades, e na linha Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente, no seu eixo Trabalho e sociedade recortado pela perspectiva de gênero. Ambas do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Esta na interface analítica entre os estudos sociológicos com perspectiva de gênero e os estudos de drogas e desigualdades, que vislumbram as temáticas: gênero, trabalho, cuidado, tráfico de drogas, subjetividades de mulheres em situação de necessidade, inseridas socialmente em contextos de desigualdade social, econômica, cultural, portanto com pobre inserção cidadã. Estas experiências, outrossim, falam de mulheres e de suas possíveis “marcas” como sujeitos mulheres que são, cuja narrativa se expressa em as *minas do corre*. Assim, essa investigação sugere provocar um profícuo debate priorizando estas experiências narradas por elas mesmas. *Minas do corre* é um conceito nativo referente as mulheres que em suas experiências de vida como moradoras de uma Vila periférica na capital paranaense se inserem de modo singular no mercado de trabalho do “mundo das drogas”, exercendo em um contexto local atividades laborais diversas, ora na casa, ora na rua.

Por outro lado, estas mulheres estabelecem um “lugar”, alocado no campo do pragmático cotidiano, que acopla saberes, agências e sujeitos diversos e que também se constitui através de um sistema de valores dos moradores com quem elas se relacionam e compartilham mundos. Este lugar, mas, sobretudo, estas relações são pensadas nesta dissertação, em termos de espaço social, vida familiar, lugar do feminino no mundo das drogas. Neste espaço e nestas relações as mesmas ocupam-se de dinâmicas de vida que são experimentadas em suas trajetórias pessoais e coletivas, como “*minas do corre*” na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais no bairro Cidade Industrial de Curitiba.

No estado Paraná o comércio ilícito de substâncias psicoativas, alucinógenas tem entrada pela fronteira com o país vizinho no caso o Paraguai. A região de Foz de Iguaçu é alvo de operações policiais que por sua vez, desencadeiam uma série de medidas que visam restringir o tráfico internacional de drogas. Segundo estudos sobre o tema e dados da SESP – Secretaria Estadual de Segurança Pública somente no último semestre de 2017 foram apreendidas mais de 23 toneladas de drogas entre elas estão a maconha,

cocaína, crack, ecstasy e LSD. As regiões localizadas nos limites de fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai são utilizadas como rotas para o envio e distribuição de drogas para América e Europa.

Existe crescente tendência em relação as demandas de apreensões e autuações policiais no sentido de políticas que priorizem a repressão e são mantidas também na capital paranaense, dados da SESP apontam para um aumento de 40% de casos categorizados como tráfico de drogas ou consumo das mesmas no ano de 2017.

Neste contexto é pertinente ressaltar que as atividades relacionadas ao tráfico de drogas internacionalmente são tratadas na contemporaneidade pelos órgãos institucionalmente responsáveis e oficiais dos Estados em grande parte como um desafio, que se reverte a um entendimento de que se trata de um “problema social”.

Tal visão também é extensiva para as atividades relacionadas ao comércio de drogas na capital e região metropolitana. Fato este que se reflete diretamente nas implementações de políticas institucionais do governo estadual como as UPS – Unidades Paraná seguro.

Deste modo, a busca de solução para o chamado problema das drogas, assume um caráter de “dever” como situação de urgência. É desafio para todas as cidades, visando à manutenção de uma imagética de “ordem social” no campo de suas políticas. Contudo, ao justificar tal necessidade “ordeira” o reflexo disso é o investimento estatal com sua concomitante legitimação para que se efetuem políticas públicas obsoletas e fundadas no argumento do “inimigo comum”, cuja junção representa: o tráfico e o traficante.

Em diversos países ocidentais, com ênfase nos americanos, inclusive no Brasil, tais políticas se viabilizam através de campanhas sensacionalistas, difundidas midiaticamente como: a “guerra contra as drogas”. Isto, implica na produção legitimada de discursos socialmente generalizantes que homogeneízam os (as) agentes que participam das redes do mercado da droga, de forma tendenciosa produzindo “rostos de pessoas” diabolizados (as) pelo senso comum, mas não só, também pelas instituições com funções ordenadoras do social e vinculadas a políticas de assistência, regramento e normatizações.

A relevância deste estudo, entre outros fatores, ocorre justamente na análise das “agências” realizadas pelas *minas do corre*, que de antemão sugerem não se identificarem com elementos abstratos e propagadores de um “mal” social. Essas mulheres que assim se denominam são constituídas por rostos pobres que de algum

modo participam das redes de comércios de drogas, tecendo relações sociais e produzindo novas demandas no âmbito sociocultural, econômico e político.

Na contramão da constituição destas novas demandas o termo generalista e generificado “traficante”, corrobora para obscurecer a posição de sujeito das mulheres nas atividades. Essas mulheres se implicam com relações de poder, negociações e hierarquias nas redes desenvolvidas no trabalho do tráfico, aqui denominado como comércio de drogas. O que não nos permite gestar e delimitar corpos em torno de uma égide masculina (e masculinizante) associada ao termo como algo naturalizado, bem como, ao “mundo da droga”.

Agregado a estas premissas e a partir do trabalho de campo na Vila, constatei que além do termo traficante como mencionado, outros padeciam de limitações. De antemão, optei aqui pela designação comércio ao considerar tamanha complexidade para além das atribuições legislatórias-mercadológicas que circunscrevem os significados das trocas realizadas nas atividades relativas as demandas no mercado das “drogas” na Vila. Estas por sua vez, se estabelecem como parte das substâncias psicoativas que alteram a consciência e a percepção humana.

Por conseguinte, ainda sob o fator campo e levando-se em conta o que foi observado, destaca-se que vários interlocutores chamavam as mulheres do “movimento”, ou seja, aquelas que trabalham com atividades ligadas ao comércio de drogas com a designação de *minas do corre*. Isto remete a ideia de que são mulheres que estão na “correria” em busca de estratégias de sobrevivência desenvolvendo uma variedade de atividades entre o mercado de trabalho formal, informal, ilegal e o “não trabalho”.

Diante destas prerrogativas, essa investigação vislumbra como objetivo, analisar a partir das experiências vividas pelas *minas do corre* como estas realizam suas leituras explicativas da categoria de “ser traficante”, como delimitam seus discursos, seu lugar social e familiar, seu trabalho, em uma dinâmica social específica, no caso a Vila em questão.

Neste sentido o espaço-território, que constitui subjetiva e/ou objetivamente essas mulheres trabalhadoras possui: um legado, atributos e significados, estratégias, relações de poder. Isto posto, segue-se que para compreender esses elementos, se faz relevante versar brevemente a respeito do histórico-social, bem como, sua localização e sua importância para a cidade de Curitiba. Tais considerações contribuem para situar o presente estudo.

É sabido que a Vila Nossa Senhora da Luz tem sua importância justificada na história da cidade de Curitiba por ser o primeiro projeto de “desfavelamento” da Prefeitura visando a construção de moradias populares em 1966. No final da década de 1970 a “Vila” começa a ser noticiada com mais frequência nos veículos de comunicação devido ao comércio de drogas. Logo, também se estabelecem redes de ligações entre esse comércio e antigas atividades que já eram realizadas com mais constância, no caso os roubos a residências em outros bairros, ou de carros e furtos diversos. Deste modo, muitas pessoas migram das antigas práticas para o comércio da “maconha” (produto que se estabelece pioneiramente no ramo de drogas ilícitas na Vila).

Nesta trajetória a figura de uma mulher como “*Chefe*” de toda essa rede que se estabelece em torno do comércio de drogas é algo que salta aos olhos. Ao problematizarmos a questão de que vulgarmente e em uma análise semântica do termo traficante, o mesmo se encontra associada à representação do “masculino”.

Entretanto, foi a “Rainha do pó”, como era chamada pelos (as) moradores (as) a grande mentora da chegada da cocaína na Vila, quem avolumou rapidamente os negócios em torno do mercado de drogas local. Isto transformou esse fenômeno em uma fonte importante como fato gerador de renda e de sociabilidades para as (os) moradoras (es). A sua grande família – mas principalmente irmãs, irmãos e posteriormente filhas e filhos, juntamente com ela, foram às pessoas que comandaram a organização do trabalho, bem como, a manutenção de estruturas organizacionais – redes de sociabilidades em torno das atividades que constituem este trabalho. Estas compõem, entre outros elementos, uma rede relacional que se circunscrevem no interior das atividades referente ao comércio de drogas por mais de 20 anos.

De fato, após se estabelecerem as dimensões de um legado histórico-social, se faz essencial buscar o outro ponto que emerge da exterioridade da categoria denominada para essa análise: as mulheres que trabalham no tráfico.

Primeiramente, se há mulheres que trabalham no tráfico, tal fato ocorre porque suas atividades requerem pessoas que compartilhem com essa rede de distribuição, e de consumo de drogas e ou são questões vinculadas a trabalho e renda o que constitui uma outra moral para estes procederem. Mais especificamente, trata-se também que compartilham do uso de substâncias alucinógenas que permitem a mudança de estado (comportamento) do sujeito. Aspecto que não é algo novo e muito menos ímpar na história sócio, cultural de muitos povos.

Relatos diversos remontam a este histórico, cuja busca pela explicação e significação das relações sociais do homem com a natureza, esteve em muitos contextos, de certo modo, entrelaçado pelo uso de substâncias que de alguma maneira tiram o sujeito do seu estado físico habitual e servem como um elemento que permitiria experiências relevantes em busca da satisfação do corpo e da mente.

No entanto, é válido mencionar que as características econômicas e mercadológicas que estas substâncias assumem nas sociedades modernas, perpetuam a princípio a visão que motivaria seu comércio e um ganho preponderantemente monetário. Esse, contudo, é um ponto duvidoso a ser investigado no contexto desta dissertação. Assim, vislumbrando uma análise profícua a respeito desta premissa, se faz basilar perceber, como se estabelece através das práticas sociais ocorridas no trabalho do mercado da droga, a inclusão e exclusão econômica, social e cultural a partir não de uma lógica capitalista, mas do *corre* – práticas que se desenvolvem em torno das diversas atividades que se constroem em torno do trabalho no comércio de drogas.

E ainda, que este trabalho permita ao gerar renda para as mulheres trabalhadoras as *minas do corre* alguma espécie de ascensão social, e que isto seja legitimado como elemento preponderante e justificador de suas ações; deixa-se fora do debate parte importante deste processo se as agências das mulheres tecidas cotidianamente em suas vidas não forem consideradas.

Assim, sob a luz dos estudos de gêneros e das produções do movimento feminista é possível trazer para a discussão essas agências, bem como, as “*minas do corre*” considerando suas posicionalidades fluídas de sujeitos que ecoam em uma polifonia que tendenciona as múltiplas possibilidades identitárias dessas mulheres trabalhadoras.

Tais literaturas ao problematizarem a divisão sexual do trabalho e as próprias limitações nas abordagens do conceito de “trabalho”, desencadearam forçosamente uma série de contribuições às produções teóricas referentes à área da sociologia do trabalho, mas não só. Atualizam outras construções também para as mulheres no tráfico. Os estudos de gênero suscitaram a indagação a respeito da existência de categorias clássicas e universalizantes tais como: mercado formal, informal, trabalho, emprego, só para mencionar alguns. Deste modo, permitindo supor que as atividades realizadas pelas “*minas do corre*” estão “fora de um lugar”. Assim, constituindo-se práticas denominadas sob a perspectiva do senso comum como um “não trabalho”.

Cabe ressaltar que diante da tarefa de investigação desafiadora como esta que me propus. Considerando o fato de ser constituída da mesma matéria que meu objeto e de que ambos estamos carregados de subjetividades que perpassam inclusive a escolha em realizar essa pesquisa, posso dizer que o objeto desta investigação não foi escolhido ao acaso, remete a um lugar “familiar”. Ao qual antes de me tornar pesquisadora fui (sou) moradora. A Vila Nossa Senhora da Luz foi o “lugar” onde o meu “eu” subjetivo inicia sua constituição, ao experimentar os primeiros processos de socialização ainda na infância e posteriormente como trabalhadora na área da educação. Hoje ministrando aulas de história na escola de ensino fundamental 6º ao 9º existente no bairro.

Assim sendo, minha escolha metodológica para realizar esse estudo é perpassada pela: observação participante e pela etnografia. Para tanto, considerei o convívio por longos anos, como moradora (que de alguma forma sofreu influência e participou da rede de sociabilidades gestadas pelo comércio de drogas no local) um elemento essencial de viabilização da pesquisa.

Contudo, entender sociologicamente a constituição das subjetividades e agências operadas pelas *minas do corre* em seus trabalhos, faz um desafio instigante, sobretudo enviesado por múltiplas possibilidades ali inseridas em um espaço urbano onde a segregação espacial foi planejada por uma cidade que se intitula modelo urbanístico.

Com estes pressupostos acima expostos início a apresentação da estrutura desta dissertação. Perseguindo inicialmente refletir de que maneira mulheres *as minas do corre* tecem seus agenciamentos, bem como, suas estratégias de sobrevivências ao realizarem atividades ligadas ao trabalho no tráfico de drogas na Vila Nossa Senhora da Luz em Curitiba-Pr .

No primeiro capítulo busco tecer os caminhos percorridos e as nuances que trilhei na aproximação da pesquisadora e do campo. Foram “tijolos” nesta trilha, ou seja, são os elementos constitutivos das dificuldades de acesso, que eram e são bastante restritos a “Vila”, e que se constituem em conteúdos nem sempre fáceis de interpretar, sobretudo no que tange a realização de uma pesquisa com mulheres que atuam no comércio de drogas. Seguem-se ainda os perigos inclusive de integridade física que é fato desvelado no cotidiano local. Assim, a escolha fundamentada em algumas literaturas sociológicas que de forma semelhante realizaram pesquisas utilizando a etnografia como fio condutor foi o cerne, dos primeiros passos desta investigação, mas também um grande desafio a ser transposto.

Neste sentido, o legado histórico do “ser” da Vila, foi essencial diante da possibilidade de efetivar essa pesquisa. Tal fato é exposto na concepção de um “*eu beiju*”, que de alguma forma foi um dispositivo subjetivo cambiante, porém, determinante na aproximação direta com este objeto como uma relação a ser captada, desvendada, compreendida sociologicamente, ou ainda, das *minas do corre*. Utilizando-me deste “eu beiju” o campo é apresentado com suas “marcas”, com as histórias destas mulheres trabalhadoras. Apresento a constituição do uso das drogas e a significação atribuída ao modo de operar com elas, dentro do contexto nativo “Vila”, seus termos *bucha, baia, as ligas o corre*, são alguns dos aspectos; só para mencionar alguns. Também se apresentam as linhas de inserção que fazem com que estas mulheres se insiram e permaneçam nas atividades do comércio de drogas e que perfazem as discussões acerca deste capítulo.

Em seguida, disponho as análises diante de um contexto geral globalizado sobre o mercado da droga, amplamente difundido e categorizado como tráfico de drogas e o que isto significa para as *minas do corre*. Iniro neste debate as generalizações discursivas que não são desprovidas de interesses de grupos sociais específicos abastados; que levam vantagem diante do volume financeiro de transações econômicas advindas das atividades relacionadas a droga. O uso genérico do termo traficante, tráfico, drogas, perfila-se sobre o tecido das reflexões e análises destacadas sob a égide de um “mercado clandestino” que produz, distribui e comercializa seu produto.

No capítulo *O corre* como trabalho, busco identificar as atividades desenvolvidas pelas mulheres neste mundo do trabalho. Neste sentido, trazer à tona as discussões permeadas pela divisão sexual do trabalho e situá-la como uma tentativa de possíveis leituras a serem realizadas para a compreensão das atividades realizadas pelas “minas do corre” foi a primeira superação teórica proposta por esta investigação, que se estabelece no “cuidado” como fio condutor de uma das faces das agências exercidas pelas *minas*. Como é possível que se pense que estar no trabalho como as *minas do corre*, seja um tipo de cuidado? Com isso, a lógica do trabalho no “*corre*” realizada por essas mulheres no cotidiano de um bairro periférico, não se estabelece limitada pelas fronteiras do mercado de trabalho capitalista ao qual se identifica atributos relativos a ser formal ou informal, legal e ilícito, entre outros.

No quarto capítulo o “lugar” de sujeito destas mulheres trabalhadoras é uma das fontes profícuas que contribui para o debate que se propõe realizar, a partir da constituição de redes de sociabilidades. Locais que se colocam como elementos

fundantes do trabalho no comércio de drogas, da vida, bem como, do significado simbólico da constituição de sentimentos que circundam as práticas sociais e perfazem a moral que gesta o ser *parça* ou ainda “laços sociais” as denominadas parcerias entre os moradores, as (os) vileiro@s.

Assim, as agências protagonizadas por estas mulheres trabalhadoras fornecem pistas importantes para a compreensão do fenômeno social que se designa socialmente de forma abrangente como “tráfico de drogas”. Entender o contexto específico ao qual esse fenômeno se constrói, a partir de um bairro periférico é mirar em outras lógicas e possibilidades teóricas sociológicas que buscam produzir análises alicerçadas nas experiências destas mulheres que vivem e convivem em um ambiente que permanecer viva é sobreviver a cada dia.

1. DO BEIJU¹ A PESQUISA

Ao iniciar minhas primeiras análises do campo o que não consigo desvencilhar das minhas muitas lembranças são as percepções de “algo familiar”. Isto de certa maneira constitui a pesquisadora que se propõem a estudar mulheres que atuam na atividade do comércio de drogas. É como se a mulher que hoje escreve fosse concomitantemente permeada por um lugar (campo) que ora esta fora e ora está dentro dela, conforme bem dispõe Teresa de Lauretis (1994), ao afirmar que uma mulher pode estar dentro e fora de certas representações aprioristicamente postas. Aspecto que me é inspirado pelas teóricas do feminismo da diferença, para quem a experiência é instituidora do lugar do sujeito e de sua narrativa particular de mundo; sempre inscrita nas práticas micropolíticas, na relação com a subjetividade e auto-representação.

A constatação desse fato contribui para minha primeira identificação de pertencimento “pesquisadora-sujeito-campo” conforme proposta pela perspectiva de Teresa Lauretis (1994), que insere a ideia de sujeito (ex/cêntrico) na tentativa de elucidar inquietações subjetivas. Claudia Costa subscreve este conceito e ressalta que a autora considera a existência de experiências múltiplas para representar ou simbolizar suas posicionalidades, variáveis e conflitantes de um sujeito ambivalente. De modo que:

[...] O desafio de teorizar o surgimento dos interstícios ou dos espaços in-between, alojando identidades mais híbridas, reside em encontrar linguagens apropriadas ou tropos discursivos através dos quais se possa representar ou simbolizar as posicionalidades e experiências múltiplas, variáveis e conflitantes do sujeito(ex/cêntrico) [...]. (COSTA, 2002, p.83).

Assim, imbuída até mesmo pelo cheiro da fritura do *beiju* – bolinho de trigo, água e sal adaptado devido às necessidades na falta de ingredientes e as escassas condições financeiras ao molde nordestino. Era tipicamente preparado por minha avó materna na estreita cozinha da casa da frente e que invadia “*a meia-água*” construída nos fundos do terreno onde residi meus primeiros anos de vida na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais – CIC. Foram elementos que costuraram as minhas primeiras indagações a respeito do tema.

¹ Alimento (massa de bolinho, frito) preparado com trigo, usualmente utilizado no interior do Nordeste brasileiro, este um legado de povos indígenas tupis-guaranis.

Minha avó nordestina, analfabeta, com descendência indígena-negra que chegou grávida a cidade de Curitiba no final dos anos 50, depois de um percurso com saída da cidade de Canindé no sertão do Ceará, passando por Santos e posteriormente servindo de mão-de-obra escrava no interior do Paraná. Fugindo dessa circunstância de maneira heroica onde meu avô também nordestino descendente de negro se rebelou juntamente com um grupo de pessoas na mesma situação foram presos e enviados pelo então chefe de polícia local de trem a capital, faz parte desse legado histórico ao qual escrevo.

Entretanto, entender porque algo familiar como a prática do comércio de entorpecentes (atividade que fazia parte das relações e práticas sociais cotidianas dos moradores locais) e todas as relações sociais imbricadas advindas dessa atividade me ocasionava certo incomodo curiosidade e ainda uma preocupação, me despertou para uma reflexão de eventos vividos. Este ponto pretendo retomar à frente.

Desta forma, minha primeira percepção em relação ao tema foi refletir sobre o meu próprio posicionamento enquanto sujeito que se insere em um campo de estudo que carrega consigo um sentido simbólico ambíguo. De modo, que percorrendo as “travessas” da Vila, assim chamadas às pequenas ruelas enumeradas em números sequenciais, bem como, as praças que compõem o conjunto habitacional munida de cadernos, folhas, canetas, câmera fotográfica, cumprimentando uma pessoa aqui outra ali, distribuindo sorrisos, e imaginando estar em uma situação confortável nas primeiras investidas no campo com o objetivo de observá-lo. Deparei-me com sentimentos que de uma forma incontrolável invadiam meus pensamentos. Era o meu “eu” o mesmo do *Beiju*, ainda na primeira infância que corria de um lado do outro da praça “5” para apressadamente conseguir olhar o trem que passava fazendo aquele sinal inconfundível na esquina logo abaixo em direção a estação Barigui.

Este meu “eu” insistia em ficar, mesmo depois de continuar com o meu objetivo inicial naquele momento que era o de observar as pessoas nas ruas, nos quintais das casas, perceber a movimentação nas esquinas, nas praças. Depois de uma pequena parada para uma conversa com objetivo de retomar e reconhecer alguns possíveis contatos e interlocutores futuros com uma antiga moradora que é costureira faz muitos anos na Alameda 5 na Vila. Entrei em uma rua que novamente me trouxe lembranças. Entretanto, essas não muito saudosas.

A reconstrução da “cena” de um jovem rapaz ao lado do poste de luz na esquina próxima ao parquinho, com o corpo alvejado de balas por arma de fogo, no chão

sangrando e com o já colocado cordão de isolamento pela polícia, rodeado de muitas pessoas, choros, gritos eram uma mistura de sons e sentimentos que não me abandonam.

Este fato suscitou memórias que indicavam as marcas do “lugar” a qual pretendia analisar. Lugar esse que está associado às tão frequentes perdas de vidas ligadas as atividades do comércio de drogas e suas práticas imbricadas. Estas se ligam a questões de violência urbana, rede de parentesco, disputas de território e poder, códigos e símbolos instituídos no local entre outras, e que ao longo do todo o tempo em que morei na Vila foram eventos que por diversas vezes se repetiram.

A partir de algumas investidas no campo me deparei com a necessidade de situar esse lugar. A constatação de minhas próprias memórias como um lugar que era algo relevante e imbuído de historicidade levou-me as minhas primeiras indagações. Estas se ligavam a perceber a importância das marcas, talvez em um primeiro momento de maneira intuitiva, mas depois identificando as percepções presentes na tentativa de apreender o que as *minas do corre* e não só estas, mas o que os outros interlocutores diziam, fossem eles de maior ou menor relevância para a pesquisa. Pressupondo assim, que durante a estadia no campo todas as pessoas pareciam fontes possíveis e passíveis de ter informações, e, que em algum momento poderiam me fazer avançar na pesquisa.

Desta forma, a compreensão da existência de um movimento social, bem como, suas práticas presentes no campo é algo dinâmico, um objeto fluído e remete a ideia de uma teia de movimentos conforme é apresentada por Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000) e que se tornou significativa ao pensar na fluidez do meu alvo de pesquisa:

[...] As teias de movimentos abrangem mais do que suas organizações e seus membros ativos, elas incluem participantes ocasionais de eventos e ações e simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos, universidades, outras instituições culturais e convencionalmente políticas, a igreja [...]. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000 p. 37).

Isso equivale a encontros e conversas inusitadas, desde um curto diálogo com um ambulante que está de passagem pela vila e que vende panelas, jogos de lençóis, até perpassando por pessoas paradas em uma fila do posto de saúde na Praça “4” a espera de um atendimento ou consulta médica, ou ainda com possíveis moradores (as) antigos que transitam pelas ruas e praças sem pressa, ou os adolescentes (alguns alunxs das escolas nas quais eu trabalho no bairro).

Com outra conotação, já vislumbrando um trabalho sistematizado, também foram fontes de pesquisa e material utilizado para esse estudo, entrevistas e conversas previamente agendadas com lideranças no local (como presidentes de associações do bairro, ONG, ou ainda a diretora de uma das escolas que permanece a 25 anos na direção de uma mesma escola na Vila). A aproximação com esses últimos colaboradores, pretendo retomar à frente.

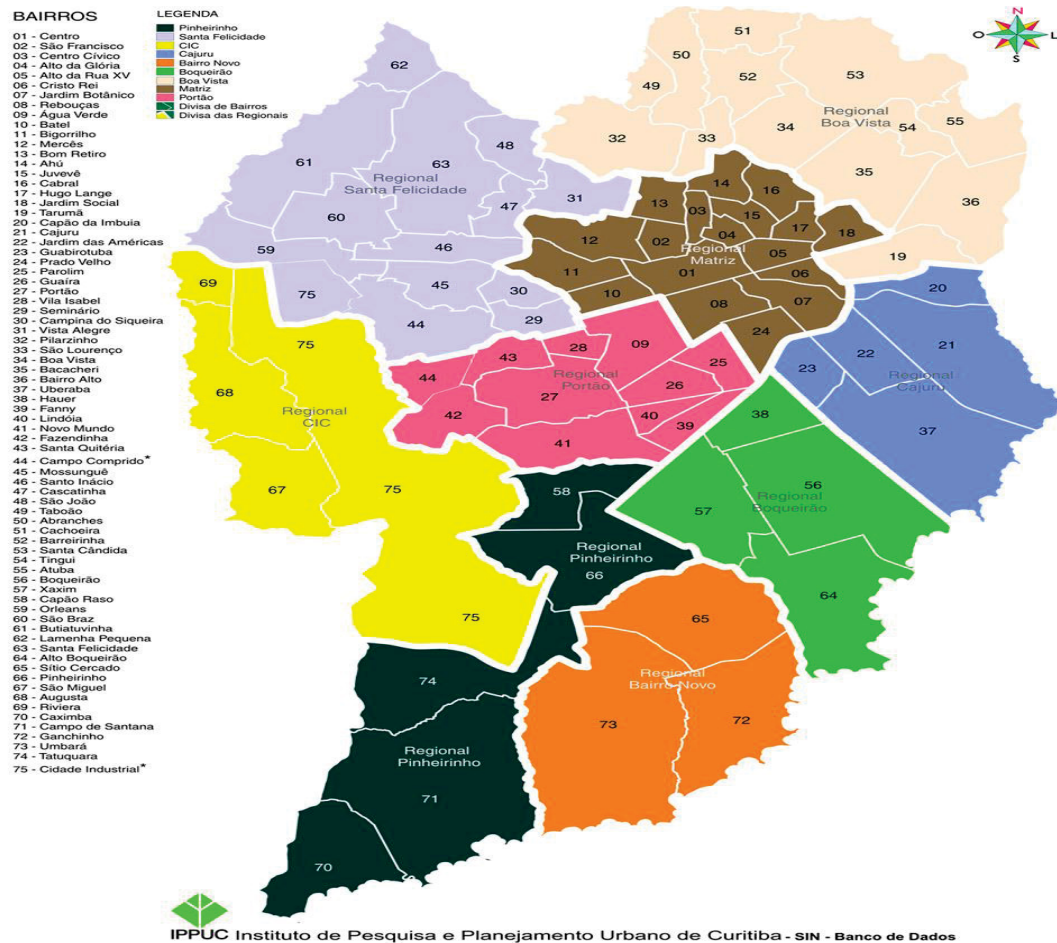
Neste sentido, eu percebi a importância de elementos histórico-sociais que constituem a representação deste lugar “Vila” para os (as) moradores (as).

Assim, parti em busca de informações em campo que auxiliassem nesta difícil tarefa de apreender “as marcas”, produzidas por um possível legado histórico e que permanecem simbolicamente presentes no imaginário discursivo dos moradores.

Deste modo, decidi adotar como estratégia conhecer as histórias das primeiras famílias moradoras e como se deu a ocupação dos territórios (espaços fortemente marcados por disputas, relações de poder, parentesco e relações de gênero) no interior da Vila. Considerando que tais relatos e histórias fossem colaborar para o entendimento de como se constitui determinados espaços-lugares socialmente demarcados.

Neste ponto é extremamente relevante ressaltar que minha entrada nesses segmentos para utilizar-me de tais fontes só se deu através da existência de uma rede de contatos de ordem pessoal tecida em momentos vivenciados desde a formação do meu “eu-beiju”, ainda na infância que antecedem o início da pesquisa.

Minha premissa ao me aproximar deste campo era a de que a história da Vila e das pessoas que lá viviam, sublinhavam elementos que podiam ajudar a tecer possibilidades de análises, considerando-se a perspectiva de “lugar”, as redes de parentescos e agenciamentos, a unidade doméstica para esferas mais amplas. Portanto, segue-se a narrativa do que eu pude coletar, observar (a partir do ponto de vista dos (as) moradores e moradoras da Vila), que atualmente situa-se no maior e mais populoso bairro, a Cidade Industrial de Curitiba – CIC, localiza-se a sudoeste da cidade e faz fronteira com a cidade de Araucária região metropolitana da capital.



Mapa da cidade de Curitiba dividida em Regionais administrativas – Cidade Industrial área setor 75
Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC

1.1 A Vila das “casas iguais”

A Vila das “casas iguais”, assim era denominada a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, pelos planejadores da COHAB- CT. Esta expressão ganhou ênfase devido ao fato de ser a primeira experiência de planejamento urbano de moradias populares na cidade de Curitiba em meados dos 60 do século passado².

² Apesar da expressão “casas iguais” a Vila possuía projetos com plantas diferenciadas de casas. As casas foram planejadas para famílias de até 4 membros e as casas maiores para um número superior de membros por família. Foi previsto no projeto a possibilidade de aumentar a casa, conforme as necessidades das famílias, por isso as casas foram tipificadas pela COHAB-CT como “casas embrião”. A expressão “casas iguais” também se refere a disposição das casas em travessas, alamedas e praças,

Neste contexto, foi útil um trabalho monográfico de conclusão de pós-graduação em História realizado em 2005 no qual havia me proposto a fazer um estudo sobre a história da formação do núcleo habitacional – Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

Isto posto, me debrucei a coletar dados e documentos históricos como: projeto arquitetônico, notícias em jornais, relatos de alguns moradores, contratos entre moradores e COHAB, fotos; qualquer tipo de registro ou fonte histórica se tornou relevante para o tecimento desse primeiro trabalho.

O fato de ter sido funcionária pública da Prefeitura Municipal de Curitiba desde 1995 e principalmente, de ter trabalhado por longos anos na Secretaria de Obras Públicas – SMOP foi me permitindo dar os primeiros passos. Estes foram necessários para realizar o trânsito que era imprescindível, e que envolvia tanto o interior dos órgãos públicos, quanto muitos técnicos e fiscais de obras públicas e engenheiros civis, os quais não raramente, desenvolvem carreiras profissionais e trabalham por muito tempo dentro de um mesmo órgão ou repartição pública.

Nesta trajetória profissional eu também me aproximei devido a trabalhos e cursos de formação designados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas - SMOP de alguns funcionários do IPPUC, mais precisamente de engenheiros civis de carreira. Estes gentilmente me auxiliaram prestando informações de ordem técnica que foram importantes para compreender o projeto arquitetônico que idealizou e posteriormente se efetivaram as plantas das casas e das ruas da Vila.

A partir desta aproximação eu obtive acesso a documentos, bibliotecas e entrevistas realizadas com funcionários (as) da COHAB, PMC e IPPUC. Este período de coleta de dados foi longo com visitas constantes pelo menos uma vez por semana a um dos órgãos públicos mencionados, durante mais de 8 meses.

Naquela ocasião, utilizava uma perspectiva histórica não era o meu objetivo fazer um estudo analítico sociológico das *minas do corre* apesar de as mesmas já fazerem parte desse contexto histórico sobre o qual eu escrevi. Foi em um período posterior que o meu olhar sobre estas mulheres me despertou para novas indagações.

Entretanto, após as primeiras investidas no campo já com o intuito de realizar este estudo percebi que tais fontes poderiam ser úteis para uma dissertação. Ao ler, reler e escutar as narrativas das *minas* e observar o campo, algo me chamou à atenção.

Ao me deparar com as relações estabelecidas entre os interlocutores e a Vila

fazendo com que a Vila pareça um labirinto para aqueles que andam a pé por ela sem conhecê-la de modo aprofundado. (Diário de campo – Entrevista com Glória em 08/08/2016 moradora antiga).

como um lugar com história e esse legado não raramente voltando às falas e discursos dos (as) interlocutores (as) como algo presente, um elemento foi perceptível. Já nas primeiras conversas com antigos moradores (as), um deles ao se referir a Vila já sabendo do meu intuito de abordar o comércio de drogas menciona:

Ah, sabe pra você entender sobre as vendas da droga aí. Tem que falar da história da Vila. Da repartição do pessoal que veio nos tempos antigos. Sabe de onde veio o pessoal daqui de baixo, o pessoal lá de cima. Tinha toda uma separação. O pessoal que começou a vender, sabe para você entender. Até como era as casas e porque as pessoas começaram a botar preço em uma peça e deixar que o pessoal trabalhe ali, do jeito que a gente vê hoje. (Diário de Campo – 10/03/2015)³.

Para compreender esses pressupostos. Iniciei a busca pelas fotocópias de documentos e quaisquer fontes possíveis que eu havia guardado em caixas, pastas e arquivos digitais antigos em minha casa.

Ainda de forma preliminar realizei algumas leituras de documentos fotocopiados que fazem parte do meu acervo pessoal e um livro antigo chamou-me atenção por apresentar a filosofia básica da COHB-CT e a política habitacional para Curitiba, sob o ponto de vista da administração pública do período:

[...] Criada para formular e executar a política habitacional do município de Curitiba, em consonância com a política nacional de habitação, a filosofia básica da COHAB-CT não é distribuir casas, mas dar a oportunidade de acesso à casa própria as famílias de renda mensal inferior a três salários mínimos. Os primeiros moradores foram retirados em sua maioria de áreas de favelas na Rebouças, Vila Guaíra, Rio Belém e Santa Quitéria. A maioria de origens do norte do Estado[...]. (COHAB-CT, 1968, p.1).

Deixado o estrelismo das autoridades em face da inauguração do Núcleo Habitacional em 1966, é importante destacar que pela distância do centro da cidade nota-se uma tendência de segregação espacial a qual foram submetidos os recém-moradores as 108 famílias que foram relocadas das áreas de “riscos” próximas a localizações mais valorizadas pelo mercado imobiliário. Os moradores ao fundo de uma

³ Nesta dissertação todas as pessoas tiveram seus nomes trocados o que é comum fazê-lo em pesquisas acadêmicas desta natureza. Mesmo diante, do fato de muitas “*minas do corre*” e também de outras pessoas que de algum modo participaram da pesquisa acharem desnecessária essa prática e até insistirem para terem seus nomes mencionados no trabalho.

das fotos da inauguração, quase passam despercebidos como se fossem figurantes de um cenário de uma peça teatral, onde não seriam eles, os atores principais.



Foto: Inauguração Vila Nossa Senhora da Luz
Fonte: Arquivo – COHAB / 1966



Foto: Inauguração Vila Nossa Senhora da Luz
Fonte: COHAB- CT / 1966

A CIC - Cidade Industrial de Curitiba (esta foi inaugurada somente 6 anos após a inauguração da Vila, que hoje compõe esse bairro) atualmente o maior e mais populoso bairro da capital paranaense. A inauguração ocorreu em 1973 na gestão do prefeito Jaime Lerner. Diante desse fato, cabe refletir. O que havia ao redor daquelas 2.176 casas construídas aproximadamente no final da década de 60?

Na escola mais antiga da Vila que tem o mesmo nome do Núcleo Habitacional, existem arquivos e registros que apontam para os aspectos precários da Vila Nossa Senhora da Luz nos primeiros dois anos. Nela se destacam vários pontos: a falta de comunicação, só existia dois telefones públicos e um não funcionava. Havia insuficiência de pessoal para atender na delegacia improvisada na Praça 1, faltava admissão de voluntários para execução de serviços e em muitos casos fazia-se mal uso da autoridade que lhes era dada. O corpo de bombeiro era inexistente. Faltava pronto socorro e por fim, faltavam elementos básicos como água, luz, transportes.

Será que os planejadores, autoridades políticas, órgãos gestores (COHAB e PMC) e órgãos financiadores (BNH e USAID⁴) não haviam feito estudos considerando

⁴ Banco Nacional de Habitação e Agência dos Estados Unidos para desenvolvimento internacional (United States Agency for International Development).

como as pessoas iriam viver após a entrega das casas? Onde iriam trabalhar e estudar? Não havia como absorver a mão-de-obra porque simplesmente não havia nenhuma outra instalação empregatícia de grande porte no local, somente as casas. Os moradores que trabalhavam tinham que se deslocar até o centro da cidade.

Diante destes apontamentos mencionados a respeito do papel dos órgãos planejadores, gestores públicos a respeito da Vila é necessário agregar a esta reflexão as noções que permeavam os âmbitos de ordem social e político, no qual a criação do Núcleo Habitacional e a construção de moradias populares seriam para resolver os problemas de moradias irregulares na cidade na década de 60 a 70, face o grande crescimento populacional da capital⁵.

No entanto, ocorreram acordos políticos entre o grupo de gestão do Prefeito Ivo Arzua e aliados para que a inauguração do Núcleo Habitacional ocorresse sem terminar todas as fases construtivas previstas no projeto original da COHAB. Isto sem considerar que não havia no momento as condições básicas para se manter até mesmo economicamente a população que fora levada a princípio com muitas promessas.

A ideia forjada de solução para o problema de moradia em Curitiba começa a ser questionada. A “terra prometida” apresentava grandes dificuldades de se consolidar: “[...] A alegria [...] a princípio, contagiava a todos, e parecia que a miséria sofreria o sopro cáldido do milagre. Assim, sonharam os favelados. O núcleo da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais seria a Canaã, de que nos fala a Bíblia[...]”. (GAZETA DO POVO, 1971 p. 5).

Há na Vila quatro ruas de comércio que são localizadas em quatro pontos norte, sul, leste e oeste. As praças estão compostas da seguinte maneira: cada praça tem 8 travessas que atualmente possuem nomes de ruas. Entretanto, não são assim denominadas pelos moradores. Eles costumam se referir a travessa por número e também a alguma pessoa específica. Por exemplo: lá na travessa 56 da fulana de tal. As travessas possuem 8 casas. Uma de frente para outra. O espaço é estreito não passam dois veículos. O projeto da COHAB não planejou locomoção com veículos. Devido, o mesmo ser planejado para a população moradora de áreas denominadas pela COHAB como regiões de favelas, e baixa renda.

⁵ O primeiro levantamento realizado pela COHAB-CT sobre os problemas das favelas em Curitiba foi realizado em 1965 que realizou a existência de 1.185 famílias faveladas com um total de 5.221 pessoas. “Além destas, cerca de 4.000 famílias de recursos modestos, casas de cômodos, etc., sem atingir, porém, as condições sub-humanas características de favelas”. (COHAB, 1968).

As praças possuem 38 casas que formam a frente da praça e constituem também as esquinas. O projeto original previa casas de 24 a 40 metros quadrados. Atualmente, essas medidas são diferentes. Face o grande número de coabitações, aumentos, em cada lote de terreno. Os chamados “puxadinhos” ou as “meias-águas” como se fala na Vila.

Assim, a primeira impressão é que a Vila é o lugar das casas iguais. Ao andar a pé pelas praças e travessas, aos olhos dos de “fora” (aqueles que não são moradores, nem de áreas fronteiriças) é que a Vila é constituída por um perfeito labirinto de ruas. E, que nele as pessoas de “fora” facilmente se perdem, até mesmo a polícia quando pouco informada sobre o local se perde e têm dificuldades de deslocamento para chegar de um ponto do outro da Vila.

						PRAÇA		
						RUA MAIOR		
A L A	CASAS	CASAS	CASAS	CASAS	CASAS	R u a	CANCHA DE AREIA E QUADRA POLIESPORTIVA	R u a s
	CASAS	CASAS	CASAS	CASAS	CASAS			
M E D A	TRAVESSA					S	RUA QUE SEPARA CANCHA E PARQUINHO	a c
	CASAS	CASAS	CASAS	CASAS	CASAS			
S	CASAS	CASAS	CASAS	CASAS	CASAS	a c	PARQUINHO	a c

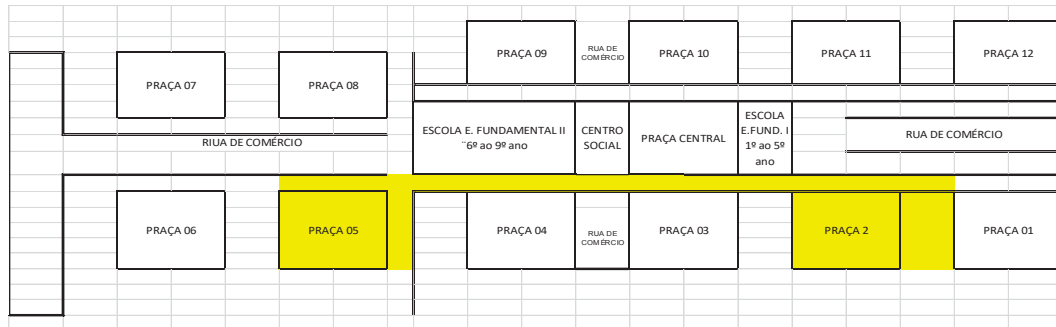
Fonte: Diário de Campo/ Croquis: Praça 5 – Vila Nossa Senhora da Luz
 Autora: Patricia Baptista Guerino, 05/07/2015.

Aos poucos as expectativas de uma “vila paraíso” foram sendo substituídas pelas dificuldades as quais os primeiros moradores foram submetidos, tendo que transpor as limitações de ordem de infraestrutura das casas. Faltavam até mesmo água e luz, a distância de outros bairros, centros comerciais, a falta de emprego e o difícil acesso de transporte (seja pelas poucas opções, inclusive de escassa disponibilidade de horário ou pelo preço pago da passagem de ônibus ou trem).

É com esta prerrogativa de uma Vila planejada que esta “cidade de concreto” ganha vida. A Vila Nossa Senhora da Luz não é apenas um lugar a mais dentro da CIC, é mais do que a cidade inventada, segregada, do que a Vila das casas “iguais”, ela foi construída por pessoas que resistiram e tecem suas vidas diante de tantas adversidades e

fazem a história desta Vila tomar parte das muitas histórias das famílias que viveram, cresceram nela e hoje continuam convivendo no local.

1.2 A Vila sob o olhar d@s vileir@s



Fonte: Diário de Campo /Croquis: Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais - CIC
 Autora: Patricia Baptista Guerino, 05/07/2015

A denominação de vileir@s” insere-se na posição de sujeito vinda da narrativa de vida das moradoras e moradores da vila. Refere-se primeiramente, a uma representação de lugar que não está circunscrita somente ao elemento geográfico. Somado a ele, se estabelece um sentimento de pertencimento que tem arraigado uma forte tradição histórica que permite supor a existência de um legado que se constitui através de códigos morais, de honra, prestígios de ordem simbólica e relações de poder, que permeiam as sociabilidades existentes no cotidiano da Vila.

Isto posto, a escrita do termo “vileir@s” com arroba será mantida no texto a partir de pressupostos que nos sugere refletir a respeito da “representação de um lugar social”, que busca desvelar e/ou combater estigmas espreitados na sociedade e também aquelas situações que, naturalizadas, permaneceriam silenciadas ou tomadas como consensuais. Trata-se, como vemos, de um termo que nos confere uma posição política, haja vista, que o uso desta nomenclatura é dada neste contexto como um elemento de estreita relação entre a língua, linguagem e modos de perceber e constituir a realidade social nativa.

Deste modo, famílias inteiras tiveram suas vidas modificadas ao mudarem para a Vila Nossa Senhora da Luz. Para uma grande parte das famílias esta mudança gerou expectativas permeadas pela esperança de um futuro melhor, principalmente baseando-se no princípio valorativo presente na fala de diversos moradores locais os quais

repetiam muito a expressão, de poder “ter ou estar” em “algo que é meu”, referindo-se a posse das casas. (Diário de campo – 04/01/2017).

Tal pensamento foi identificado também nas falas dos pais de Maria da Luz que mudou-se ainda pequena com sua família para a Praça 7, nos modelos chamados de casa grande na Vila, que eram as casas estilo “chalé”, estas eram designadas para famílias com mais de 5 membros por núcleo familiar. Os pais de Maria da Luz eram naturais da cidade de Canoinhas- SC. E como muitos outros moradores, vieram para Curitiba no final dos anos cinquenta em busca de trabalho⁶. Morando anteriormente em lugares precários pagando aluguel em áreas periféricas da capital (muitos em áreas de ocupações), souberam através de propagandas no rádio onde era o local para inscrição da lista de famílias aptas a “pegarem” as casas.

Seu “Elevino”, metalúrgico aposentado, com 85 anos e a esposa Leonora também ex-trabalhadora na área de produção industrial, com 74 anos, pais de Maria da Luz, contam com satisfação e orgulho o quanto a vida foi difícil, porém, a resistência foi maior, após a inauguração do núcleo habitacional.

“[...] Vim visitar aqui era só barro, daquele vermelho que sujava tudo as botas, achei que a casa iria sair logo, fui um dos poucos por aqui que tive a sorte de poder escolher a casa, assim né, eu queria mesmo uma casa da rua de fora, essas que não ficam dentro da Vila entende? Achava que seria menos perigoso para as crianças que ficavam sozinhas em casas. Depois que nós mudamos acompanhamos as mudanças de muitos vizinhos, que chegavam aqui as mulher choravam de tristeza, porque não tinha nada aqui sabe, e faltava água para lavar roupa e dar banho nas crianças. Os homens lá da Prefeitura não contavam isso pra gente, só queriam saber de da gente assinar o contrato lá da prestação da casa e jogavam a gente aqui. E a luz e as outras coisas. Hoje tá bom, é um lugar muito bom, apesar de ter perdido meu neto sobrevivemos né, aos poucos foi saindo o asfalto, veio aqui por causa das drogas, o resto da família mora por aqui mesmo, ou por perto, viu ninguém foi para muito longe, não...[...]”. (Elevino, entrevista, 04/01/2017).

⁶ Segundo o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE, o crescimento da população de Curitiba praticamente dobrou entre décadas de 40 e 60 passando de 140.656 mil habitantes para 361.309 respectivamente.



Foto: Rua de “fora” os limites da Vila com o núcleo habitacional vizinho
 Fonte: Diário de campo / Patricia Baptista Guerino, 04/01/2017

Logo, sem hesitar no início da nossa conversa ainda de modo informal a primeira a colaborar para a pesquisa foi a simpática dona Leonora que diz rapidamente a data em que sua família foi morar no local 25/01/1967 em evidência ao orgulho deste fato. Isto um sinal claro para dizer à entrevistadora (somos vileir@s), o que depois ficou mais nítido no decorrer da conversa, ao mencionarem que fazem parte dos primeiros moradores e que seus filhos praticamente nasceram ali.

Isto clarifica a concepção da constituição do “ser vileir@” enquanto sujeito. De fato, a ideia de ser “nativo da vila” está associada ao tempo de vida vivido naquele local. Assim, fazer parte dos primeiros moradores, é também ser o primeiro proprietário (ou descendente deles) das casas ou primeiro “dono” como mencionam. E ainda, os filhos que nasceram (ou nascem), ou que viveram (“criaram-se”) a grande parte de suas vidas no local, consolidam assim a condição de um status: “ser daqui”, “ser nativo da Vila”, como parte integrante do que é ser um (a) “vileir@”.

Maria da Luz versa que ao se casar também continuou morando na Vila, comprou uma casa, e, atualmente reside na praça 6. Lembra, com orgulho que suas

filhas, também moram na Vila. Que seus irmãos por muito tempo moraram. E que todos estudaram nas escolas locais e adquiriram profissões e “tocam” suas vidas. Maria da Luz é funcionária pública municipal assim como seu irmão Marco. Sua irmã mais nova é professora de matemática da rede estadual e seu irmão mais velho trabalha no sindicato dos metalúrgicos.

Assim, as famílias que vieram no final da década de 60 e início dos anos 70 se construíram, transformaram-se, agregadas às metamorfoses da própria cidade de Curitiba, conseqüentemente, as metamorfoses da Vila Nossa Senhora da Luz não ficaram alheias a essas transformações de ordem social, cultural e econômica.

O crescimento populacional, a diversificação econômica (com o aumento da produção industrial e também o número de indústrias) e o planejamento urbano de Curitiba, foram fatores importantes que contribuíram para as mudanças ocorridas na vida das pessoas da Vila, somado a inauguração da Cidade Industrial de Curitiba pelo então prefeito Jayme Lerner em 1973.

A partir destes pressupostos, a Vila operária toma corpo, na medida em que agora, esta efetivamente inserida no interior de um planejamento político de gestão amplo que se deu através da criação da CIC- Cidade Industrial de Curitiba.

Cabe ressaltar que assim como Leonora, mãe de Maria da Luz, várias de suas vizinhas passaram a trabalhar em uma multinacional do ramo das telecomunicações. Esta, uma das primeiras empresas a se instalarem na região, sobretudo, empregando mão-de-obra feminina.

Outro aspecto, que colaborou para o desenvolvimento local, foi que a partir do ingresso de várias indústrias na CIC, foi possível a consolidação de agremiações voltadas há “paixões” locais como: o futebol e samba. Ambas permanecem até os dias atuais. Essas redes foram elementos determinantes nas redes formadas de sociabilidades nos primeiros vinte anos de existência do núcleo habitacional. Muitos operários que trabalhavam nas indústrias e também eram moradores da Vila, organizavam eventos esportivos e culturais. Assim, a Vila também teve pessoas que organizavam campeonatos de futebol. Estes envolviam entre outras agremiações as aqui elencadas por “Miltinho” morador da Praça 1 e responsável pelo “Ouro Negro” como era chamado o seu time de futebol. Ele relata ainda, que havia outros grupos o “Primeiro de Maio”, “Brasão” e o Grêmio esportivo do Leste (time do seu Elevino).

O que chama à atenção nestas organizações futebolísticas é que cada uma pertencia a um espaço geográfico da Vila, muito bem delimitado. Ou seja, o que

supunha e determinava também um sentimento de pertencimento a uma rede de solidariedade específica, associada ao lugar de moradia. Que era definida a partir de dois aspectos participativos: ou como membro jogador ou como torcedor (a) de determinada agremiação.

Este pertencimento pode também ser explicitado nos bailes culturais para arrecadação de fundos monetários que formavam uma espécie de caixa de ajuda-mútua. Assim, ao lado da Praça 1 havia um barracão disponibilizado pela prefeitura para o ensaio da Escola de Samba Frei Miguel. Era neste mesmo barracão, que uma vez por mês havia um baile de responsabilidade de um dos quatro principais times de futebol entre os anos 70 e 80. O time que organizava era responsável pela segurança, cobrança de ingressos e organização geral. Os outros times participavam efetivamente mesmo que não fosse a vez deles organizarem. Havia um contrato simbólico neste sentido, para a participação colaborativa. Contudo, tal prática possibilitava a formação de uma espécie de fundo de reserva para a organização dos campeonatos e socorro a uma emergência qualquer de alguma família que necessitasse.

Neste, contexto, Milton lembra que eram as mulheres dos dirigentes dos times de futebol que organizavam os valores monetários das caixas de ajuda-mútua. Eram, elas que ouviam as solicitações de pessoas diversas e encaminhavam ou resolviam o que deveria ser feito. Os moradores se organizavam a partir da localização geográfica de suas casas. Aqueles que moravam mais próximos da Praça 7 (parte de cima) procuravam as mulheres dos dirigentes do Grêmio Esportivo Leste, aos que moravam na parte “de baixo” da Vila, Praça 3, 4 e 5 por sua vez, se dirigiam aos responsáveis pelo Primeiro de Maio e assim por diante. Os auxílios eram de várias ordens, desde ajuda para quitar a nota do pedido (que eram as compras mensais de alimentos que as famílias efetuavam em comércios), remédios, transportes para procura de emprego, entre outras.

Com isso, essas redes de sociabilidades consolidadas a partir de práticas sociais cotidianas fizeram com que se estabelecessem um segundo aspecto do “ser vileiro (a)” a questão de “um sistema trocas” de várias dimensões, mesmo havendo uma diversidade étnica grande, isto, não foi elemento impeditivo para a consolidação do sistema.

De modo que, foi (e ainda é possível) encontrar muitas pessoas como Odete moradora da Praça 5 que sua família veio do bairro Santa Quitéria e tem descendência negra e italiana. Ou ainda, Brígida e sua família residentes na Praça 6 que são oriundos de Rio Branco-Pr e tem pele clara e descendência indígena. Dos dois filhos de Brígida

hoje viúva, um permanece morando com ela e trabalha em uma multinacional instalada na região da CIC. Estas famílias estabelecem trocas constantes de saberes, informações entre vizinhos e uma quantidade grande de troca de favores como o cuidado entre parentes e empréstimos de dinheiro.

A hipótese é que o elemento agregador aí, é o fato da convivência no lugar, as necessidades de várias ordens. Por fim, as experiências e práticas sociais permitem que ambas efetuem trocas culturais que perpassam por questões culinárias, remédios, cuidados com as crianças, momentos de lazer, busca por trabalhos (atividades que gerem renda), entre outras. Assim, as inúmeras trocas e concepções de gostos, modos de vestimentas, enfim, de viver e ver a vida estão incutidas na concepção do ser “vileiro (a)” como elemento valorativo para os moradores da Vila Nossa Senhora da Luz.

Com efeito, a representação da Vila sob o olhar dos vileiros (as) é tecida, permeada por diferentes aspectos: primeiramente a ideia de lugar (onde a posição de sujeito se constrói a partir da existência da Vila, sobretudo das casas “ser don@”), por conseguinte a questão do pertencimento “ser da quebrada”, “ser nativo (a) da Vila”, de maneira que isto me atribui um “status”. E por fim, a participação em uma rede de sociabilidades local as quais “ser vileir@” é a possibilidade de estar imerso em práticas sociais que geram saberes, trocas culturais as quais são compartilhados pelos diversos grupos de moradores (as). É olhar esta Vila de modo singular. É percebê-la por dentro. E mais, é conseguir estabelecer conexões entre a formação do “ser vileir@” com as práticas sociais cotidianas contemporâneas.

Sobretudo, como isto se estabelece e influência no modo de viver e trabalhar das mulheres as quais desenvolvem atividades no comércio de drogas, partindo da afirmativa que estas se assumem como “vileir@s”, e que muitas das práticas tecidas no passado como a divisão de espaços geográficos na Vila e as redes de sociabilidades permanecem fazendo parte constituinte da vida cotidiana destes moradores.

1.2.1 Percalços e resistências: a vida fora da Vila

Diante das premissas, e do legado histórico que constituem os aspectos que norteiam a formação do “ser vileir@” e suas experiências vividas enquanto sujeitos moradores de uma Vila periférica da capital de Curitiba-Pr torna-se relevante analisar o âmbito inverso. Isto é, como é a experiência com este conteúdo do vivido, este (a) ser vileir@ fora do espaço geográfico denominado Vila Nossa Senhora da Luz.

Assim, é sabido que as famílias da Vila apresentavam na primeira década de existência do Núcleo final dos anos 60 um número médio de 5 a 6 membros por moradia. Este fato é praticamente idêntico aos anos 2015 a 2017. Entretanto, atualmente esse número não pode ser analisado da mesma forma, face às inúmeras habitações construídas no mesmo “lote”, são os chamados aumentos de “peças” ou ainda “meia-água” que foram construídas. Resultando em um crescimento populacional que passou da casa dos 20 mil habitantes no ano de 2015.

Nestas, residem uma infinidade de arranjos familiares e os “chegados” (estes possuem laços afetivos de afinidades que não estão associados a qualquer tipo de consanguinidades) que em muitos casos pagam aluguel, para o morador mais antigo do lote. Em outros casos se estabelecem relações de reciprocidade onde as relações de trocas possuem significados simbólicos que extrapolam somente a questão monetária.

O primeiro percalço enfrentado por aqueles (as) que de alguma forma ou por escolha ou por falta de outra oportunidade constituíram suas vidas na Vila é facilmente identificado pelos discursos proferidos por uma parcela da população: (as) vileir@s. É a descrição do imaginário acerca do que é ser morador (a) deste lugar, a qual os mesmos apresentam como algo pejorativo. Descrevem assim uma suposta imagem que um universo de não moradores “os de fora” fazem do “lugar” Vila e de seus moradores.

Apressadamente pode-se concluir que erroneamente a delimitação do território geográfico seria o grande vilão causador de estigmas. A ideia reducionista de um local específico para que determinadas práticas sociais associadas ao comércio de drogas ocorram é algo presente nos meios de comunicação de um modo geral. Ou ainda, o acionamento de termos como: periferia, pobreza, tráfico de drogas, traficante, como variáveis existentes em uma determinada área, provocaria condicionamentos sociais limítrofes na visão de alguns (as) vileir@s.

Assim, a maneira como se atribui significados para as vilas urbanas periféricas por órgãos de agências oficiais do poder público é propositalmente difundida e desprovida de qualquer problematização pela grande maioria das populações das grandes cidades.

A este respeito Sueli uma moradora diz:

“Ah... não dá para dizer que a gente não tenta né? Eu no final do ano fui ver um serviço lá. Quando a moça me perguntou onde eu morava... eu respondi que era no CIC, já vi que ela fez uma cara. Ai a mulher falo: - Mas que lugar do CIC ? Daí eu respondi: Na Vila Nossa Senhora da Luz...aí ela meio que

espichou o olho assim de lado... A minha ideia é que ela não gostou...há nem devia ter falado que morava aqui. A gente já sabe né...ainda mais depois de tudo essas notícias ai da Vila na televisão!. (Sueli, entrevista 30/01/17)⁷.

A fala da moradora reflete uma dimensão que permite pensar que em situações diversas de interações sociais que as mulheres venham a vivenciar fora dos limites da Vila, a exemplo da busca por uma atividade renumerada, elas podem viver processos de estigmatizações. É provável que exista algo em suas experiências que as associam ao lugar onde moram.

Elas conseguem exprimir em seus discursos, como esse lugar as afeta e como por vezes, identificam o estigma na percepção de uma simples expressão no rosto de alguém. Existe como diria Bourdieu uma subjetivação e uma exteriorização da interiorização também que ocorre por meio de um processo coletivo e pessoal estruturado pelo menor valor econômico, social e cultural. (BOURDIEU, 2006).

Remetendo a ideia de que o lugar “A vila” está dentro delas e quando exposto em determinadas situações pode resultar em perdas ou vantagens. No trecho acima o lugar é algo que as marca de forma pejorativa.

Outra questão é a negação ou a possibilidade de se ocultar o lugar para certos contextos de relações sociais e que se expressa em falas como: “[...] há nem devia ter falado que morava aqui [...]”, ser algo presente em sua fala. A frustração pela não contratação para a vaga de “serviço” que era procurada é vinculada a interpretação de ser moradora de um local e não por outro motivo qualquer que poderia fazer parte do rol de requisitos para a atividade a ser desenvolvida.

Nessa questão as contribuições de Goffman (2014) versam a respeito da constituição da representação do “eu” no discurso desta *vileir@* na posição de entrevistada sob o olhar de uma entrevistadora para uma vaga no mercado de trabalho, assim:

[...] Se o indivíduo lhes for desconhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhes estereótipos não comprovados [...]. (GOFFMAN, 2014, p. 13)

⁷ As aspas indicam falas gravadas em áudio das (os) interlocutoras (es) da pesquisa.

Dessa forma, não dizer onde morava é uma alternativa a ser considerada, uma possível “dissimulação” utilizando o termo de Goffman (2014) para esconder elementos que revelem algo ligado a sua origem, moradia, uma espécie de legado social.

Outro elemento que se destaca no discurso proferido pela “Sueli” é o significado dado ao que se é noticiado na televisão em relação ao “lugar” Vila como um local violento. De modo que na visão desta *vileir@*, tal fato contribui para a construção do cenário imagético que associa à priori moradias populares, pobreza e crime. Resultando, contudo na criminalização da pobreza.

Este fato é observável ao se constatar pelas grandes mídias empresariais o uso de imagens desprovidas de contextualização, impossibilitando qualquer ato no sentido de reflexão dos receptores. O sensacionalismo como modo de potencializar as audiências e outras práticas utilizadas por estes veículos comunicativos⁸. Podem gerar a padronização de “um olhar” fortemente treinado que de antemão já julgou e condenou, daqueles que estão fora dos muros invisíveis ou ainda visíveis da segregação espacial e social que permanecem fronteiras circunscritas nas interações e práticas sociais cotidianas.

A antropóloga Alba Zaluar retrata bem esse sentimento:

[...]O lugar não importa. Pode ser qualquer um, contando que seja pobre e marginal a esta outrora encantadora cidade. Nele fiquei mais de um ano convivendo e conversando com os supostos agentes da violência urbana. Alguns por serem simples moradores do lugar. O que é para nós, além de um grande medo, assunto jornalístico, para eles é nódoa contra qual tem que lutar diariamente, até com eles próprios na frente que certa imprensa lhes mostrou. Mais um estigma que na pressa de descobrir os culpados alhures, se lhes impôs[...]. (ZALUAR, 1994 p.7).

Os moradores de lugares “marcados” mais especificamente as mulheres que trabalham no comércio de drogas que são minhas interlocutoras nesse estudo, sabem que sobre si pairam olhares que as estigmatizam. Mas isto, não nos permite concluir apressadamente que assumam ações de aceitação desse estigma sem questionamentos,

⁸ Ver notícias associadas a Vila Nossa Senhora da Luz, resalto os jornais online locais a exemplo: Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-bairro-diferente-das-casas-iguais-a9343vavdbsai8815o7qwauz2>> Acesso em: 23 jun. 2017.

reflexões e resistência. Neste aspecto rompem com a interiorização do estigma como processo de construção social, midiática da estigmatização.

Isto nos permite refletir a respeito da violência estereotipada produzida nas grandes cidades que somada ao surgimento de “nichos e dispersão” na ocupação dos espaços urbanos podem gerar o surgimento de regras que organizam o espaço urbano assim como é apontado por Caldeira (2000) como elementos pautados na segregação – tanto espacial quanto social como basilares da diferenciação social e de separação. Assim, a distribuição do espaço geográfico do ponto de vista social, nunca é neutro.

Outro ponto da criação imagética que é vivido como percalço é o “olhar treinado” a respeito das populações pobres, residentes em moradias populares, áreas de ocupações, entre outros, é a fabricação de um perfil dessas categorias de pessoas. O resultado disso é a padronização de grupos sociais que são homogeneizados objetiva e subjetivamente. E serve como argumento político para definições de ações (políticas públicas) de ordem repressiva, discriminatória e seletiva.

A tão propagada “guerra contra as drogas” que diz respeito as políticas proibitivas e repressoras adotadas em várias cidades no Brasil e no mundo pelos agentes públicos e que tem ao seu lado as mídias empresariais. Estas operam no papel de produtores dos elementos constitutivos, legitimadores que justificam as “necessidades” de quaisquer medidas utilizadas rigorosamente em espaços territoriais específicos das grandes cidades⁹.

Assim, a exemplo de outras cidades brasileiras a política voltada para o controle social inaugura no Paraná através da Secretaria de Segurança Pública um suposto “novo” conceito de trabalhar a segurança pública. A instalação das chamadas UPS- Unidades Paraná Seguro segundo o material disponível no site oficial da própria secretaria escolhem lugares estratégicos para a sua implantação que tem como quesito localidades com altas taxas de “tráfico” de drogas e homicídios. A UPS na Vila Nossa Senhora da Luz foi inaugurada em 2012, e noticiada pelos jornais locais como a solução necessária para a resolução dos problemas de disputas envolvendo o comércio de drogas.

⁹ A respeito de dados históricos sobre o desenvolvimento de aparelhos repressivos do Estado. Ver CALDEIRA, 2000, p. 98).



Foto: UPS – Unidade Paraná Seguro – Praça Central
 Fonte: Diário de Campo / Patricia Baptista Guerino, 04/01/2017

A partir desses pressupostos, se produzem discursos que buscam estabelecer a legitimação das “marcas sociais”, que entre outros fatores circunscrevem a imposição de perfis homogêneos, padronizando supostos modos culturais regulares, bem como, disposições éticas de um quadro de violência seletiva. As *minas do corre* desafiam e produzem as primeiras resistências ao enquadramento nominativo de um sujeito “traficante” imagético produzido pelos “de fora”, genérico, sem corpo, gênero e até mesmo quando são previamente circunscritas no interior de um dado previamente designado como membros de uma gama a exemplo minorias vulneráveis, vidas precárias.

Butler (2010) nos sugere pensar sobre esse contexto diante da produção de marcas. As mulheres ao desenvolverem suas atividades no comércio de drogas demarcam posição. Algumas por tradição familiar assumem em algum momento de suas vidas essa trajetória. Outras tomam a decisão de realizar tal atividade ao longo de suas vidas em um processo relacional de leitura que fazem de si mesmas e como devem se “virar”, ou seja, experienciar suas vidas diante dos desafios que se colocam em suas realidades cotidianas que remontam à sua maneira de viver, sobreviver e resistir em uma vila periférica. Este ponto será aprofundado no capítulo II, sobre o uso de generalizações dos termos mencionados, bem como, seu caráter estratégico político para legitimação de uma “seletividade punitiva” para a parcela da população mais pobre no Brasil.

Deste modo, ao pensar sobre possíveis “marcas” na concepção de sujeitos, sem tentar reduzi-las a ideia somente do lugar são as primeiras pistas investigativas propostas pelas “minas do corre”, na tentativa de abstrair o que essa Vila representa para elas e para os (as) demais vileir@s, é uma tarefa instigante já que as falas sobre a vila a priori, não são homogêneas.

A quem fale com saudosismo, orgulho ou sustente explicações que articulam o lugar ao que fazem ou como se reconhecem, assim como as famílias de Milton, Odete e a senhora Brígida colaboradores da pesquisa. E ainda, há quem acione o dispositivo de justificação para determinadas ações ao contexto periférico e legado histórico de violência do local, mencionado por Sueli.

Entretanto, a Vila permanece sob o olhar d@s vileir@s como um lugar singular, de pertencimento. Haja vista, que em um sábado ensolarado, final de tarde no mês de novembro do ano de 2015 não havia agendado entrevista. Fui a campo pensando em observar o local, já que nesse dia da semana os “fervos”, ou seja, o agito que demonstra maior quantidade de pessoas circulando é uma das características do sistema de trocas. Sejam elas as drogas, ou algo ligado a essa atividade que se intensifica em um maior volume de “ligas”. (É assim, que se referem as pessoas que participam do ato da venda, compra ou negociações com uma grande diversidade de possibilidades de trocas que se estabelecem nas atividades do comércio de drogas).

Desci, a Alameda 5 e encontrei uma mulher que eu conhecia desde quando era pequena e residia no local estava andando na rua com uma criança empurrando um carrinho e ao seu lado dois cachorros que não paravam de latir, provocando a mesma reação nos outros que estavam presos nos quintais das casas. Ela acenou com a mão já da esquina e eu fui ao seu encontro. Inicialmente ela pergunta de minha mãe e isso me desestabiliza emocionalmente ao ter que contar a ela os fatos que causaram a sua partida dessa vida. Ela escuta atentamente e depois de algum tempo, lamenta a morte repentina de uma pessoa tão nova e que todo mundo gostava (palavras dela).

Logo me convida para entrar no quintal de uma casa, que não era dela e sim de alguém que ela conhecia. Ela iria deixar a criança ali. Sem lhe falar da pesquisa, presencio um diálogo que de alguma forma me fez atribuir significado a esta relação de “lugar” vila-vileir@s que eu buscava entender. Assim, essa que depois veio a ser uma interlocutora de minha pesquisa dialoga com outra mulher que posteriormente soube ser mãe da criança e também uma “*mina do corre*”.

Essa aqui é filha da Lilinha, lembra dela? A mulher faz um sinal com a cabeça parecendo não lembrar. E a minha interlocutora insiste. “- A gente brincava de betes com a Lilinha ali na 5” e emenda “- Filha da Maria cearense. Nesse momento aproveito a ocasião e elaboro rapidamente uma pergunta de forma informal a respeito de como era antigamente a Vila para ela? E se ela gosta de viver aqui ainda hoje? Ana assim que ela pediu para ser chamada posteriormente na pesquisa responde:

[...]As casas não tinham muros não... as pessoas que pegaram as casas aos poucos foram fazendo uma cerquinha de madeira, se você andar aí pela Vila você vai ver que tem muita casa com cerquinha ainda, as ruas não era asfaltada, o chão era de barro, sabe... daí tinha o Barigui o rio lá de baixo que tinha água bem limpinha, eu gostava de brincar lá, tua mãe também ia... Já tinha as ruas de comércio do jeito que é. A Vila não mudou o que mudou só foi as casas. Não tinha esse aumento de peças. A ideia que eu tinha e tenho ainda que é um lugar bom de viver. Hoje tá pior só, por causa das coisas aí, tem gente que não sabe trabalhar, aí suja para todo mundo. Polícia em cima, tiro durante o dia. Daí aparece na tela, no jornal. O que passa é que todo mundo pensa que a gente é bandido por causa da Vila, de morar aqui. Ah.. mas isso você já sabe né?[...]. (Diário de campo – 28/11/15).

Deste modo, as falas decorrentes dos (as) vileir@s sugerem que o lugar é um elemento constituinte na sua maneira de experienciar e se posicionar enquanto sujeitos no mundo, na vida e a relação com outras pessoas, dentro e fora da Vila. Isto sugere que não há como destituir as mulheres minhas interlocutoras dessa pesquisa das “marcas”, lutas e resistências enfrentadas dia após dia de suas existências, sobretudo, por serem moradoras de um bairro periférico, suas histórias e as relações de disputas de poder, prestígio e território, demarcam posições e modos de viver a vida.

1.2.2 A Vila a partir da experiência do meu “eu beiju” – a pesquisadora

Neste momento, percebi a complexidade do que havia me proposto a fazer. E que a mulher pesquisadora que cresceu na “Vila”, constituída por valores morais transmitidos por seus pais de origem humilde. Ele com uma infância roubada trabalhou desde os 6 anos de idade engraxando sapatos no centro da “cidade” e com muito esforço já tardiamente voltou a estudar. Foi o primeiro de sua família a cursar um curso superior em uma Faculdade particular e exercia uma atividade renumerada em uma empresa também na CIC-Cidade Industrial de Curitiba. Ela com deficiência auditiva vendeu balas de goma quando criança para ajudar no sustento da sua família, também se

graduou em uma Faculdade particular, tornou-se funcionária pública e fez da Pedagogia algo apaixonante, mais do que apenas um meio para gerar renda. Enquanto professora da rede municipal de Curitiba e rede Estadual do Paraná desenvolveu um método de comunicação alternativa que auxiliava na alfabetização de crianças e adolescentes surdos.

É com estas prerrogativas históricas de família, que retomo a minha indagação enquanto pesquisadora que se casou ainda muito jovem e constituiu uma família da qual possui três filhos com um também morador da “Vila” que se tornou ainda no final da adolescência dependente químico e posteriormente veio a se “envolver” e a tornar-se o que se denomina popularmente e midiaticamente como “traficante”, convivendo por mais de quinze anos no chamado “mundo do tráfico”, expressão corrente utilizada pelos moradores, que foi preso por diversas vezes e que passou pelo sistema prisional do Estado do Paraná.

A partir destes pressupostos, minha reflexão tomou novos rumos. Percebi que ao pensar na minha pesquisa, no campo, também significava pensar no meu “eu *Beiju*”. Neste sentido, enfatizo compartilho a noção que Couto (2007) sublinha ao questionar-se sobre os marcadores de sua identidade “[...] em campo vivemos mais de uma vida, seria ilusório supor que ela poderia ser construída em uma tábua rasa”. (COUTO, 2007 p. 232).

Problematizar a ideia de que atualmente sou professora na escola que está localizada no meio da “Vila” na esquina da praça onde comecei meus primeiros processos de socializações enquanto sujeito no mundo. E ainda que muitos das (os) alunas (os) com os quais eu trabalho tem suas casas geridas pela renda advinda do trabalho de seus familiares em atividades voltadas ao comércio de drogas é algo presente nesta pesquisa.

Os impactos da minha inserção na UFPR – Universidade Federal do Paraná e como isso reflete no meu “olhar” agora de fora para dentro é algo constante. O contato com as produções teóricas produzidas academicamente como tentativas de explicação da realidade dos eventos experienciados enquanto moradora da “Vila” e que principiaram “o certo incomodo” e curiosidade relatados anteriormente, foi o resultado provocado por essa literatura. A esse respeito Tuner (1986, p.35) salienta “Estruturalmente o passado pode ser real, místico, moral, amoral e perante a nova experiência, surge na forma de valores que nos bombardeiam, provocando discórdia

pelo fato de estarem dispersos e destituídos de significados”. (TUNER 1986, p.35, apud COSTA, 2007, p.321).

No campo e não menos importante, minhas preocupações perpassavam por ideias de tecer aproximações que viabilizassem estabelecer uma nova relação e como me posicionar diante de pessoas que já me conheciam sob outros padrões de referência.

Assim, a nova experiência de se reconhecer enquanto ex-moradora, pesquisadora, mulher que objetiva estudar um campo “gendrado” Lauretis (1994), ou seja, marcados por especificidades de gênero, transversalizadas por classe, raça e pobreza é estar ciente de que essa posição me insere diante das *minas do corre* como alguém não familiar do outro lado do “muro”. Requer, portanto, atribuir significados *a priori* a eventos antes irrelevantes “comuns” nas interações sociais vivenciadas no dia-a-dia na “Vila” e nas entranhas das redes de sociabilidades geradas pelo trabalho de mulheres nas atividades associadas ao comércio de drogas.

Consequentemente, esses primeiros exercícios de pensar a respeito do tema, do qual ele me desafiava pela familiaridade e o quanto essa estava relacionada a minha escolha foi “ a um só tempo um projeto acadêmico e um processo existencial” seria esse “*eu beiju*” que estaria sendo colocado juntamente no leque da pesquisa e como relata TORNQUIST(2007) “era o meu modo de vida familiar que aos poucos estava sendo problematizado”.

A partir desses pressupostos, diante de vários questionamentos entendo ser importante retomar e esclarecer resgatando como se deu o início dos trabalhos de campo.

Uma espécie de “pré-campo” que ocorreu em um período anterior às primeiras ações de exploração. Iniciei meu trabalho ainda em casa. Dialogando com meu principal viabilizador da pesquisa no caso meu companheiro de vida e pai dos meus filhos a mais de vinte anos.

Foi através desse relacionamento que gastei as primeiras estratégias de como poderíamos retomar o campo agora não mais somente como um lugar ao qual vivemos juntos e iniciamos nossa história. O campo agora seria alvo de um estudo e seria nele que eu buscaria minhas possíveis entrevistadas e contatos que me permitissem transitar literalmente pela “Vila”. Haja vista, que observar o que almejava previamente já supunha não ser uma tarefa fácil. Assim, elencamos juntos nomes de pessoas e lugares possíveis de instrumentalizar a pesquisa.

A partir da primeira tarefa que realizei e já com os comentários dele sobre o que eu iria fazer, saltou-me minha atenção à frase: “É, mas não adianta só tentar falar com elas, você vai ter que ficar lá, para entender o que sentem, porque são mulheres, isso já é diferente, senão, não tem sentido, não vai entender a vida delas”. Com isso, reforçou o pensamento sublinhado por Fonseca ao falar dos métodos utilizados no campo:

[...] A relação sistêmica entre os diferentes elementos da vida social que os etnógrafos abraçam a observação participante para tentar dar conta da totalidade do sistema. Acreditam que é através desse prisma que a experiência pessoal de cada indivíduo assume um sentido[...]. (FONSECA, 1999 p. 63).

Deste modo, fui obrigada a resolver como eu faria para permanecer “lá” como ele se referiu a Vila. Previamente já era sabido que o comércio de drogas na Vila não ocupava somente espaços públicos como as praças, esquinas ou algum outro estabelecimento comercial. A pesquisa que realizei anteriormente em 2012 para a conclusão da graduação no curso de Ciências Sociais na UFPR me apontou esses dados. Ele se dava também nas casas.

Esses fatores me levaram a buscar meios que pudessem facilitar essa aproximação. A primeira difícil missão que busquei realizar foi a de colocar em prática o que eu já sabia, e que, porém, não havia me dado conta até aquele momento da pesquisa.

Deste modo, ao constatar que inúmeras atividades inseridas em minhas práticas cotidianas me colocavam no campo. Percebi que isto não foi um elemento facilitador da pesquisa no princípio das investigações. Contudo, ir trabalhar na escola que tem o portão de entrada em frente à Praça 5, ao participar das missas e eventos na igreja Matriz (localizada na Praça Central), visitas a familiares, ao fazer compras, tomar café no comércio local, tornaram-se atividades passíveis de serem observadas e objetivadas agora como elementos da pesquisa.

Esta constatação foi um processo que se deu com a pesquisa já em andamento. O fato do meu “*eu beiju*” estar ativamente presente em minhas ações e caminhos percorridos pareceu-me não despertar meu olhar enquanto pesquisadora. E concomitantemente, o sentimento que carreguei nesta fase esteve mais associado ao medo do que eu poderia encontrar na introspecção reflexiva que necessariamente não imaginava que o campo me impactaria de forma tão avassaladora.

Contudo, o que posso afirmar de antemão é que a escolha do método etnográfico, ou seja, sob a perspectiva de permanecer “lá” no campo corroborou com as ideias descritas por Tornquist (2007) ao mencionar que a pesquisa de campo provoca no pesquisador um “deslocamento subjetivo” e possibilita novos olhares. Entretanto, esse processo não é algo simples. “Estranhar o familiar é um processo doloroso, mudanças irreversíveis no modo de ver, ou seja, o deslocamento que o processo de relativização permite e provoca é uma viagem. Não se retorna jamais ao ponto de partida”. (TORNQUIST, 2007, p. 50).

Desta forma, percebi que ao meu debruçar na busca pela compreensão da realidade a qual eu experienciava. Não havia hora marcada para os trabalhos começarem. E a todo o momento eu precisava estar atenta a tudo que ocorria em campo. Mesmo nos momentos mais inusitados. Estar na banca comprando balas e ouvir um diálogo qualquer. Na conversa de alunas (os) em sala de aula. Nos movimentos de pessoas, nas suas roupas, nas suas expressões corporais, nos olhares e nos lugares nos quais costumam conversar sentados à beira das canchas de areias e nas esquinas, nos churrascos nos parquinhos, algo que achei muito estranho a primeira vez que vi quando cruzava a Praça 8 na direção do trabalho. Nunca havia presenciado algo parecido. Em uma churrasqueira improvisada com tijolos, ou um latão, assava-se carne, fumava-se narguilé, bebia-se, jogavam-se cartas e é claro comercializavam-se drogas, em plena praça ao lado do parquinho. O que eu estranhei foi perceber o número de pessoas presentes, no horário do almoço. Isso inclui também as crianças. Deste modo, são as práticas que envolvem o comércio de drogas tomando conta das ruas. Esse fato foi o que me despertou em relação ao exercício de estranhamento necessário nos trabalhos de campo.

Assim, comecei a treinar meu olhar para observação. Os mínimos detalhes eram passíveis de serem registrados. Iniciei escrevendo, fotografei também algumas situações quando me senti a vontade para fazê-lo. Gravei entrevistas. Adotei um diário de campo que procurei atualizar todos os dias. Escrevia em um caderno. Porém, depois digitava. Minha rotina de trabalho foi bastante intensa. Aproveitava todos os momentos possíveis, andando de um lado ao outro da Vila, observando o “movimento”- objeto fluído em busca de algo que pudesse ser acrescentado a pesquisa.

Considero que minha exploração do campo não se deu em um tempo limitado cronologicamente que constituiu somente essa pesquisa. Neste sentido, vale ressaltar para fins acadêmicos que as atividades que foram se desenvolvendo no campo perfazem

mais de quatro anos. Os trabalhos etnográficos que constituíram a sistematização de coleta de dados deste estudo específico ocorreram com maior ênfase nos anos de 2015 a 2017, ocorrendo nesses dois anos eventos onde eu fui estabelecendo em campo as fronteiras e recortes teóricos presentes nessa pesquisa.

Neste período participei de reuniões entre moradores, conversas nas esquinas, jogos de futebol, fui visitar alunas (os), moradores quando fui convidada, celebrações religiosas, eventos políticos, observações nos pontos, comparecimento as festas fecha rua – momentos festivos para comemorar desde aniversários, batizados de crianças até festas típicas como páscoa e junina (com direito a dança de quadrilha e comidas típicas neste caso).

Nesta espécie de evento as ruas eram fechadas, mas não com obstáculos como se poderia imaginar utilizando cones ou quaisquer outros marcadores que pudessem impedir os espaços. Eram fechadas pelo número de pessoas que compareciam ao local determinado geralmente em uma esquina na alameda ou no parquinho na praça. Assim, como pela instalação de brinquedos como: piscina de bolinhas, cama elástica, som alto, churrasqueira, eram elementos que compunham esse tipo de evento. E mais do que isto, era um consenso um código onde as pessoas do local conhecem e entendem como algo legítimo e de respeito.

Essa espécie de evento tomava conta das ruas. E curiosamente a interdição em passar veículos ou alguém que não foi convidado para participar dos mesmos eram compartilhados pelos demais moradores. Considero que os momentos de participação nas festas e de observação à noite aumentavam a tensão. A todo o momento algo que me incomodava era imaginar o que poderia ocorrer caso o rompimento dessa norma (tanto por aqueles que comercializam drogas ou ainda pela polícia local) o que poderia ser denominada como Grillo (2008) chamou de uma “sociabilidade normalizada” poderia vir a acontecer.

Com esse conceito a autora busca explicar o comércio de drogas ocorridos na “pista” ou ainda, no “asfalto” na cidade do Rio de Janeiro, atribuindo a ideia de que é efetiva ausência de armas nas atividades de venda e troca de drogas entre as classes médias. Especificamente o que há de semelhante é que nesses momentos as armas também não eram algo que se era ostentado. Eram “festas ou eventos” chamados por eles “de festa de família”.

Claro que aqui a ideia de família denota um sentido bem complexo em relação a uma perspectiva espacial. O que corrobora o pensamento de Claudia Fonseca “Assim,

definimos o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que se reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuas”. (FONSECA, 2005, p. 54), ultrapassando os limites consanguíneos e perspectivas temporais em relação a gerações de parentescos passadas.

Nestes eventos “familiares” havia como normatização solidificada e compartilhada por seus frequentadores a ideia da não permissão de atos que gerem violência de qualquer natureza. Nessas situações de interações a norma é bastante contundente. Sob pena de punição caso fosse descumprida. Em todos os momentos que eu estive presente neste tipo de evento jamais houve transgressão da mesma.

É importante ressaltar ainda que o campo possui tal complexidade que não se restringe apenas a um território fixo geográfico. É constituído por elementos dinâmicos. Assim, no “movimento” é possível identificar dispositivos atrelados ao território geográfico ou não. Formando uma teia consolidada por relações sociais que não são estáticas. Fazem parte desta composição: a *correria* (*o corre*), a biqueira, ponto, encontro, viagem, entre outros

A *correria* seria uma grande categoria a qual os vileiros atribuem abarcar o *corre*, ou seja, há uma infinidade de designações as quais se atribuem como elemento constituinte desta espécie de “guarda-chuva” que constituem no campo e a aproximação com este nos permite supor que nesta categoria é possível categorizar tudo aquilo que se faz, ou seja, uma ação propriamente dita para que se alcance a efetivação da *liga*. É a *correria* que movimenta as ações cotidianas. É bastante complexo limitar as ações ocorridas neste contexto. Estar somente observando o movimento nas travessas, praças ou alamedas pode designar uma *correria*, estar trabalhando em um ponto específico de comércio de drogas pode se dizer, estar na *correria*. Fazer um deslocamento de um lugar ao outro, participar de uma reunião de uma biqueira, ou festa em determinados contextos trazidos por esses eventos é denominado estar na *correria*. O fato é que para as *minas do corre* participar de algum modo do movimento é estar na *correria* ou no *corre*.

Nesta teia relacional na qual meu campo de estudo se constitui encontrei lugares como “a biqueira” que se refere a um lugar geograficamente demarcado e personificado que pode ser uma esquina de uma praça, uma travessa ou uma alameda inteira. O “ponto” é denominado como um local específico e menor espacialmente. É nele que é propriamente efetuado a venda ou a troca dependendo da *liga* – ação que se refere ao ato realizado no comércio de drogas que está sendo tratada pela pessoa que

adquire e/ou troca o produto a *bucha* (estas são pequenas porções de drogas geralmente a cocaína e o crack previamente separados e enrolados em pedaços de sacolas ou pacotes plásticos).

Na Vila a cor do plástico ou a forma que se amarra ou a queima da ponta da *bucha* é uma marca distintiva que identifica a localização da venda do produto. Assim, as cores são atribuídas à determinada praça, local ou até mesmo pessoa (aquela/e que fornece) delimitando o território de modo geográfico e de significação na medida em que dependendo da origem do produto ele irá pertencer a um indivíduo, grupo de pessoas específicas ou a uma praça. Isto está associado diretamente a disputas de poder e hierarquias, inclusive de forma simbólica. Essa é uma das várias formas de organização de trabalho as quais o comércio de drogas, cria códigos e práticas de condutas dentro do *corre*. A maconha também é vendida assim, mas não com a mesma frequência. Enfatiza-se que em uma mesma biqueira pode haver vários pontos.

Um grande número de *ligas* (ações que envolvem a venda ou a troca de buchas em sistema complexo do corre) ocorre nos pontos, esses por sua vez, possuem espaços físicos específicos e limitados como já relatado, ou seja, um cômodo da casa, no quintal, garagem, portão, janela, muro de uma casa. Ou ainda, em um banco de praça, ao lado de um poste de luz na esquina, no parquinho, entre outros.

A maioria dos pontos aos quais as *minas do corre* que eu pude acompanhar e observar eram “mocado” isto é escondidos e se encontravam nas casas (que no campo são denominados como *Baias* – lugar onde ocorre a maioria das *ligas* - tratando das que são efetuadas especialmente por minhas interlocutoras) e não nas praças ou em lugares que qualquer vileiro tem acesso. O termo escondido, não deve ser remetido à ideia de que ninguém deve saber ou sabe. Mas, se refere há uma rede que se constitui e se revela através de contatos restritos de pessoas e que se estabelece unicamente através da legitimação e da conquista de uma palavra muito usada pelas *minas do corre* confiança no “outro” (a). O outro se refere aqueles sujeitos que procuram pela droga ou pessoas que participam de algum modo dessa rede de relações: moradores, parentes, “clientes” (usuários), fornecedores, só para mencionar alguns.

Entretanto, essa significação “mocado” não deve ser identificada como atividade de trabalho circunscrito ao âmbito “doméstico”, porque ocorre constantemente nas *Baias*. Neste ponto da análise pretendo retornar e discutir mais a frente. Mas, de antemão vale a pena mencionar que não há como polarizar entre as esferas: pública e

privada as atividades que constituem o trabalho no comércio de drogas. Devido a complexidade das relações Lauretis contribui para refletir:

[...] Não mais podemos afirmar que existem duas esferas da realidade social: a esfera privada ou doméstica, da família, sexualidade e afetividade, a esfera pública do trabalho e da produtividade. [...] Em vez disso, poderíamos imaginar vários conjuntos inter-relacionados de relações sociais – relações de trabalho, classe, raça e sexo-gênero[...]. (LAURETIS 1994, p.215).

Outro fator também identificado no campo e que foi de meu interesse ao qual denominei como “caráter ambulante” do trabalho realizado no comércio de drogas pode ser reconhecido através do que se denomina como um “encontro”. Onde as *minas do corre*, através de contatos aos quais se institui por meio de uma rede de confiança bastante estreita, recebem encomendas de “clientes” e marcam encontros para entregar a “droga”. Esse “encontro” ocorre geralmente fora da Vila em lugares diversos como em alguma rua no centro da cidade, parques, salões de cabeleireiros, supermercados, etc. São locais que são decididos no momento do acerto ocorrido na “liga” e podem assumir uma infinidade de lugares.

“A viagem” similarmente possui esse caráter ambulante. Nestas negociações, as *minas do corre* se dispõem a viajar em busca do produto no “peso” – volume maior de drogas. Mesmo reconhecendo ser uma ação mais arriscada (em relação ao aumento significativo de prisão, morte, violências inclusive sexuais) neste ponto é importante previamente já destacar, existe uma característica que as diferencia para estarem “aptas” a desenvolverem tal função.

Assim, é preciso ter algumas características, “meter a cara”, isso é ter coragem, determinação. Ou ainda, o que me pareceu mais peculiar no caso específico estudado, diferentemente de outras literaturas sobre o tema. Aqui as *minas do corre* não estão em uma posição menor se considerarmos as relações de poder ou uma estrutura hierárquica no comércio de drogas ocorrido na Vila.

Para ser uma *mina do corre* que viaja, faz-se necessário estar participando efetivamente já há algum tempo no movimento e na *correria* e possuir o que se chama no local de “moral” que neste sentido específico identifiquei como uma espécie de prestígio social que demanda elementos permeados pela confiabilidade, rede de parentesco, e capacidade de estabelecer contatos e a posição de seus sujeitos na rede de comércio de drogas.

Maria uma das interlocutoras, isto é, uma das primeiras *minas do corre* que aceitaram o desafio de participar desta pesquisa e colaboraram com entrevistas, descrições das rotinas e ainda permissões para que eu acompanhasse observando em alguns momentos o campo e os trabalhos por ela desenvolvido no comércio de drogas¹⁰ descreve como começou a viajar:

“[...] estou a dezesseis anos nesta atividade tudo é arriscado, porque não é qualquer pessoa que viaja, entende? Precisa já ter moral, conhecer o trabalho. Quer ver... quando eu comecei a viajar eu já estava vendendo pra mim fazia pouco tempo. No início eu tomava um ônibus ia até Itajaí e pegava dez grama trazia na bolsa mesmo, estas dez grammas eu chegava aqui na Vila e tinha que virar em vinte, pra daí viajar de volta buscar e assim conheci uma outra pessoa que me deu oportunidade e daí era quantidade grande já de quilos, peguei cinco quilos, depois dez quilos, não gosto de pegar muito...já vi quantidade muito maior[...]”. (Maria entrevista 03/12/14).

É diferente das relações descritas por alguns autores (as) Linjardi e Oliveira (2013) relatando o trabalho como “mula” de mulheres no denominado por eles (as) tráfico de drogas. Em tal atividade as mulheres se submetem a carregar a droga para entregar para alguém vendê-la. Neste contexto, “mula” seria aquela que na maior parte das vezes somente transporta o produto. Algo bastante diferente da “viagem”, a qual as *minas do corre* também buscam o produto, porém, em grande quantidade para elas mesmas comercializarem ou revenderem para terceiros, vislumbrando um ganho financeiro relativamente maior com essa atividade.

O perfil das entrevistadas, ou seja, das *minas do corre* da Vila é algo que está associado ao campo de estudo. O mesmo é dinâmico, fluído, e não homogêneo. Escrever sobre essas mulheres é ao mesmo tempo instigante e desafiador. Procurar elementos que costurem os seus discursos sobre quem são e qual é o significado que atribuem ao seu trabalho, sobre quais foram às linhas de inserção tecidas por cada uma na *correria* foi parte das primeiras indagações com as quais eu me preocupei. Além, de buscar informações correntes, mas não menos importante como: idade, parentesco, relações afetivas, família, filhos, entre outras.

A este respeito procurei de forma sistemática organizar alguns dados:

¹⁰ Foram realizadas nove (9) entrevistas com mulheres que realizam algum tipo de atividade no trabalho de comércio de drogas na Vila Nossa Senhora da Luz. Entretanto, no decorrer da pesquisa pude estar em contato com outras mulheres que realizavam as mesmas atividades, ocorrendo diálogos rápidos um dia ou outro, sem aprofundar e acompanhá-las efetivamente.

Minas do “corre” interlocutoras da pesquisa	Data da entrevista	Idade / Tempo de execução e permanência nas atividades referentes ao “Corre”	Relações familiares/ Afetivas	Linhas de inserção no “Corre”
Maria	03/12/2014	09/03/71 – 43 anos de idade Mais de dezesseis anos na atividade do corre	Casada duas vezes com três filhos. Com um filho preso por também ter se envolvido com a venda de drogas.	Inserção através da família por intermédio d@s irmã@s mais velhos que já realizavam esta atividade.
Sida	01/03/2015	30/08/1967 – 48 anos, mais de 28 anos	Separada, dois filhos	Inserção através das relações afetivas – ex-marido (companheiro)
Vitória	06/03/2015	27/10/1978 -36 anos , 19 anos	Solteira, com 4 filhos vivos e 1 falecido	Pelas redes de convivência-sociabilidades da Vila – (amigos “parça” vizinhos.)
Izabel	10/10/2015	18 anos – Faz 10 meses	Casada, uma filha de (1 ano e meio).	Relações afetivas – por intermédio do marido(companheiro que está preso)
Paula	02/04/2016	30 anos – Faz mais de 10 anos	Solteira, sem filhos	Pelas redes de convivência-solidariedade da Vila. (amigos “parça” vizinhos.)
Ana	04/04/2016	30/05/1965 – 50 anos. Mais de trinta anos nesta atividade	Viúva, com 5 filhos (dos quais dois falecidos)	Inserção através da família através da irmã mais velha que já realizava a atividade do corre
Maria II	14/04/2017	28 anos – A 12 anos nesta atividade.	Casada, com dois filhos	Pelas redes de convivência-sociabilidades da Vila. (amigos “parça” vizinhos.)
Lia	27/02/2017	35 anos – 20 anos	Separada, com 6 filhos	Inserção através da família por intermédio da mãe e tia
Mel	26/06/2017	17 anos – 2 anos	Solteira, sem filhos	Inserção através da avó materna e da mãe (esta última falecida – assassinada em disputa de poder por ponto de venda de drogas)

Perfis/Linhas de inserção no trabalho do comércio de drogas / Vila Nossa Senhora da Luz

Fonte: Diário de Campo /Autora: Patricia Baptista Guerino, 30/06/2017

A pesquisa contou também com a participação de outras “minas do corre”, devido ao fato de que nos momentos de observação em campo, pude conhecer outras pessoas, interagir com elas, até mesmo construir alguns diálogos que colaboraram para a confecção do meu diário de campo. Entretanto, devido ao tempo, limites pessoais e circunstâncias da pesquisa, não me foi possível aprofundar esta investigação com todas as pessoas que surgiram em campo. Contudo, é importante assinalar que estas pessoas contribuíram para as análises e para as reflexões aqui apresentadas.

O quadro fornece algumas pistas do objeto de estudo desta investigação. Nele as mulheres *minas do corre* escolhem seus próprios nomes (fictícios) e nos fornecem as primeiras informações sobre quem são (ou como querem que as vejam), e como tiveram suas inserções nas atividades que norteiam os trabalhos no comércio de drogas.

A primeira observação é que de um modo geral há três vertentes de entrada que se repetem: família, redes de sociabilidades e relações afetivas. Sendo a família a instituição que de alguma forma se sobressai com maior capacidade de influência.

Neste sentido, perceber a posição das mães, irmãs e avós nestes relatos e ainda o elemento geracional, é algo que se torna relevante para análise ao considerarmos a posição de sujeito a qual estas mulheres assumem diante de suas vidas e escolhas. Outro indicativo passível de análise é a categoria *parça* (aqueles (as) dignos de confiança, parceria para o que “der e vier”) que se apresenta no campo como uma linha importante de inserção através das redes de sociabilidades nos trabalhos referentes à comercialização de drogas na Vila. E por último as relações afetivas com companheiros ou ex-companheiros amorosos.

A partir destes pressupostos, tais análises deverão ser perseguidas no decorrer deste trabalho. Ainda no que concerne ao campo há outros elementos que fazem parte da concepção das mulheres *minas do corre* e da constituição do “ser vileiro@”, e que são relativos ao lugar “Vila” Nossa Senhora da Luz. Isto nos exige pensar as divisões sociais, inclusive de ordem geográfica versada pelos (as) morador@s da qual pude ouvir em vários relatos a expressão “os de baixo, os lá de cima”, situando determinados grupos sociais pertencentes a lugares específicos no interior da Vila, é como se ocorresse uma linha divisória imaginária. O primeiro discernimento foi investigar se essa divisão era algo imóvel, homogênea no âmbito econômico-social e ainda o que fundamentava a existência de tal expressão. E por fim, se haveriam nelas processos de estigmatizações de sujeitos, lugares entre outros.

1.3 “Os de baixo e os de cima” – As divisões sociais na Vila

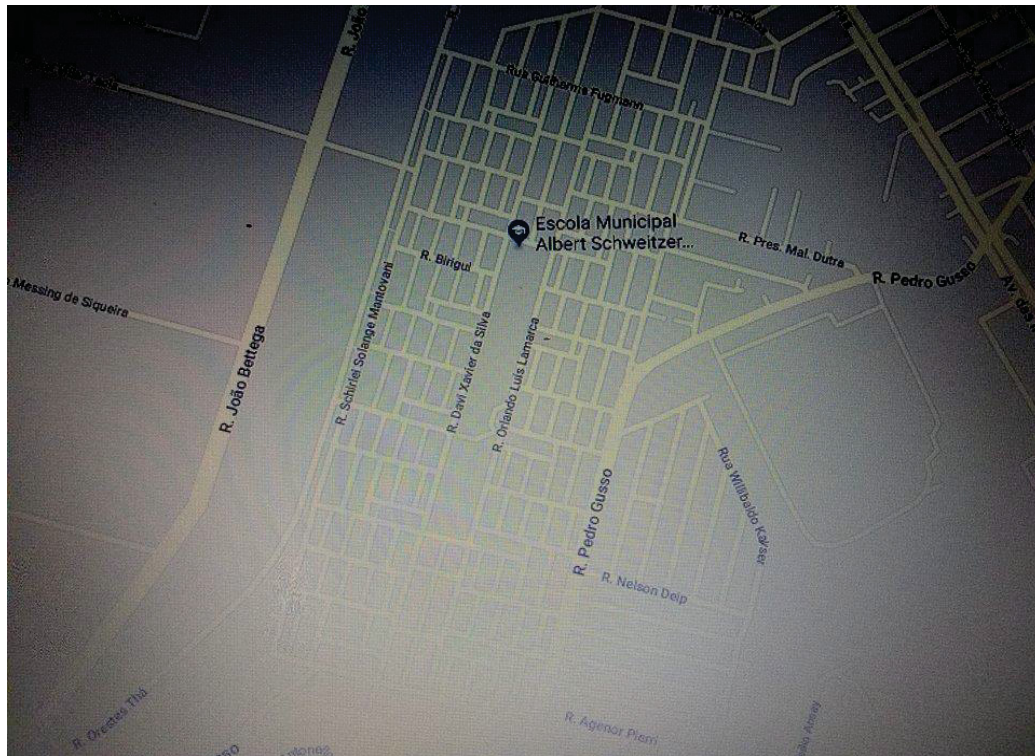


Imagem: Croquis - Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais – vista área

Fonte: Google maps. Disponível em: < <http://www.curitiba-parana.net/mapas/cidade-industrial.htm>>.

Acesso em: 02 nov.2017

Neste sentido, deparei-me com a dificuldade de delimitar o território geográfico que eu pretendia analisar. Mesmo que meu objeto estivesse em (e no) “movimento” (algo não estático), a Vila é muito grande em extensão territorial. Ela tem 12 praças (mais uma grande praça central)¹¹ e suas práticas sociais de atividades ligadas ao comércio de drogas se estendem por um raio maior de território geográfico que não está circunscrito exclusivamente a Vila e sim por todo o seu espaço fronteiríssimo que eu elenco aqui como um grande complexo de moradias populares: conjuntos Oswaldo Cruz I e II , Vila Nossa Senhora da Luz II e Condomínio Residencial Parque Verde, Vila Campo Alegre. E ainda um pouco mais distantes, mas que não pode ser deixado de considerar a Vila Verde, Vila Nossa Senhora Aparecida e Vila Barigui.

Assim, o recorte ou ainda a delimitação do território não foi algo fácil. Identifico isto como a minha primeira tensão no campo a ser resolvida. Qual seria a melhor escolha? Delimitar o território não esvaziaria a pesquisa? Haja vista o caráter dinâmico do movimento e das “correrias”? Fazer escolhas, foi algo de extrema

¹¹ Ver croquis da Vila Nossa Senhora da Luz p. 15

dificuldade. Face ainda ao fato de haver disputas de poder, códigos não mencionados nos territórios as quais “as *minas do corre*” atuam.

Diante desta premissa, percebi nas experiências das falas e eventos ocorridos no local que duas praças se sobressaíam nas narrativas de minhas interlocutoras (es) no período em que estive em campo. O fato de eu haver já pesquisado anteriormente o local me fornecia informações acerca de certas dinâmicas. Como a tradição histórica a qual demarcava a praça 9 como um grande centro de distribuição para o restante da Vila e locais descritos como um complexo de moradias populares. Maria uma “*mina do corre*” ao falar de sua história de vida menciona:

“[...] Todo mundo diz que foi meu irmão que trouxe a maconha pra Vila. Foi mais ou menos no final dos anos 70. Um pouco mais tarde já mais ou menos nos anos 80 porque eu já tinha uns 15 ou 16 anos a minha irmã trouxe as outras paradas. O pó e depois mais tarde o crack. A praça 9 era o centro, sabe. De lá, nós mandava para o resto da Vila, Barigui, Vilinha, até para Trindade vinham buscar tinham uns conhecidos da Bia que rachavam com ela. Aqui mesmo próximo na praça 2 o traficante que cresceu ali que a pouco tempo foi preso pela policia federal e pareceu nas notícias por aí. Foi a Bia que deu a primeira droga pra ele vender, daí ele foi crescendo, crescendo e daí começou a briga, quando o Teco foi preso[...]”. (Maria entrevista 03/12/14).

A partir desses pressupostos, mencionados por Maria uma *mina do corre* que hoje reside na Praça 3 e considerando também elementos que escutei e presenciei desde quando pequena e moradora do local a respeito de quem era a Bia irmã mais velha de minha interlocutora. Percebi que o fato da Praça 9 ter se legitimado no passado como um lugar que distribuía drogas em grande quantidade pela região estava agregado a história de vida da família de Maria e a gestão do comércio de drogas tendo a frente a “temida” pelos moradores: Bia.

Bia a “rainha do pó” era uma mulher que comandou as atividades ligadas ao comércio de drogas por mais de vinte anos no local. Sua família se fez conhecer por inúmeros relatos, notícias em jornais. Ela foi citada como uma testemunha importante na CPI realizada sobre narcotráfico em Curitiba no início dos anos 2000 por ter ligações com policiais investigados por essa comissão que na época resultou na demissão do Delegado Geral da Polícia do Estado do Paraná e prisões de policiais.

Após, esses fatos e diante de disputas que envolveram as relações de poder na atividade de comércio de drogas na Vila, operou-se estrategicamente a execução da

família que historicamente havia dominado essa atividade na Cidade Industrial de Curitiba. Foram assassinados em um curto espaço de tempo e em situações bastante específicas de emboscadas como relatam os jornais de circulação da capital e também moradores e entrevistadas. Bia foi executada junto com um de seus filhos ao sair de sua casa na Praça 9 com vários disparos de armas de diferentes calibres. Pouco antes desse fato, ela havia procurado o Delegado da Corregedoria da Polícia Civil do Paraná para denunciar o envolvimento de policiais que segundo a mesma estariam protegendo um grupo rival de novos traficantes da Vila e que a mando de um deles haviam assassinado um de seus filhos a menos de um mês, com 21 tiros de arma de fogo. Fato que provocou a indignação e a procura da polícia. Contudo, ela não conseguiu prestar seu novo depoimento a tempo. Esses fatos são relatados na entrevista de Maria irmã mais caçula de Bia:

“[...] É tudo acabou da pior maneira possível. A Bia já tinha dado depoimento na CPI do Narcotráfico, ela não contou tudo, sabia de muita coisa. Mas, em seguida eles mataram o Leo (*filho de Bia*) e aí a Bia disse que ia abrir a boca... daí eles acabaram com a vida dela. Ela morreu junto com o meu outro sobrinho no portão de casa. Eles acabaram com todo mundo, minha família se foi [...]”. (Maria, entrevista em 03/12/14).

Na medida em que a família de Bia foi aos poucos forçosamente retirada do centro das atividades do comércio de drogas na Vila. Outros locais começam a se destacar como grandes distribuidores de drogas. Entre eles, a Praça 2 que no período comandado por Bia já era um local de distribuição e comércio de drogas e fica na parte considerada dos “de baixo” na Vila.

Após a execução de quase o total de membros da família de Bia que esteve a frente por mais de duas décadas dos negócios que envolvem o mundo da droga. E sob a acusação de ser o mandante “grande mentor” dos assassinatos em série por moradores (as) e também das poucas mulheres e crianças desta família (entre elas Maria minha interlocutora que permaneceram vivas na Vila) o comércio passa a ser chefiado por uma outra pessoa, agora moradora da Praça 2 e seguido de perto por moradores (as) da Praça 5.

Diante desses pressupostos, o recorte das Praças 2 e 5 que por algumas décadas foram (e ainda permanecem) os principais pontos de revenda de drogas, são alocadas para o centro de decisões sobre o comércio de drogas que mesmo com uma UPS

instalada na Praça Central da Vila esse ramo de atividade não diminuiu e não deixou de existir, se justificam.

A escolha destas duas praças em meus estudos deu-se através de fatores fundamentados na história da disputa pelo comando da atividade na Vila. Neste ponto, me refiro a Praça 2 e as experiências vivenciadas enquanto moradora e depois no retorno com os trabalhos de pesquisa. Ao ponto que considerei essa escolha a partir de informações no campo. Relatos de moradores e fontes de pesquisas em jornais apontavam nomes de pessoas e destacavam um volume de atividades ligadas ao comércio de drogas nesta praça.

Somado a este fator de historicidade já mencionada como algo relevante. Foi decisivo ainda para o recorte analítico do território geográfico priorizado na pesquisa¹², as maiores possibilidades de acesso a contatos que poderiam ser estratégicos. Neste ponto, considerei o fato de que fui moradora na Praça 5 onde imaginava ter com isso um ganho, porque sabia de antemão da dificuldade em levantar dados e estabelecer ações que viabilizassem uma aproximação com as “*minas do corre*” a qual eu buscava na pesquisa.

Outro elemento, a ser considerado foi que geograficamente da Praça 5 até a praça 2, estão duas outras praças, perpassando ainda a Praça Central em uma distancia de aproximadamente 1 (um) quilometro. Os locais são ligados por uma rua em linha reta. Facilitando assim, o deslocamento a pé, realizado nas investidas em campo. Enfatizando, que ambas as praças se localizam na parte “debaixo” da Vila. Essa divisão é retratada nas falas dos moradores.

“[...] Depois que a família você sabe né... morreu lá em cima. As coisas passaram tudo aqui pra baixo. A coisa começou a ser decidida por aqui. Porque houve uma nova divisão do pessoal. Aí hoje quem decide as coisas sobre o que vai fazer é nós mesma. Agora tá mais nós aqui na 5 e lá na praça 2[...]”. (Ana, entrevista 04/04/2016).

Na linguagem de Ana ao mencionar que as coisas passaram a ser decididas “por aqui” há uma referência de lugar. Este não se refere somente ao âmbito social que se coloca na questão de um poder, sobretudo político daqueles que decidem. Na linguagem dos viliros “*os que mandam a letra*”, que seria a norma, regulamentação válida para o local. Há ainda, a dimensão geográfica. As duas Praças as quais esta *mina do corre* se refere se localizam na parte conhecida como a “de baixo” da Vila.

¹² Ver croquis – área do território geográfico destacado – Praça 2 e 5 p. 15

Para situar essa referência dentro de um contexto histórico-social, é importante resgatar alguns elementos. O primeiro é que a primeira parte ocupada pela população oriunda das áreas de ocupações, ou a parcela da população mais pobre com poucos recursos no final da década de 60 e início dos anos 70 foram as que ocuparam as praças 1,2,3,4,5 e 6 ou seja, toda a parte “de baixo” do núcleo habitacional. É sabido que houve exceções. Mas foram essas as primeiras prioridades a serem definidas nas escolhas e ocupações das casas. A parte “de cima” (Praça 7,8,9,10,11 e 12) teve uma parte construída com parceria de recursos da USAID e tinha como requisitos para o fechamento de contrato com a COHAB a exigência de uma entrada em dinheiro para assegurar uma casa. Alguns funcionários públicos, operários assalariados e trabalhadores que ajudaram a construir o Núcleo ou que prestaram algum tipo de serviço durante as fases de construções da Vila também eram selecionados para adquirir casas na chamada parte “de cima”.

Assim, as divisões sociais começam a se consolidar dentro da Vila e ela já se colocam no início desde a inauguração do núcleo habitacional. As classes sociais mesmo que sutis já eram detectáveis naquele período. Com o desenvolvimento econômico da região elas passaram a se tornar mais evidentes, embora não de modo homogêneo.

Neste sentido, é possível encontrar famílias inteiras que hoje residem na parte de baixo e estão bem estabelecidas considerando a questão econômica-social. Como Maria da Luz e suas filhas que residem na Praça 6 e ela como já mencionada é funcionária pública e diz gostar de viver na Vila e se sentir feliz por sua filha a pouco tempo ter conseguido adquirir uma casa próximo a dela. Aqui a Vila assume um lugar escolhido para viver, diante de outras possibilidades e não a única, situação bem diferente da vivida por muitos moradores em seu início.

Assim, em uma análise a partir das experiências dos “de fora” já que me enquadrado assim como entrevistadora apesar de já ter estado “dentro”. Posso supor que a família de Maria assume um caráter multifacetado nas teorias apresentadas por Becker (2008) a respeito de enquadrar-se dentro de normas de um local ou grupos sociais. Do ponto de vista de quem analisa de fora os familiares de Maria atualmente seriam outsiders¹³ por estarem fora das normas correntes das famílias que sobreviveram no

¹³ Outsiders quando existem regras impostas, as pessoas ou grupos que as infringiu podem ser vistas como um tipo especial. Essas pessoas são encaradas como outsiders. Mas aqueles que infringe as regras

passado e sobrevivem do trabalho no comércio de drogas e residem na parte “de baixo” da Vila.

Por conseguinte, se considerarmos as experiências daqueles que vivem na *correria* e também residem próximos de Maria da Luz geograficamente nas divisões produzidas na Vila, mas que atuam no comércio de drogas a família de Maria similarmente também é concebida como outsiders. Mas agora, por não estruturar suas vidas a partir justamente dos trabalhos realizados por eles e até mesmo pela forma de conceber o lugar Vila com distintos significados, não compartilhados por esse grupo.

Entretanto, em uma visão mais ampla onde é possível considerar a totalidade extensão territorial que abrange as casas da Vila e não somente este recorte analítico das Praças 2 e 5, a família de Maria da Luz sob a ótica destes moradores “vileiro@s” , julguem esta família como “estabelecidos” e não mais como outsiders. Por se identificarem com essa família ao considerarem o fato que juntamente com restante da população moradora da Vila (e este é o maior grupo) eles estão ao lado daqueles que hoje escolhem morar neste local, criar seus filhos e estabelecer seus lares.

Assim, é lícito afirmar que existe em uma grande parte da população o “gosto” por permanecer, “tocar suas vidas”, mesmo diante da existência de um efetivo comércio de drogas na região. Esses grupos sociais são heterogêneos, multifacetados ocupam lugares sociais, posições de sujeitos diversos na região e seguem coexistindo neste campo de conflito sobretudo as praças 2 e 5 na Vila. De modo que se estabelece processos de estigmatização entre os (as) próprios moradores (as) na Vila, as vezes de forma sutil, introjetado, quase imperceptível como na fala de um estudante em sala de aula, tentando explicar a outro onde morava, “Eu moro lá em baixo, na dois, bem no meio do fervero, mas não sou didão (*bandido*)”. (Diário de campo – 08/05/2017).

Assim, levando em consideração a história do local e mais, percebendo o que o campo agora insistia em me mostrar. Como assim, mostrar?

Ocorre, que a escola que leciono fica na esquina da Praça 5 e como já relatei o campo me forneceu elementos que me despertaram para um olhar treinado. Ao chegar a escola percebia uma movimentação intensa perto de duas esquinas próximas. Meninas sentadas nos bancos feitos de troncos de madeiras, em frente a uma esquina. E mais acima, quase no portão da escola outro grupo de meninos e meninas juntamente com

(e não as aceita) pode pensar que seus juizes (aqueles que os julgam) são outsiders. (BECKER, 2008, p. 16-17).

outras pessoas que pareciam sempre ocupar os mesmos espaços era algo frequente e observado nas saídas e entradas da escola.

Diante desta constatação, comecei a frequentar a casa de uma ex-colega de trabalho que mora na Praça 5 eu a conhecia de um antigo trabalho na Secretaria de Obras Públicas da PMC- Prefeitura Municipal de Curitiba. Ao explicar-lhe que precisava observar o “movimento” na praça e relatar sobre a pesquisa, essa senhora que hoje está aposentada gentilmente se propôs a colaborar.

Isto acredito se deva ao fato de que de alguma forma atribuía um significado positivo aos estudos, já que a mesma havia perdido dois filhos assassinados¹⁴ por estarem diretamente envolvidos com o comércio de drogas. Um de seus filhos controlou de dentro do sistema prisional a chamada PCE – Penitenciária Central do Estado em Piraquara parte das atividades do comércio de drogas na Praça 5 por longos anos.

Não foi difícil de perceber que perto dos horários que se aproximava a entrada e a saída de estudantes, esse grupo mais próximo do portão de entrada da escola se formava. Aos poucos iam chegando pessoas de vários lugares da Vila, a ponto de que ali naquela esquina da Praça 5 organizava-se um local de encontro que visivelmente era comercializado drogas. São, as *ligas* que ocorriam em horários específicos do dia. Outro grupo, muito menor era o da esquina mais a baixo, também na praça. Porém, esse grupo não se formava especificamente pautado pelo horário da escola. De um lado e do outro da mesma travessa, as vendas são constantes e funcionam o dia todo. As *minas do corre* que atuam nesses locais se revezam em turnos que atravessam a madrugada.

Esta primeira movimentação e identificação de grupos se fez após alguns meses observando a Praça 5. Porém, as análises e observações, desta Praça não ficaram circunscritas a esses dois grupos. Face ao trabalho de comércio realizado pelas *minas do corre* acontecer com maior volume de transações, trocas, venda realizados, destacadamente nas casas.

A questão do trabalho nas casas é algo semelhante na Praça 2. Lá diferentemente, da Praça 5 não há formação de grupos fixos nas esquinas, com horários previstos. O volume maior e significativo das ações do “movimento” que estão imbricadas com o comércio de drogas é fortemente demarcado nas travessas. As vendas e trocas ocorrem em espaços-territórios que são personificados conforme o os

¹⁴ Índice de homicídios é também uma “marca” distintiva da Cidade Industrial de Curitiba bairro onde se localiza a Vila, 70,59% assassinatos para cada 100 mil habitantes contra 42,81% para cada 100 mil habitantes da capital paranaense. Ver mais dados a respeito em WONS (2015).

indivíduos atuantes (aqueles envolvidos nas trocas). Com isso, as pessoas que querem adquirir determinada droga (produto) específica sabem onde encontrar (local e hora) e com quem (qual pessoa) poderá realizar esta transação. A exemplo: é sabido que na praça dois na travessa X se comercializa somente “pó” (cocaína) no varejo e que a um horário específico para que este comércio ocorra. Tal norma deve ser respeitada por todos os outros grupos de vendas pertencentes no local.

O comércio de drogas ocorre em alamedas inteiras e travessas que são chamadas pelos moradores e participantes da rede que envolve as atividades ligadas ao comércio de drogas pelo número e nome de pessoas. Aqui a venda é na casa, quintal, janelas, muros. Com menos frequência em um curto espaço-território que transcende os terrenos e ocupam as calçadas a frente das casas.

Assim, diante dessas características idiossincráticas no processo de investigação e produção de análises se deu minha aproximação com o campo. É importante salientar que a escolha da teoria e os métodos utilizados que norteiam esse estudo é da pesquisa qualitativa. A justificativa dessa escolha deriva da necessidade de lançar mão de teoria e método que necessariamente buscam a interpretação e a compreensão como vertente investigativa. Nessa conformidade ao tratarmos de uma pesquisa na área das Ciências Sociais associada a esse estudo foi utilizado: a observação participante e a etnografia, devido a natureza do meu objeto.

A etnografia nesse contexto me permite ver coisas que com um “*survey*” a exemplo não seria efetivo. Limitando alcances ou até mesmo inviabilizando a pesquisa. Os dados realizados através de qualquer pesquisa quantitativa e a literatura sociológica as quais privilegiam esse método não elucidam as questões acerca das atividades realizadas pelas “*minas do corre*” na rede de comércio de drogas, sob o ponto de vista da experiência.

Neste ponto, as pesquisas qualitativas possibilitam mostrar como marcas de uma estrutura social se encontram em situações singulares específicas. Assim, é possível refletir questões que não fazem muito sentido à aqueles que observam de “fora”, ou arriscam análises superficiais e pouco significativas. Ao contrário, o que explicaria o trabalho dessas mulheres em atividades que no senso comum até mesmo de alguns moradores da Vila previsivelmente se impera o jargão dos três “C” como futuro não promissor a qualquer mulher que está no *corre*, cadeia-cemitério-clínica. Claro a clínica para eles se remete a ideia de tratamentos oferecidos pelo poder público.

Representado na Vila pelo posto de saúde e atendimento oferecido pelo CRAS – centro de referência de assistência social, localizado na Praça central.

Assim, os estudos etnográficos favorecem as análises sob tais questionamentos. Ao ponto de buscar apreender os motivos pelos quais em um mesmo sistema social algumas mulheres tomam determinadas atitudes e outras não, em um leque múltiplo de possibilidades de estratégias de sobrevivências.

Considerando seus agenciamentos o que o campo me revela? Faz todo o sentido “estar nele”, caso contrário, sem a observação e interação (pesquisadora, campo e objeto) a pesquisa correria o risco de não avançar e pouco contribuir com as literaturas já produzidas sobre o tema.

Haja vista, que muitas pesquisas já se realizaram com diferentes abordagens procurando entender o envolvimento de mulheres no comércio de drogas diante de vários aspectos sobressaem-se as análises que vislumbram problematizar a criminalização e feminização da pobreza. (ANGARITA, 2008; BARCINSKI, 2009; 2012; LOPES; ARGIMON, 2010; OLIVEIRA; LINJARDI, 2013; CORTINA, 2015).

Entretanto, muitas das literaturas apontadas seguem a trilha de pesquisas que abordam um período posterior ao “envolvimento”, ou seja, em que as mulheres se encontram realizando a ação (venda, troca, entre outros) nas atividades. Sobretudo, quando as mesmas já se encontram encarceradas ou ainda quando já abandonaram tal atividade.

Com isso, tornando-se não observável e não analisado outros elementos que compõem as ações. Neste sentido a antropóloga Alba Zaluar (1986, p. 110) escreve sobre a produção de falas já estruturadas: “Não entra em pauta o processo de decisões e estratégias tomadas em meio a conflitos de acordo, vacilações e dúvidas, impulsos e racionalizações, valores e predisposições” resultando pela construção de uma estrutura estruturada.

Devido às dificuldades de entrada e acesso a esse campo e objeto de pesquisa. E ao fato de ainda ambos seguirem norteados pelo “tabu” do silêncio (não deixei de considerar esta hipótese em minhas análises) a observação participante em campo foi um instrumento indispensável durante o período investigado. Ao considerar que as falas em entrevistas se deram pautadas por um caráter sigiloso que segue não desvinculado de várias ordens de “riscos” inclusive aqueles que atentam sobre a vida de ambos os lados: pesquisadora e interlocutoras.

A ideia de uma etnografia “*in loco*” é enfrentar e concomitantemente estar ciente desse desafio e entendo que só através dela seria possível avançar na pesquisa. “Quando corretamente empregado, o método é um meio que permite aos intérpretes alegar uma atitude puramente teórica de observador”. (SCHWANDT, 2006, p. 197). Deste modo, busca-se trazer para constituição desta análise elementos subjetivos na constituição dessas mulheres.

Neste sentido, tendo ciência de que tratamos de uma pesquisa qualitativa. E ao considerarmos entre outros elementos as subjetividades como constituição importante do objeto deste estudo e ainda diante da complexidade do mesmo é sem dúvida necessário despender uma atitude crítica do conhecimento, além de lançar mão de técnicas e análises contextualizadas. Com isso, compartilho o que menciona Minayo (2008, p.101), “a objetivação reconhece a impossibilidade de uma neutralidade absoluta e busca forma de reduzir os juízos de valor na pesquisa”.

Assim, aliada a etnografia realizada na Vila, fiz anotações de tudo que eu achava que pudesse servir como material de pesquisa. Essa coleta sistemática e convivência no campo como já mencionada durou aproximadamente dois anos (2015/2017). Entretanto, minha inserção no campo, considero que foi realizada, desde o meu primeiro trabalho de pesquisa com início em 2012. Também utilizei a entrevista como ferramenta de pesquisa.

Estas foram organizadas não a princípio de modo semiestruturadas. Minha ideia era registrar as trajetórias pessoais das *minas do corre*, acreditava que ao construir suas próprias narrativas fossem a princípio surgindo os elementos (objetivos) que eu buscava compreender.

Diante da minha inserção no campo anteriormente, já havia coletado materiais (algumas entrevistas) que foram úteis nesse estudo. Nos primeiros meses do ano de 2015, aproveitei que estava na Vila já coletando minhas impressões e registros etnográficos do campo na Praça 5. Conversando com um responsável por uma “biqueira” que já conhecia antes do início da pesquisa e diante deste diálogo informal me apresentou uma *mina*. Cabe ressaltar que nesta primeira fase de registros na pesquisa fui apresentada as pessoas novas as quais não conhecia como a “mulher” de alguém que já foi do “movimento” e como ex-moradora. Era assim, que as pessoas me enxergavam no local. Meus primeiros acessos se deram deste modo.

Frequentemente em dias de festas ou eventos esportivos estive acompanhada por meu companheiro. Confesso que essa companhia inicialmente foi essencial no

sentido de me sentir segura nos locais em que transitava. É como se este fato legitimasse minha presença e justificasse minha permanência entre elas (es). Isto me permite afirmar há existência de códigos de reconhecimento valorativos. Aos quais neste caso específico ao qual descrevi acima, chama-se nativamente de “parceria” – quando o sujeito é parceiro é de “*bom grado*” colaborar com ele (a), face em algum momento ele já havia colaborado com alguém. São trocas de cumplicidades. Solidificam laços de sociabilidades. Entretanto, esses elementos foram construídos em um período que antecedeu essa investigação.

Conforme a pesquisa foi avançando passei de “mulher” de alguém a ser designada por outro termo “a professora”. O curioso é que quase nunca me chamam pelo nome. Aos poucos fui percebendo que havia construído os meus próprios laços de “parceria”. E convites foram surgindo para ir às casas e facilitaram meus trabalhos. Minha percepção quanto a minha aceitação veio através de dois fatos, ambos se deram na escola.

O primeiro foi ainda em março de 2016 quando ao chegar em uma tarde para o trabalho a irmã de uma *mina do corre* que também trabalha na escola onde eu trabalho, me parou no corredor que dá acesso as salas de aula. Percebi que a mesma estava com uma expressão facial de preocupação e queria me contar algo que havia acontecido na prisão onde sua irmã até esse momento ainda se encontra reclusa. A irmã dela uma *mina do corre* que eu havia realizado algumas observações no campo e já havia iniciado algumas conversas. O diálogo foi rápido e seu olhar não parou de verificar se nenhuma outra funcionária (o) se aproximava para ouvir a conversa. De maneira afoita e desesperada relatando que a irmã quase foi morta na instituição prisional e que isso havia ocorrido porque a mesma “não abaixava a cabeça” e as outras presas haviam se rebelado pelas más condições do local. Ela segue relatando que a irmã no telefone havia pedido para falar comigo. “Fala lá pra ‘professora’ que eu vou ligar para ela”. (Diário de campo 29/03/16).

Entretanto, não consegui de imediato falar com a *mina do corre*, devido às circunstâncias relativas aos limites de comunicação devido a tentativa de rebelião “motim” que havia recentemente ocorrido na penitenciária feminina em Piraquara-Pr, naquele momento. Porém, a irmã dela me relatou que ela precisava de ajuda de uma advogada (o) e esperava que de alguma maneira eu pudesse contribuir nesse fato.

Neste momento percebi de alguma forma minha presença havia se tornado significativa para aquelas pessoas com quem eu estava convivendo. Elas me

procuravam para contar fatos que ocorriam no local, já que sabiam que eu fazia a pesquisa e tentavam me atualizar relatando situações muito variadas que eram perpassadas por muitos aspectos, que poderiam ser desde a entrada de uma nova *mina* no trabalho relativo ao comércio de drogas até brigas entre vizinhos ou de um grupo de Praça contra outra Praça para resolver um conflito e outro.

Outro momento no qual percebi já estar aceita no campo deu-se em um diálogo que pude fazer com uma aluna do 9º ano da escola a qual leciono. A mesma é filha e neta de *minas do corre*, a mãe é falecida há dois anos. Entretanto, foi através da avó que também atua na atividade do comércio de drogas que veio a impressão que confirmou minha transitoriedade permitida. Esta é moradora da Praça 2. A adolescente com um ar de visível felicidade e euforia chega pulando ao meu lado que estava com pressa para ir para sala de aula, mas parei para ouvi-la: “ - Sabe que a minha vó falou que você pode ir lá em casa fazer entrevista com ela”. Eu respondi, com uma expressão de surpresa e indagação: “- Sério”? Ela continuou. “Sério, ela disse assim: [...] chama a professora que para ela eu falo”. (Diário de campo, 18/05/2017).

Já havia estado por muitas vezes na observação do local. Claro observando e sendo observada. E depois de muito tempo conversando principalmente com alunas (os), mas não só com eles na Praça 2, fui aos poucos conhecendo pessoas e estabelecendo contatos importantes. Um deles foi esse que acabei de descrever a “avó”.

Depois de tecer este comentário que julgo relevante sobre como ocorreu a mudança no “olhar” das minhas interlocutoras sobre o meu “*eu beiju*”, ou ainda, sobre a pesquisadora que escreve. Que passou de “mulher” de alguém que possui laços de confiança e cumplicidade na Vila para a “professora” que construiu seu código de respeitabilidade que se traduz pela “transitoriedade permitida” nos locais estudados.

Esta transitoriedade não foi dada por ninguém, ou seja, não houve uma autorização de fulana ou Beltrano um possível “líder” ou “Chefes (as)” para que os trabalhos de pesquisas ocorressem com tempo e hora marcada. Foram ações, escolhas e tomadas de decisões minuciosamente edificadas, e, em muitas ocasiões foi preciso acionar um leque de dispositivos que se remetiam a um legado histórico até mesmo familiar, para provocar e entender os processos de: avanços, paradas e em alguns momentos retorno nos trabalhos.

Entender esse processo não é fácil. A medida que um incomodo diante dos prazos institucionais que são exigidos no desenvolvimento de um estudo é algo que não nos abandona e independe das ações exclusivas da pesquisadora em si.

De modo, que durante os estudos etnográficos desse trabalho, meu campo apresentou-se como um grande desafio em relação à viabilidade da pesquisa. O segundo homem na hierarquia do comando de comércio de drogas foi brutalmente assassinado em uma rua de comércio na Vila. Ele era responsável por distribuir o produto para Curitiba e região metropolitana.

Esse fato desencadeou uma série de notícias e sentimentos de aflição, medo e incertezas que pude vivenciar em campo. Desde o início dos trabalhos e da história da Vila foi a primeira vez que se decretou o “toque de recolher”¹⁵. Essa notícia foi amplamente divulgada nas mídias televisivas, internet, jornais e celulares. No dia da execução do assassinato as escolas foram fechadas e chegou a mensagem da SME-Secretaria Municipal da Educação que por segurança as (os) professoras (es) seriam escoltados pela polícia militar até a saída da Vila.

O toque de recolher se estendeu por praticamente três dias. As notícias sobre tiroteios e mortes de pessoas na Vila aumentaram rapidamente. Isso em resposta ao assassinato do líder do comércio de drogas da região. Foram momentos, bastante intensos onde procurei me atualizar de tudo o que ocorria. Vários veículos diferentes de comunicação divulgavam fatos ocorridos. Estive no local na primeira noite. Andei a pé pelas ruas da Praça 5. Mas em virtude do clima tenso e dos riscos, resolvi voltar somente durante o dia.

Este fato acabou afetando inclusive o transporte público os ônibus não circulavam na Vila. Colégios próximos da Vila em outras regiões de Cidade Industrial também suspenderam as aulas. As lojas nas quatro ruas do comércio e de algumas regiões próximas se mantiveram fechadas. A impressão que eu experimentei ao andar pelas travessas e alamedas da Vila nesses dias de decretação de “toque de recolher” registrando esse acontecimento tenso do campo foi que o silêncio que anteriormente era algo velado se torna revelado. A Vila das “casas iguais” se reflete a um grande vazio.

Assim, como já observei anteriormente a pesquisa de campo na busca pela comunicação da pesquisadora com suas interlocutoras (es) pode sofrer paradas, interrupções que problematizam a arte do fazer pesquisa. Os fatos descritos acima resultaram em uma maior dificuldade para que novamente as *minas do corre* se dispusessem a falar. Ressaltando o que Zaluar observou:

¹⁵ As ordens determinavam que nenhum morador (a) poderia sair de casa e que nada deveria funcionar, sob pena de ocorrer punições. As notícias foram reproduzidas através de áudios e gravações de mensagens de celulares que se autodenominavam do comando. Estas se propagaram rapidamente na Vila, chegando ao conhecimento das instituições públicas, mídias televisivas e redes sociais.

[...] O processo de comunicação social que inclui a atividade da pesquisa não é uniforme, nem ininterrupto nem livre totalmente. Ao contrário, é feito também de pausas, interrupções, proibições interiorizadas, constrangimentos, restrições ao dizer[...]. (ZALUAR, 1986, p. 116-117).

Isto posto, retorno ao momento da organização das entrevistas. Como já mencionado, a primeira tentativa de entrevista acabou acontecendo de forma não planejada. Ou seja, eu não havia agendado a entrevista. E em mais um dia de exploração ao campo, ocorreu que ao estar próximo a uma biqueira avistei um “cara” que eu já conhecia (devido ao fato do mesmo ser morador antigo no local). Também era ciente que o mesmo é responsável por todo o comércio e distribuição de drogas para outras pessoas que desenvolvem atividades relativas à venda e troca de drogas. Ao permanecer ali conversando e já aproveitando para falar sobre a pesquisa o “cara” me apresentou a uma *mina do corre*. Isto possibilitou que mesmo de forma preliminar ele justificasse a minha permanência no “ponto” de venda.

Naquele momento resolvi aproveitar a oportunidade (elas eram raras) e perguntei se poderia gravar uma entrevista. Ela no momento respondeu que sim. Como eu não havia estruturado a pesquisa decidi que falasse abertamente sobre a sua história de vida.

Percebi através desta experiência que precisaria ter perguntas-chaves. Que a entrevista não poderia ser solta, frente a história. Eu corria o risco de que as narrativas fossem contadas pelas *minas do corre* de modo muito resumida a ponto de serem pouco produtivas e passíveis de não serem suficientemente aproveitadas para as minhas análises que pretendia fazer. Isso se traduz em meu primeiro erro no campo. A falta de planejar ou a tentativa de prever que isso fosse algo passível de acontecer. Tenho que admitir que foi algo ingênuo imaginar que elas falariam sem serem instigadas.

Tinha a ideia de entrevista, mas imaginei questões menos específicas, relativas à infância, situação de trabalho por exemplo. Mais tarde também refletindo a respeito. Indaguei que talvez não fosse ainda o momento apropriado para ter realizado a mesma. Em virtude da pouca confiabilidade que despertava a minha interlocutora que sabia pouco sobre a pessoa que a entrevistava. Este é um ponto que considero importante neste tipo específico de pesquisa. Considero que o êxito na coleta de dados para essa pesquisa, face aos mesmos pertencerem a uma ordem submetida a um caráter sigiloso.

É preciso que a interlocutora entrevistada possa acionar dispositivos que elas possam classificar a pesquisadora (entrevistadora) como alguém muito próximo de suas relações cotidianas. É como se fosse necessário a existência de um vínculo “afetivo”, familiar, amizade ou ainda “cumplicidade” muito sólida. Só com esses preceitos, os trabalhos de pesquisas se permitem decorrer.

É importante ressaltar a respeito da observação participante que nesta pesquisa a mesma seguiu agregada a entrevista estabelecendo uma relação direta. Sem a primeira não ocorreria a segunda. Devido às entrevistas mais aprofundadas com as “*minas do corre*” ocorrerem somente quando estas conseguiam realizar algum dispositivo sobre quem a pesquisadora é enquanto “pessoa”. Isto é salientado por Cicourel:

[...] Uma pessoa torna-se aceita como observador participante devido em maior proporção ao tipo de pessoa que revela ser aos olhos dos seus contatos no campo, do que aquilo que a pesquisa representa para eles. Os contatos no campo querem se assegurar de que o pesquisador é um “bom sujeito”, de que se pode ter certeza que não fará nenhuma sujeira com o que descobrir. Eles não estão interessados em entender a base lógica de um estudo [...]. (CICOUREL, 1980, p. 90).

Com isso, essa primeira entrevista não foi bem-sucedida. A partir deste fato, elaborei perguntas que estimulassem as *minas do corre* a falarem sobre suas famílias, vida afetiva, sobre o trabalho no comércio de drogas, a respeito das razões pessoais que explicariam seus ingressos nestas atividades vistas como tradicionalmente “masculinas”. Logo, com o decorrer dos encontros e das falas foram surgindo temas que não estavam no protocolo original da entrevista. O caráter flexível das entrevistas provou ser bastante produtivo para uma menor resistência por parte das entrevistadas.

As entrevistas ocorreram em lugares bastante diversos. Geralmente combinava com as *minas do corre* um lugar que elas achassem adequado. Isso remetia a ideia também de um lugar mais seguro com menor risco. Entretanto, diante das circunstâncias experienciadas no campo, a ideia de seguridade foi bastante frágil. Tudo mudava em segundos. Embora, eu conhecesse bem os lugares, ou seja, as Praças, as pessoas que frequentavam os pontos mudam bastante, e se diversificam muito. Até mesmo se considerarmos os horários da realização das “ligas”. Esse fato me causava certa apreensão de não saber muito bem quem a qualquer momento poderia aparecer nos locais (pontos). Desde policiais civis, militares, muitos transitavam sem qualquer

identificação institucional, outras *minas do corre* ou “caras” ou ainda um grande leque dos chamados “clientes”.

Foi dentro de um clima instável que realizei a maior parte das entrevistas. Algumas nas casas que serviam também como ponto. A Praça central também foi um local usado para entrevistas. Foi nela que passei uma situação bastante tensa em campo. As minhas entrevistas foram gravadas (áudio) com a permissão das (os) interlocutores e concomitantemente eu também escrevia e fazia registros durante as mesmas.

Todo o processo era explicado e combinado antes do início da gravação. Solicitei em todas as entrevistas que escolhessem um nome que elas gostassem e que este seria (é) usado na pesquisa.

Diante de uma entrevista realizada na Praça Central como mencionei acima, passei por um momento bastante tenso no campo. Estávamos sentadas nos bancos de cimento que tem no centro mesas que são usadas para jogar xadrez na frente da Igreja Católica, gravando uma entrevista. De repente chega um motoqueiro com capacete ainda na cabeça e tira uma arma que estava em sua cintura. A arma é apontada em nossa direção sob uma distância bastante curta e menos de um metro. O sujeito grita algo e entendo que o mesmo está fazendo uma cobrança (de um valor em dinheiro devido) a uma das duas *minas do corre* que estavam comigo. Uma delas responde alto rapidamente sem alterar muito o comportamento, que estava gravando um trabalho com a “professora” (no caso eu) e que mais tarde resolveria com ele. Ele insistiu um pouco e a tensão aumentou. Porém, com a fala da outra *mina do corre* que estava junto solicitando que ele fosse embora e que logo o procuraria ele cedeu.

Confesso que naquele momento fui imbuída por um sentimento de medo e que demorei algum tempo para me refazer. No momento da arma apontada, pensei em pegar o gravador e sair dali. Mas, não consegui. Simplesmente não esbocei reação alguma. É como se meu corpo ficasse paralisado diante da exposição ao perigo. Mesmo, sabendo que aquilo poderia acontecer novamente. Continuei minhas entrevistas.

Assim, considero que as nuances no campo podem ser renovadas todos os dias. Um trabalho etnográfico pode carregar esse caráter. Com isso, lembrei-me mais uma vez de Carmem Tornquist (2007) ao descrever o envolvimento do campo com a pesquisadora podendo a chegar a tal ponto que por ele os trabalhos podem passar de observação participante a uma participação observante, mesmo que de forma involuntária acrescento aqui. Num sentido racional e mental como menciona a autora

acredito que não tem como passar por ele sem ser afetado. Ou seja, o impacto psíquico que o campo aporta é inevitável.

Diante destes impactos experienciados em campo inclusive de uma maneira inusitada, já que acreditava que pelo fato de já ter morado na Vila e ter convivido no mundo do *corre* por longo tempo e assim conhecido de perto o trabalho realizado por uma mulher que trabalha no comércio de drogas, estes pressupostos facilitariam minha investigação. Entretanto, confesso que ao vislumbrar estas mulheres-*minas* como objeto de pesquisa não foi algo simples de realizar.

Ao deparar-me com as múltiplas realidades enfrentadas por elas, sobretudo posicionalidades de sujeitos e subjetividades, mostra-se aí o quão foi complexa tal tarefa. Despertando entre outros desejos a aproximação com este objeto que é tecido de carne, sentimentos e possui suas próprias maneiras de ver e viver naquilo que elas denominam como “movimento” e “envolvimento” com o “mundo” do comércio de drogas.

1.4 As minas – construção do objeto

O trabalho realizado por mulheres, as práticas sociais, processos de interações que ocorrem no tecimento desse estudo é algo a ser considerado na construção de um objeto que, sobretudo é emaranhado de possibilidades que o tornam teoricamente instigante e desafiador concomitantemente.

Partindo do pressuposto, que as *minas do corre* minhas interlocutoras aproveitam por um lado, as possibilidades engendradas em um quadro de relações cuja binaridade supostamente é a princípio hegemônica. Entretanto, como versa Haraway “[...] Cresce a evidência da necessidade de uma teoria da ‘diferença’ cuja geometria, paradigmas e lógica escapem aos binarismos, à dialética, aos modelos natureza/cultura de todo tipo[...]”. (HARAWAY, 2004, p.207-208).

Assim, os binarismos não dão conta da complexidade e das diversas experiências dos sujeitos, especialmente daquelas que são alvo (objeto) deste estudo. Com isso, permite-me apontar que esse quadro de relações se apresenta, sobretudo permeável, possibilitando para as *minas do corre* a construção de múltiplas posicionalidades fluídas.

De fato, neste ponto é importante considerar que as construções de suas subjetividades são perpassadas pelas experiências vividas, que são específicas e, que de alguma forma são elementos que as inserem em um rol de requisitos exigidos. Elas constroem circunscritos desde elementos subjetivos como de ter coragem de entrar para o movimento até o investimento que se faz para entrar na rede de sociabilidades do local. Para tal, primeiramente se deve “conhecer alguém” para se legitimar a “confiança”. Em algumas circunstâncias esse critério pode ser dispensado se caso a legitimação acionar aspectos que envolvam a tradição, parentesco, moral.

Assim, tentando entender o objeto que é composto por mulheres de “carne e osso”. Mulheres que se submetem a trabalhar no comércio de drogas uma atividade que se estabelece e legitima um “lugar” uma posição deve-se considerar que esta posição é ocupada por um sujeito que certamente não é neutro. A este respeito é clarificadora a abordagem de Lauretis:

[...] Conceber o sujeito social e as relações de subjetividade com a sociabilidade de uma outra forma. Um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito engendrado não só na experiência de relações de sexo, mas também na de raça e de classe: um sujeito portanto, múltiplo em vez de único e contraditório em vez de simplesmente dividido[...]. (LAURETIS, 1994, p. 208).

Desprende-se com isso, a ideia de que não basta somente identificar diferenças entre mulheres e homens que desenvolvem uma atividade no comércio de drogas. Diferenciar corpos e características neles contidas não permite de forma consistente e tão pouco explica o “lugar” ocupado por tais mulheres na rede de sociabilidades e no comércio de drogas as quais “*as minas*” estabelecem relações sociais.

Ainda que isto as tome sempre igualmente como participantes e que sejam igualmente reconhecidas permanecem níveis de opressão como uma construção social que não advém certamente de uma premissa naturalista, é resultado de construções sociais uma vez que homens e mulheres são eles mesmos instituídos e instituintes de relações cujos conteúdos gendrificadas são ainda impeditivos em relação a muitos aspectos da sua autonomia e da configuração de outras formas de poder.

Reconhecer essa dimensão é trazer para dentro da discussão uma necessidade de recolocar que mesmo se consideradas as mudanças e em certa medida a aproximação em termos de possibilidades para homens e mulheres não se pode esquecer

que não existe uma teoria sobre a opressão se a vontade de mudança social e sem a vontade terminar com a opressão.

Entretanto, reconhecer a diferença entre ser uma *mina do corre* mulher que trabalha no comércio de drogas que majoritariamente segue como uma atividade entendida dentro de um padrão “reconhecido” como atribuído aos “*caras*” – homens que também trabalham na mesma atividade, não é produzir um “diferencialismo” onde homens e mulheres passam a serem espelhados e aproximados pelo que um assume do suposto mundo do outro na tentativa de diluir o equívoco histórico que fizemos quando opusemos igualdade e diferença e esquecemos que o contrário de igualdade não é diferença mas desigualdade. E a diferença e a semelhança não são necessariamente em si mesmo, termos carregados da exigência de posição política.

Neste sentido, pensar as subjetividades identitárias das interlocutoras dessa pesquisa as “*minas do corre*” é indagar-se também a respeito dessas questões. A condição de pessoa é algo levantado por Sarti [...] Considerar o lugar da mulher implica, assim, o exame prévio da concepção de pessoa, do “eu”, do grupo social em pauta, com base na qual se configura o sentido da diferenciação do homem e da mulher [...]. (SARTI, 2004, p.45). De modo que, se falarmos em igualdade e desigualdade temos que necessariamente considerar como se deu a construção deste “eu”. Sem isso, desigualdade e igualdade não operam dispositivos explicativos que permitam compreender estas subjetividades.

Portanto, estudar gênero e trabalho com drogas é perguntar-se pelo como as diferenças estão sendo dinamizadas e como são recolocadas em relação, e o que elas significam em termos de igualdade e desigualdades também por razões de gênero, transversalizadas por classe, raça e pobreza.

Cabe ressaltar que gênero e classe pautaram as discussões sobre as diferenças entre os sexos e as reivindicações sobre a igualdade foram frequentemente invocadas no campo das teorias feministas, mas esta questão vai muito para além do que transformar as reivindicações de igualdade em reivindicações de identidade, o grande desafio é buscar a historicidade das diferenças, pensar as *minas* como mulheres, é certamente remetê-las a uma complexa rede de características e articular o sentido das palavras nos contextos em que há ambiguidades e no qual isso possibilita diferentes consequências políticas.

Diante disso, Costa corrobora para essa questão ao denotar acerca da produção teórica feminista [...]. Aqui reside a dupla visão do feminismo: seu sujeito, longe de ser

apenas uma metáfora ou uma questão de pura diferença, existe dentro e fora da ideologia de gênero [...]. (COSTA, 2002, p.67).

Na verdade a reivindicação de igualdade dentro da diferença não é nova e embasou várias políticas. No feminismo a igualdade será encontrada não apenas na diferença, mas pela afirmação da diferença, e enfrentar a crença que há em nossa sociedade, de que características físicas são autoportadoras de classificações sociais é parte de uma vontade política necessária a sua correção, quando a problemática se coloca no bojo da dimensão que se estabelece entre igualdade e diferença.

Desta forma podemos considerar o que Costa (2002) propõe a respeito do lugar desse sujeito no feminismo onde a posição mulher é radicalmente “outra” ao passo que para apreender suas posições as *minas do corre* pressupostamente partem de suas experiências, essas seriam como o [...] resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de negociações contínuas das pressões e resistências internas[...]. (COSTA, 2002, p. 67) que as diferenciam e as colocam em diferentes “lugares”, considerando a heterogeneidade a qual também constituem as subjetividades das mulheres alvo desse estudo.

É a própria natureza da diferença que se impõem como prática de desvendamento necessária ao desafio político. A luta pela paridade política entre os sexos e todas as reivindicações políticas do feminismo veem sistematicamente denunciando que esta suposta naturalidade baseada em critérios da heterossexualidade e a naturalização da sua prática com as divisões dos mundos em masculino e feminino não são resultados nem da fatalidade, nem do processo histórico natural. Mas resultam de muitas ações humanas que comportam posições e atitudes mentais, físicas e culturais.

A tensão entre indivíduo, grupo e sociedade, igualdade e diferença merece destaque, e que segundo a reflexão de Scott (1990), da qual me aproprio não se constitui em termos de experiências opostas mas de conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão. O desafio é o da análise dessas tensões nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas para utilizar suas palavras, elas precisam ser explicitadas, localizadas e identificadas. A igualdade continua sendo a meta como um princípio absoluto, embora seja uma prática historicamente contingente e que ao ser demandada pode evocar ou repudiar as diferenças que não permitiram a igualdade. Já que a diferença sexual é em muitos

contextos estabelecidas não como um fato natural, mas também como base ontológica para a diferenciação política e social.

Entender de que forma a teoria feminista e a sociologia contemporânea contribuem para esse debate se faz basilar. Parto da premissa que estabelece *as minas do corre* não como vítimas e tão pouco como algozes. Assim, trilhar os primeiros passos nesse caminho através da constituição do “ser mulher, vileir@” e como essa posição está imbricada a gestação de ser uma *mina do corre*, perpassa pelas relações de gênero.

Com isso, perceber essas mulheres como pessoas que agem em um campo “gêndrado” Lauretis (1994) e que nele estabelecem suas relações de trabalho com uma moralidade estigmatizada e sobrevivência na atividade que desenvolvem no comércio de drogas é preliminar.

Deste modo, realizei (como mencionado anteriormente) contatos com homens e mulheres moradores da Vila, observação no local com maior relevância em duas Praças 2 e 5, bem como, em diversos pontos de comércio de drogas destes locais mencionados. Foram realizadas nove entrevistas de campo (semiestruturadas), com foco nas narrativas de histórias de vida, com mulheres que atuam (e duas que atuaram) nas atividades ligadas ao comércio de drogas, com idades que variaram de 17 a 55 anos .

As entrevistas não foram propriamente planejadas. À medida que fui iniciando meus primeiros contatos no campo e as observações viabilizadas inicialmente pelo contato de um antigo morador (o qual obtinha relações estreitas com sua família) que permanecia morando na Vila e também desenvolve atividades no comércio de drogas na Praça 5. Foram surgindo e pude conhecer pessoas que se interessavam pela pesquisa. Apesar do sentimento de desconfiança sempre permeando todos os diálogos e possíveis ações de aproximações.

Cabe mencionar que uma *mina do corre* no período em que fiz os registros etnográficos foi presa, em um “encontro” para entrega de mercadoria, portando no momento da prisão dez quilos de drogas em seu porta-malas no carro. E permanece na Penitenciária Feminina central em Piraquara até o momento em que escrevo. Já havia iniciado minhas conversas com ela. Essa *mina* é moradora da Praça 5. Depois de sua prisão conversei com a mesma em duas oportunidades via telefone com o auxílio da irmã da mesma.

Outro fator relevante é que durante a pesquisa, houve inúmeras dificuldades de se estabelecer uma relação contínua de confiança com as *minas do corre* durante o

decorrer do tempo em que permanecia ao lado das mesmas observando suas ações e/ou as entrevistando. No total ao invés de nove seriam doze entrevistas. Já que uma das *minas* foi presa e outras duas após ter iniciado as primeiras aproximações, levantando questões e agendando possíveis entrevistas e locais, horários para a efetivação das mesmas. Posteriormente sem muitas explicações as *minas do corre* não quiseram mais continuar as entrevistas e começaram a me evitar. Acabei priorizando outras entrevistas e estas até o momento permanecem inacabadas. Adotei essa opção, face a grande tensão que se desenvolve no decorrer de situações, onde a entrevistada apresenta desconfiança perante a pesquisadora.

Tratando das mulheres as quais as entrevistas e observações se efetivaram. Cabe ressaltar que no decorrer da pesquisa tinham sua participação nas atividades da rede de comércio de drogas bastante diversificadas. Nesta ocupavam posição com maior e menor escalonamento se considerar a vertente de poder de decisão, ou ainda “prestígio social” – aquela que tem “consideração” (respeito) diante dos demais participantes da rede.

Vale destacar que das mulheres entrevistadas apenas uma não tem filhos. Outras quatro já estiveram presas em sistemas prisionais dentro e fora do Estado do Paraná. Uma apenas é casada e mantém relacionamento afetivo de longa duração. Seis possuem a educação básica formal, ou seja, o ensino médio. Uma se reconhece como de cor branca. Entretanto, as outras não se reconhecem como negra e se denominam como “morenas”. Somente uma declara possuir outra fonte de renda com a venda de materiais e lixo recicláveis.

É necessário por evidência de que não são propriamente a “Vila”, os (as) moradores (as) e as *minas do corre* meu objeto e sim as questões que proponho estudar sobre estes elementos. De modo que a proposta sugere analisar as relações sociais criadas a partir das atividades realizadas no trabalho do comércio de drogas por estas mulheres, ou seja, como estas geram agências e tecem possíveis maneiras de uma *mina do corre* gestar suas leituras explicativas de mundo, onde seja possível compreender suas posições de sujeitos nas redes de sociabilidades que permeiam o trabalho, a família e suas estratégias de sobrevivências em uma vila periférica. Que se diga não foram as mesmas desde início das pesquisas.

A princípio havia me proposto a investigar os motivos que levavam as mulheres moradoras da Vila a se submeterem as atividades no trabalho no comércio de drogas. E como essas atividades se desenvolviam na prática cotidiana. Haja vista, que

predominantemente os homens é que são encontrados com maior facilidade desenvolvendo algum tipo de tarefa nesse ramo. Fazendo uma leitura da literatura que trata do tema, logo se encontram alguns apontamentos que majoritariamente indicam quase que exclusivamente a questão financeira, salvo algumas questões que analisam o protagonismos e o poder nas redes do “comércio de drogas” como respostas a estes questionamentos.

Segundo os estudos já mencionados há um levantamento que conclui e constata o aumento do número de mulheres encarceradas devido algum tipo de envolvimento em atividades ligadas ao tráfico de drogas¹⁶. Entretanto, sem grandes problematizações referentes ao “lugar” ocupado por essas mulheres nessas atividades e possíveis motivações que superem somente a explicação circunscrita ao provir financeiro.

Entretanto, tais apontamentos não me pareciam satisfatórios devido ao que havia vivido no campo por longos anos. E de certo modo havia participado das redes de sociabilidades que constituem as atividades do comércio de drogas. Ora como moradora do local, ora como alguém que viveu em um ponto de venda de drogas, e ainda como esposa de um ex-dependente químico e membro atuante de atividades ligadas à venda e distribuição de drogas na Vila. Isto me possibilita pensar sobre tais explicações, supor e compará-las com a ponta de um *iceberg* – que demonstra apenas um “minúsculo pedaço” de algo que pode ser muito mais amplo e complexo.

A minha circulação em visitas ao sistema prisional, encontros com outros (as) teoricamente “traficantes”¹⁷, com policiais civis em busca de informações ou “pagamentos”, até mesmo a constituição de meu parentesco familiar na Vila possibilita indagar-me se tais ações permanecem obscuras para aqueles que estão de fora e procuram investigar o tema.

Considerando que estes fatores são relevantes para entender o funcionamento da rede que move as atividades de comércio de drogas. Ou seja, “é necessário olhar por dentro”.

Cabe ressaltar que o campo se constitui através de redes de sociabilidades nas quais um dos elementos é o comércio de drogas. Este é marcado pela divisão de trabalho e hierarquias. Estas envolvem dimensões de gênero (portanto, de poder) e sob os interstícios de classe e etnia.

¹⁶ Nomenclatura utilizada nos estudos. Por este motivo, foi mantido.

¹⁷ O termo traficante – é algo genérico que precisa ser problematizado. Ver Capítulo 2

Assim, na rasteira dessas prerrogativas, se objetiva refletir de que maneira mulheres as *minas do corre* tecem seus agenciamentos, bem como, suas estratégias de sobrevivências ao realizarem atividades ligadas ao trabalho no comércio de drogas na Vila Nossa Senhora da Luz em Curitiba-Pr, sob o prisma das experiências das “minas do corre”. Nesta perspectiva propõem-se sujeitos pautados por suas experiências de modo que Costa contribui ressaltando o caráter político: “[..] uma política da identidade tende a compartimentar e objetivar o caráter diversificado e contraditório da experiência vivida dentro das categorias identitárias, tais como raça, gênero e sexualidade [...]”. (COSTA, 2002, 70).

Segue de forma indispensável analisar a partir então das vivências experimentadas pelas *minas do corre*, como estas realizam suas leituras explicativas da categoria construída da “ser traficante”. Acerca disso, admitindo o termo traficante como genérico e usado midiaticamente de forma sensacionalista para produzir representações que submetem associações a termos como: masculino, violência, pobreza, entre outros. Tais conotações tornariam obscura a posição de sujeito das mulheres nas atividades (relações de poder, negociações, hierarquias nas redes) desenvolvidas no trabalho do comércio de drogas.

Este trabalho em atividades referentes ao comércio de drogas estaria fortemente demarcado por posições generificadas? Ao passo que estas delimitam a construção de corpos, ou seja, as *minas do corre* supostamente assumem discursos que as masculinizam sob a égide de um pensamento dicotômico que constrói uma percepção de mundo com fronteiras balizadas entre o masculino e o feminino.

Ou ao contrário, supõe-se que tecem novas formas de transitar nesse campo de (não) trabalho que não se submetem as condicionantes descritas. E estrategicamente gestam ações/discursos que estão permeando esses espaços sem estarem submetidas e limitadas as categorizações desta produção discursiva fundamentada por um pensamento dado como natural a priori. Contudo, pensar as *minas do corre* nos reforça a ideia apresentada por Louro ao mencionar aportes teóricos foucaultianos e de outros teóricos e teóricas, entendendo que “a realidade e os sujeitos são construídos discursivamente”.(LOURO, 2002 p. 17).

Diante disto, seria válido presumir que as agências realizadas pelas *minas do corre* são um elemento constitutivo que perpassa a construção das subjetividades identitárias (mulheres, lugar que ocupam em suas famílias, mães, trabalhadoras, moradoras de um bairro periférico).

Elementos desses agenciamentos, as estratégias de sobrevivência que perpassam pelo (não) trabalho e a “opção” pela entrada e permanência na *correria*, gestam grandes redes de sociabilidades e trocas. Estas são vinculadas ao comércio de drogas e despertam a possibilidade de buscar subsídios nas ações de mulheres na micropolítica local, que visem vislumbrar algo velado que não se torna autoexplicativo pelas análises macros quando estas buscam entender o comércio de drogas por diversos aspectos.

Seja pela vertente do comércio de drogas, categorizado genericamente como “tráfico” como um “problema social” de saúde pública, como resultado de uma atividade lucrativa geradora de grande volume de transações financeiras internacionais no interior de um sistema globalizado capitalista. Ou ainda, seja pela via da fabricação repressora, seletiva do Estado e suas políticas públicas historicamente proibicionistas e não problematizadas que estão pautadas em campanhas midiaticamente sensacionalistas que decretam as denominadas “guerras contra as drogas”, que mascaram e legitimam justificativas de manutenção de uma “necessária” ordem social.

Assim, torna-se imprescindível para a compreensão analisar o âmbito da solidificação dos discursos que defendem a importância da manutenção de uma ordem social a “todo custo”. Mesmo que isso, signifique sacrificar, criminalizar e dizimar vidas humanas. A construção de um suposto “mercado da droga” como um elemento universal causador das grandes mazelas sociais contemporâneas se pautam (e pautaram no passado) em dimensões de ordem política que se constituíram historicamente e socialmente.

2. O MERCADO DA DROGA

“O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso”.
Becker (2008)

A transformação das “drogas” em mercadoria é um fenômeno histórico que assume uma grande dimensão na segunda metade do século XX. As movimentações financeiras internacionais geram volumosos montantes em torno de US\$ 320 bilhões ao ano, segundo o anuário (2016) das drogas da Organizações das Nações Unidas (ONU). No plano nacional os negócios resultam em torno deste mercado R\$ 15,5 bilhões por ano, tendo como principais produtos comercializados a maconha, cocaína, crack e o ecstasy, elencados no levantamento. Fazem parte destes dados múltiplos atores que perfilam desde instituições financeiras, produtores, traficantes, mercado local de venda e consumidores entre outros.

No gerenciamento desse grande negócio genericamente difundido como tráfico¹⁸ de “drogas” ou ainda entorpecentes é enlaçado em seu aspecto político e sob ponto de vista da legislação legal a figura do (a) “narcotraficante”.

É válido mencionar que sobre este último termo há produção e há reprodução de um imaginário carregado por uma roupagem que se estabelece como “verdades” pouco exploradas. Sob esse prisma, não seria difícil a tarefa da descrição de como se constitui a figura de um traficante. A aparência, cor da pele, comportamentos, maneira de se vestir e falar, o que consome, lugares que frequenta não seriam novidades de um estereótipo não desprovido de propósito fabricado e incutido por estigmas no sentido atribuído por Goffman (2009) onde estes produzem marcas distintivas pejorativas, estão enraizados na cultura das sociedades pós-modernas.

Deste modo, as grandes indústrias midiáticas empresariais e instituições governamentais plantam os protótipos da figura do “narcotraficante” como majoritariamente aquele “criminoso” homem, dono de ações violentas, com fuzis nas mãos, que facilmente ganham a vida enriquecendo e estabelecendo-se com poderes

¹⁸ As atividades ligadas ao comércio de drogas no âmbito legal são tratadas como “tráfico de drogas”. Conforme a Lei 11.343/06 – Código Penal Brasileiro. Entretanto, nessa pesquisa está sendo designado como “comercio de drogas” as atividades referentes ao “movimento”, “correria”, venda, trocas, “ligas” de substâncias psicoativas, genericamente denominadas como “drogas”.

incomensuráveis em uma determinada região. Esse traficante tem um rosto forjado que exprime cor, sexo biológico, classe social.

Ao se enfatizar o legado histórico a partir do qual se construíram as normatizações proibitivas é perceptível o uso da designação equivocada para os termos “entorpecentes”, “narcotraficante” de modo generalizado na sociedade, inclusive nos discursos jurídicos e médicos.

A tipificação generalizante da nomenclatura que se consolidou dos termos drogas, entorpecentes, alucinógenos, substâncias psicoativas, alcaloides, tráfico, narcotraficante não pode ser analisada sem considerarmos a trajetória histórica pautada pelos aparatos médicos e jurídicos ao longo do século XX.

Segue ainda acoplado a esta categorização os interesses econômicos dos países que pioneiramente investiram para a classificação do que poderia ou não ser considerado “entorpecentes, ou ainda drogas ilícitas”. Com isso, cria-se uma série de políticas legislatórias que resultaram em resoluções proibitivas e que direcionam o comércio das substâncias que foram colocadas à margem de um mercado legal.

Análises iluminadas de autores Sheerer (1993) Del Olmo (1998) Zaccone (2015) a respeito da categorização internacional que se consolidou em torno dos termos mencionados nos apontam os Estados Unidos na ponta de uma cadeia de países que mantêm interesses no mercado global das substâncias psicoativas.

Assim, com um discurso forjado e pautado no resgate de um moralismo de vanguarda dos bons costumes o protagonista do desenvolvimento capitalista moderno defendeu a convocação da Convenção de Haia (1912) para ratificar a Convenção de Xangai (1909) que estabelecia a proibição do comércio do ópio. Por trás de um suposto argumento de amenizar os danos causados a sociedade chinesa que apresentava sinais de vícios devido ao uso do ópio que chegava a China através das grandes exportações anglo-indianas.

Deste modo, atingiria diretamente seu concorrente econômico direto no caso a Inglaterra. Esta por sua vez, por se sentir em desvantagem caso a aprovação da proibição do ópio fosse aprovada como nos mostra Zaccone (2007) estabelece como condição a sua participação na Convenção de Haia à inclusão de várias outras substâncias nas discussões do evento, inclusive a cocaína. O objetivo dessa manobra seria atingir outros países também concorrentes econômicos e políticos europeus, a exemplo da Alemanha, Holanda e França.

O resultado da aprovação das medidas sugeridas por Estados Unidos e Inglaterra na Convenção de Haia, inaugura a nomenclatura aqui analisada:

[...] o acréscimo das demais substâncias foi aprovado, dando início ao controle internacional das drogas, e marcando, até hoje, a nomenclatura “narcótico” e “entorpecente” para designar diferentes substâncias psicoativas, haja vista, que a cocaína é um estimulante; a maconha um alucinógeno, sendo somente o ópio e seus derivados substâncias entorpecentes[...]. (ZACCONE, 2007, p. 80-81).

Tratando dos discursos repressores e proibicionistas internacionais reproduzidos após os anos 60 e que influenciaram a produção da legislação sobre o tema aqui no Brasil. Referente à produção, ao comércio e ao consumo de determinadas substâncias psicoativas em três Convenções Internacionais da ONU, a Convenção Única sobre entorpecentes de 1961, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971 e a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988.

Na primeira Convenção a de 1961, a direção do documento está voltada para as duas vertentes a da prevenção e repressão. Com isso, se reconhece no texto os malefícios causados pelo uso de entorpecentes a saúde da humanidade. Entretanto, legitimam a necessidade do uso medicamentoso pela área médica. É enfático ao apontar as consequências da dependência de tais substâncias e descreve a necessidade de se criar rígidos controles e restrições a cerca de tais substâncias.

A segunda Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas realizada em 1971 em Viena semelhante a anterior girava em torno da preocupação com o bem-estar social e a preocupação com aumento do número de pessoas dependentes no mundo. Neste documento está em anexo uma lista de várias substâncias que o Brasil adota como proibidas (salvo sob prescrição médica) através do decreto assinado pelo Presidente Geisel nº 79.388 de 1977.

O terceiro acordo internacional ao qual o Brasil é país-parte foi também assinado em Viena em 1988, já mostra sua tendência e preocupação de forma nominativa ao utilizar o termo tráfico, Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Face às questões de saúde pública o qual já apresentava nas convenções anteriores. Esse novo acordo propõe endurecer ainda mais as restrições a cerca do comércio ilícito de entorpecentes.

No Brasil a lei “preventiva”, bem como, com maior ênfase o caráter repressivo inicia um pouco antes dos acordos internacionais. Em 1932 a partir da Consolidação das Leis penais, já estabelecia como pena para o “tráfico” de três a 15 anos de reclusão.

A lei 11.343/06 subscreve e continua subscrevendo o parâmetro das convenções internacionais. O Brasil procura criminalizar sem problematizar as atividades que envolvem o comércio de drogas. Esta nova lei, mantém o caráter genérico dos termos, tráfico, traficante, drogas e permanece aberto a um leque de possíveis interpretações sendo passíveis de serem aplicadas penas diversificadas a atos da mesma natureza.

No entanto, diante do exposto seria um erro reduzir as questões que envolvem o comércio de drogas como atividade proibida/ilegal levando em consideração exclusivamente a perspectiva histórica. É relevante contextualizar como ocorreram as construções sociais das normatizações, bem como, as especificidades locais dos países que aderiram ao longo do século XX, as convenções internacionais realizadas sobre o tema. Neste sentido, Fiore (2012) assinala a importância de uma análise sociocultural à respeito:

[...] É preciso ressaltar que não se “explica” o empreendimento proibicionista por uma única motivação histórica. Sua realização se deu numa conjunção de fatores, que incluem a radicalização política do puritanismo norte-americano, o interesse da nascente indústria médico-farmacêutica pela monopolização da produção de drogas, os novos conflitos geopolíticos do século XX e o clamor das elites assustadas com a desordem urbana. Além disso, sem desconhecer a importância histórica do pioneirismo e do empenho dos EUA para torná-la universal, é preciso notar que somente convergências locais na mesma direção puderam fazer da proibição uma realidade global[...]. (FIORE, 2012, p. 9).

No Brasil, o debate sobre drogas permanece pautado pelo temor moral e por um formato beligerante¹⁹. As leis de caráter “proibicionista” que requerem questionamentos são a fronteira que se estabelece entre a ideia do que é ser consumidor “usuário” e o que é ser o traficante. Para ambos, as penalizações são ambíguas e requerem várias interpretações possíveis. Como exemplo têm-se o fato de não ser específico na legislação regulatória as quantidades portadas pelos indivíduos flagrados

¹⁹ Lei 11.343/2006 endureceu o combate ao tráfico e manteve a criminalização do consumidor. O fato do “uso” estar incluindo no código penal é um exemplo. Por outro lado, a lei aumentou a pena mínima para o tráfico de três para cinco anos e o mesmo passou a ser considerado crime hediondo. Deste modo, a pena é comparável às regulamentadas para os homicídios e estupro.

portando drogas e tão pouco a diferenciações entre estar portando esse ou aquele tipo de droga.

Há neste sentido, uma visão amplamente difundida inclusive sob a ótica das políticas públicas adotadas em território brasileiro, de uniformização das substâncias psicoativas. Estas pressupõem a construção proposital da ausência de debates teóricos diante da necessidade de problematizar uma possível construção de regulamentações diferenciadas para uma grande variedade de drogas produzidas, reproduzidas e comercializadas em um amplo e rentável “mercado e economia” clandestino que se limita a estabelecer tais substâncias circunscritas ao marco regulatório “tão simplório da divisão de drogas em um esquema binário: permitidas e proibidas”. (FIORE, 2012 p.14).

Com isso, o Estado através de suas políticas e as leis antidrogas, potencializa a manutenção deste mercado que sustenta uma economia não oficialmente contabilizada (distante de cargas tributárias) e que possui uma complexa rede de ramificações perpassadas por atividades ilegais (lavagem de dinheiro, tráfico de armas, campanhas políticas, entre outras) e pelos sistemas financeiros. Ambos sustentados sob a perspectiva da criminalização das drogas e do seu consumo.

Na contramão de tal perspectiva, discussões realizadas por Alba Zaluar (2008), Maurício Fiore (2012), apontam para a inverdade do uso discursivo inclusive do Estado da premissa de que a existência de altos índices de violência na sociedade brasileira possa ser relacionada diretamente e exclusivamente ao comércio de drogas. E ainda que ações pautadas no âmbito do proibitivo e repressor sejam apontadas como solução para o desmantelamento das redes que sustentam a clandestinidade econômica e o estabelecimento de uma ordem social não violenta. Assim, mesmo diante de uma dinâmica de comércio de drogas ilegais, dados empíricos de outras sociedades nos fornecem importantes ferramentas de análise:

[...] Países da Europa ocidental, por exemplo, tem proporcionalmente mais consumidores de drogas ilegais do que a maior parte de países da América Latina, mas tanto o consumo como o comércio dessas substâncias se dão de forma muito menos violenta[...]. (FIORE, 2012, p. 14).

Entretanto, não é objetivo deste estudo obscurecer o debate em torno dos danos sociais e individuais relativos ao uso daqueles que consomem as substâncias psicoativas. Mas tão pouco, pode-se deixar de salientar que somente esse fator não

justifica a proibição, bem como, a associação de tipos de drogas ao uso exclusivo de determinados grupos sociais. Isto resulta na criminalização seletiva que se instaura sob a égide da marginalização destes grupos.

Deste modo, com a premissa de salvaguardar uma ordem social o Estado prática sem muitos questionamentos a intervenção nos direitos individuais dos indivíduos de forma legitimada e personificada como ação ideal. Assim, favorece o uso discriminatório da legislação em favor de classes sociais específicas, já que os números apresentados a cerca do sistema prisional, demonstram majoritariamente estarem presos em maior número à população mais pobre.

Diante destes pressupostos, ao estudar o tema relativo ao trabalho no comércio de drogas realizado por mulheres torna-se relevante os números que se apresentam em relação à reclusão de mulheres ao sistema prisional brasileiro em virtude destas atividades.

Segundo o relatório do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN ligado ao Ministério da Justiça, que foi divulgado em novembro de 2016 e buscou traçar o perfil das mulheres encarceradas dos anos 2000 a 2014, o número de mulheres presas no Brasil cresceu 567% em 15 anos, passando de 5.601 a 37.380 mil, representando um percentual de 6,7 % da população carcerária do país. Este fato coloca o Brasil na quinta posição em maior número de população carcerária feminina do mundo. Permanecendo atrás dos Estados Unidos (205.400) presas, China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.471).

Outro aspecto que merece relevância são os apontamentos como causas de encarceramento de mulheres o expressivo índice de 68%, estes como relativos ao envolvimento com atividades referentes ao comércio de drogas.

O Paraná ocupa a 9ª posição em população carcerária feminina. O Estado de São Paulo é o que concentra maior número de mulheres presas. A exemplo do perfil nacional a maioria das presas no estado do Paraná tem entre 18 a 24 anos, 27% são solteiras, 50% foram condenadas a penas que variam de 8 a 15 anos de reclusão.

Conforme pesquisa realizada em 2012 a 2014 em âmbito estadual pela SJTD – Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos acerca das mulheres encarceradas no Paraná apontaram-se dados importantes que confirmam o panorama nacional. A maioria das mulheres encontra-se presa por tráfico de drogas (art. 33 e 35, Lei 11.343/06) ou roubo (art. 157, CP), considerando tanto as provisórias como as condenadas.

[...] Tomando-se os dados das mulheres encarceradas no Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba - CRAF apenas a título exemplificativo, em um universo de 163 presas (todas condenadas) verifica-se que 68% destas responde por crime de tráfico de drogas e 15% por roubo, o que totaliza 83% do universo de condenadas naquela Unidade. Vale observar que 86% das mesmas são primárias. Em relação à quantidade de drogas apreendida dentre os casos de tráfico, 18% indicam casos de menos de 20 gramas e 70% não chega a 1 quilo, o que, evidentemente, pode guardar diferentes significados conforme a natureza e o peso da substância entorpecente. Quanto ao tipo de droga apreendida, nota-se a ampla prevalência do crack (45%), seguido do próprio crack misturado com maconha (20%), maconha (6%) e maconha com cocaína (6%)". (Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, julho/2017).

Na contramão dos números que nos apontam o comércio de drogas como o “carro chefe” das causas de encarceramento de mulheres estão as pequenas quantidades de drogas apreendidas com as mulheres presas em uma instituição prisional. Por essa atividade na capital paranaense quase 18% no momento da prisão “estavam” portando menos de 20 gramas²⁰. Este é um exemplo, mas que pode ser generalizado já que é um fato também apontado a nível nacional e também um dado importante ao indagarmos todas as circunstâncias de como ocorrem as prisões e a quais populações/classes elas são efetivamente dirigidas.

Ao passo que não poderia deixar de comentar, embora não seja o objetivo deste estudo a importância de denotar o custo de uma presa/mês dentro do sistema prisional, o efeito direto dessas prisões e encarceramentos de mulheres sobre outras instituições sociais como: família, escola entre outros. Diante destas questões é preciso refletir sobre as possíveis relações e associações entre como foi construída (e se constrói) a Legislação Brasileira, bem como a respeito das Políticas Públicas voltadas para “prevenir”, coibir (diga-se) repressão de “drogas”. Ciente de que a Legislação como já mencionado anteriormente é ambígua e genérica, passível de ser usada de forma parcial.

No aspecto generalizante no tocante a nomenclatura presente na Legislação que ampara o âmbito jurídico que “julga” e estabelece pena a serem cumpridas por delitos (crimes) praticados. Concorda-se que a maneira como foi e (é) estabelecida a normatização proibitiva historicamente, desencadeou o uso equivocado e tendencioso

²⁰ Esta quantidade de produto no mercado da droga em Curitiba refere-se a um valor monetário que pode variar entre quatrocentos e seiscentos reais pagos pelas mulheres para adquirir a compra e depois revenda. Uma quantidade relativamente baixa se considerada outras transações que envolvem o comércio de drogas a níveis nacional e internacional.

para os termos “tráfico”, “traficante”, “narcotraficante”, “drogas”, “entorpecentes”, de modo isonômico e pouco problematizado nas sociedades contemporâneas ocidentais, inclusive amparadas por discursos jurídicos e médicos.

Cabe ressaltar que há drogas permitidas e outras não. Deste modo é pertinente refletir. Há interesses no distanciamento entre o que se legitima na fronteira da legalidade e ilegalidade sob âmbito jurídico e moral. A quem ela atribuiria vantagens?

É ainda necessário ponderar em relação aos quais grupos sociais as substâncias designadas como ilegais são associadas. É possível observar algum código distintivo entre esses grupos? Há nesse caso a gestação de um estereótipo de ordem moral. Que estabelece um muro entre os que consomem este ou aquele tipo de substâncias as legais e as ilegais. A produção de uma “grande vitrine” de como seria o sujeito – a traficante, bem como, seu modo de vida demarcado por práticas sociais associadas a um modo operante de agir.

Permite à priori supor a existência equivocada de um *habitus* Bourdieu (2004) que é capaz de incorporar um conjunto de ações homogêneas e condições sociais semelhantes. As quais, o sujeito – traficante aciona ao se reconhecer como operador dentro de uma rede de sociabilidades que engendra a manutenção e a reprodução de estruturas que direcionam as práticas sociais difundidas como correntes.

Entretanto, tal conceito limita a realidade a qual o campo me permitiu observar. De modo, que reduz a uma estrutura social que não é rígida a partir da concretude das práticas as quais as “*minas do corre*” se reconhecem e desempenham suas atividades. Deve-se nesse sentido considerar que são heterogêneas as pessoas que narram suas histórias e a maneira como atribuem significados as suas ações.

2.1 A produção da traficante

Nesse sentido, é notável que as atividades que envolvem o comércio de drogas são colocadas na ilegalidade por convenções e acordos internacionais. Esse fator segue carregado por uma significação que associa grupos sociais a determinadas substâncias de forma estratégica e repressora.

As mulheres as quais esse estudo se refere, embora a princípio, não se encontrem diretamente classificadas nestes grupos sociais, alvos de políticas repressoras gestadas pelos órgãos do Estado. Políticas que são responsáveis pela segurança pública

leia-se “manutenção da ordem” social, seguem ora tecendo novas demandas que desafiam as atuais práticas utilizadas pela polícia para inibir e reprimir as diversas atividades que compõem as transações de troca e venda acerca das drogas, e ora, assumem o caráter constituído pela ilegalidade jurídica criada pelos acordos e convenções internacionais anteriormente mencionados.

As “*minas do corre*” que trabalham no comércio dessas substâncias apresentam significação estigmatizada introjetada expressa em suas rápidas respostas. Ao serem questionadas sobre a natureza do produto que vendem foi comum ouvir “a gente vende essas paradas errada. Fazer o que né? A gente precisa virar uma grana [...] entende?”.(Vitória, entrevista 06/03/15).

No trecho da fala de Vitória, que está “envolvida” nas atividades de comércio de drogas desde os vinte e poucos anos e hoje está com 38 anos, desses, passou aproximadamente dez anos presa na penitenciária central – Piraquara no Estado Paraná, saindo e retornando duas vezes.

Descreve o elemento moral ao qual a atividade por ela exercida é significativa “*parada errada*” como ação proibida a margem da lei e do valor atribuído por uma “uniformidade de opiniões”, ou ainda um consenso societário constituído e permeado por relações de poder.

A construção desta “uniformidade de opiniões” é levantada por Becker

[...] o desvio não é uma qualidade simples, presente em alguns tipos de comportamento e ausente em outros. É antes o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento...” “...se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem a cerca dele. (BECKER, 2008, p. 26).

É válido considerarmos que os grupos sociais que partilham essas normas e discursos, acerca das “vozes” que constituem os “atos desviantes” que ocorrem nas relações sociais presentes no cotidiano da “Vila”, fazem parte de um rol de conflitos e divergências que entre outros aspectos são parte de um processo político de sociedade.

Esse processo político é dado como natural e não como uma construção social com tendências, tensões elencadas. Tão pouco se sinaliza a possibilidade de construção de outras possibilidades discursivas e visões a cerca do que se denomina como ação desviante no caso a comercialização de drogas.

No entanto, é relevante considerar que a discussão aqui proposta nesse momento está em torno da permanência e legitimidade que se estabelece desse projeto

de sociedade ao qual se produz normas e visões de leituras do mundo que adentram de fora para dentro da Vila.

Porém, não totalmente aceitas sem questionamentos e levantamentos a respeito dos possíveis desvios – mulheres que não se enquadram na ideia construída de que o que fazem é um mal social ou ainda as “outsiders” do mundo do comércio de drogas, ou tráfico. Supondo que mesmo nestes espaços é possível existir a composição de outras maneiras de se compreender determinados fenômenos:

Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa presumivelmente a infringiu pode ser vista como tipo especial, alguém de quem não esperava viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider. (BECKER, 2008, p.15).

Com isso deve-se considerar que a constituição do “ato da venda” como algo desviante é tensionada e complexa sob a perspectiva de uma “*mina do corre*” de modo que Maria II diz: “[...] é melhor do que roubar” (Maria II, entrevista 18/04/2017) sobre a natureza da atividade que exerce no comércio de drogas.

É intrigante ainda neste contexto outra preocupação o ato de roubar estaria proposto como uma infração grave de ordem moral e não aceito como estratégia de sobrevivência nas relações sociais entre os moradores? Há exceções nesta possível normatização? O trabalho no tráfico seria aí um ato de escolha? Qual seria a zona de interstício entre as atividades desse trabalho e outras como: coletores de papel, empregos domésticos, entre outros?

Entretanto, ainda o ato do que é atividade “a venda”, ou seja, um comércio? Algo que se produz retorno rápido. Uma maneira de provimento financeiro. “*Virar uma grana*”.

Neste sentido pode-se apresentar uma relação da cultura do consumo neoliberal a atividade no comércio de drogas, realizado pelas “*minas do corre*” como resposta fundamentada em uma necessidade de inclusão imediata em relações econômicas geradas por um mercado moderno globalizado. Este mercado gerador de necessidades. Estas se designam como estruturante na posição do sujeito. Estabelecendo modos de leituras e compreensão dessas mulheres em relação a elas e ao mundo que elas reconhecem como espaço de partilha e convivência social.

Entretanto, outras redes associadas à atividade do comércio de drogas, como a troca da droga por outros produtos como: alimentos, roupas, eletrodomésticos, eletrônicos, armas e uma infinidade de objetos em sua grande maioria furtados, que aparecem nos “pontos” e ainda pela troca de pequenos “favores”. É neste ponto que justifico o uso do termo “comércio” frente a denominação “tráfico”. Haja vista, que partindo de dados empíricos do campo as atividades que se relacionam diretamente com o “*corre*” realizadas no movimento pelas *minas*, embora, façam parte de um ganho econômico, que não se restringe a somente a uma ordem social e econômica local, não possui um caráter vinculado só ao econômico. Em situações específicas solidificam uma ordem simbólica que se legitima na “confiança”, parceria e até mesmo em laços de afetividades que extrapolam a lógica restritamente monetária²¹.

Estes aspectos proporcionam-nos uma reflexão considerando-se que mesmo se ante o ponto de vista jurídico constituem-se em uma ação ilegal passível de penalização. Não há uma significação simbólica tão enraizada de ordem moral punitiva no grupo, ao se praticar tais trocas. Desta, forma, podemos supor que há um escalonamento valorativo moral e simbólico que permeiam as atividades dentro e fora do comércio de drogas. Isso, sob o ponto de vista e o agenciamento das mulheres que executam a ação da venda.

Do outro lado, na construção de discursos socialmente “aceitos” onde se observa o elemento valorativo escalonado incutido, que elementos são acionados para que tais atividades sejam consideradas menos ou mais pejorativas a manutenção de uma ordem de convivência social?

Por que o comércio de substâncias como os anabolizantes, anfetaminas (com prescrição médica ou não), ou ainda, as diversas lojas de comércio de roupas de “marcas” mundiais que são “piratas” reproduzidas e vendidas em grandes escalas. Inclusive nas comunidades pobres e que driblam o controle de fiscalização governamental, ou os “vendedores” de sinal de canais fechados de televisão “os chamados gatos”, que são realizados mediante a um valor pago anualmente após a primeira instalação, ou tantas outras e inúmeras atividades ilícitas que movimentam um mercado que se desenvolve a margem da economia formal, não se estabelecem como algo estigmatizante (com a capacidade de reduzir a compreensão a cerca de um indivíduo) na construção de subjetividades daqueles que as realizam?

²¹ A esse respeito ver capítulo IV, sobre a formação das redes de sociabilidade no *corre*.

Desta forma, é passível de supormos que a categoria de “ser traficante” é algo que se constrói no interior de redes sociais enviesadas por dispositivos constitutivos que acionam elementos de: respeitabilidade, estigma, medo e coerção, dissimulação, gênero, entre outros.

2.2 Olha “ela”, *as minas* – Depende de quem “olha”

A ideia de que é o “ser uma traficante” ou ainda “daquela que vende a droga” no contexto em que ocorre esse estudo, não pode ser analisada sem serem investigadas quais as relações sociais que se produzem no ato da venda. O que qualifica a posição de “ser uma traficante”? Há nesse contexto a questão de um agenciamento? Pode-se pensar ainda em relações de poder, gênero, raça e classe que darão um posicionamento deste “ser” no delimitado espaço da Vila e naquilo que transcende esse espaço?

Assim, não se pode afirmar primeiramente que exista um termo exato ou mais apropriado para definir as atividades que se desenvolvem no mercado de drogas. É possível elencar alguns corriqueiramente utilizados: tráfico, comércio, traficante, comerciante, vendedor, repassador, a que faz a “*liga*”.

É relevante para apontar que essas categorias são instituídas discursivamente por um aparato legal (com prescrições penais) que se utiliza saberes inclusive de ordem médica para forjar uma possível inteligibilidade que se reproduz naturalizada, sem problematizar as relações de poder que referendam a existência de tais categorias.

Deste modo, torna-se pertinente propor que ao refletir sobre os termos tráfico, comércio, traficante, vendedor, repassador, empresário deve-se levar em conta não só o ato da venda da droga como algo pontual e isolado, mas sugerir a consideração dos fatores socioculturais que permeiam as falas e os discursos reproduzidos e o contexto em que o ato do comércio é realizado, esta posição é algo necessário.

Dentre tais suposições é possível identificar que se as categorias analíticas mencionadas são usadas como chave de explicação das atividades que se desenvolvem em torno do mercado da droga e são forjadas e estão submetidas a relações de poder que se estabelecem em um dado contexto social que é constituído de fatores socioculturais. Os termos que estabelecem a nomenclatura de tais categorias agem como instrumentos que reduzem as análises e produzem caracterizações que as rotulam de modo simplista e pouco elaborado.

Com isso as narrativas mencionadas pelas *minas do corre* sublinham evidências de que suas vidas são pautadas pela imposição de limites sociais tendenciosamente produzidos. Porém, ao contrário do que superficialmente imagina-se, moradores de lugares marcados, mais especificamente, as mulheres que trabalham no comércio de drogas, e, que são minhas interlocutoras nesse estudo, sabem que sobre si pairam olhares que as estigmatizam. Ainda se isto, não nos permita concluir apressadamente que assumam ações de aceitação desse estigma sem questionamentos, reflexões e resistência.

Assim, tais narrativas também não legitimam o termo “narcotraficante” para atribuir significação à aqueles que sobrevivem da atividade da venda em varejo cotidianamente nas inúmeras vilas, comunidades, bairros das cidades brasileiras. Tão pouco é forte o bastante para reproduzir a figura do traficante somente dentro dos limites sociais solidificados. Este último resultado evidenciado por debates já realizados Misse (2007) e por minha pesquisa realizada com mulheres.

Esses são chamados de traficantes o mesmo termo aplicado aos operadores do tráfico internacional. Entre esses, há os que enriquecem participando do comércio atacadista internacional e os que, ainda adolescentes, vendem papelotes ou baseados para outros adolescentes e jovens. Ainda entre estes últimos, a acusação social parece privilegiar mais aqueles que operam nas favelas, conjuntos habitacionais de baixa renda ou bairros periféricos das grandes cidades brasileiras do que os que agem com base em agendas telefônicas e redes de relações de confiança entre usuários da mesma classe média de onde provêm, moradores de apartamentos e casas de bairros de renda média ou alta. (MISSE, 2007, p. 141).

Por conseguinte, entender o cotidiano das *minas do corre* é algo bastante profícuo neste debate para estabelecer limites e análises semânticas em relação ao termo traficante a partir de suas experiências. Desta forma, perceber as nuances inclusive intergrupo no que categorizei nesse estudo como mulheres que trabalham no comércio de drogas é pertinente.

Neste ponto, a narrativa realizada por Lia uma *mina do corre* que conta ter aprendido como ocorriam as atividades relacionadas ao comércio de drogas com sua tia uma *mina do corre* que atua a quase trinta e cinco anos no local e que a introduziu na “*correria*” é salutar. A entrada dela nesta atividade no final da adolescência é tecida como algo que deveria ser realizado. Ao passo que quando mais nova auxiliava no cuidado com as crianças menores da casa, com a limpeza, ia a escola e mesmo sob o

fato de que ainda naquele momento não ter necessariamente que contribuir com a manutenção econômica da casa, sabia que em algum momento teria que ser feito.

“[...] Bom desde pequena, via a ‘muvuca’²² na baia... tinha dia que desde cedo tava fervo. Gente batendo no portão a gente nem tinha pulado ainda da cama. Como fui criada com a tia, sempre tinha um montão de gente aqui. Mas as mulher mais velha falavam pra mim bota roupa nas crianças, pentear o cabelo, as vezes dá remédio. Assim, eu cuidava deles né... depois a gente comia, eu ia para escola a tarde[...] eu nunca podia ir lá na peça da frente, nem fica lá perto do portão a gente ficava lá trás, perto das árvores. Todo mundo da casa respeitava isso, senão a tia brigava muito. Depois foi passando o tempo e continuei a ajudar com outras coisas... fazer pequenas entregas, lá na frente, fazer uma ligação ou outra, cuidar da frente do portão...comecei também a ver conversas, entregas de pacotes essas coisas assim[...] Mas assim, o que penso é que não tinha ideia, só queria ajudar também, dar uma mão. Ah... trabalhar né...já que um dia fizeram isso por mim[...] e ainda acho até hoje que falam que a gente é traficante, as pessoas nem sabe o que é traficante, só porque a tv fala lá, só porque os “home”²³ fala, isso aqui sempre foi a nossa vida, não fazemos mal para os outros... é isso que eu acho[...]. (Lia, entrevista em 27/02/2017).

Diante da narrativa de Lia que fala de suas lembranças de como eram os seus dias na casa onde existem atualmente vários pontos de comércio drogas. Assim, é válido mencionar que através de explorações em campo, foi possível identificar que especificamente nesta *Baia*, há mulheres e homens de uma mesma família e também agregados, que dividem esse espaço (compartilhado) para efetivação de vendas, trocas, enfim para um emaranhado de ações diversas e possibilidades que circunscrevem o comércio das drogas. Em um lote (terreno) há múltiplas construções mistas (utilizando madeira e materiais de alvenaria) e uma peça de frente para a rua, onde a porta e a janela são os limites que separam rua e casa.

A fala desta *mina no corre* me permite analisar algumas questões a respeito da significação do termo traficante. Um primeiro ponto é a questão de que além dos interditos relativos aos espaços da casa onde ocorre o comércio de drogas.

Embora exista a atividade no âmbito do espaço coletivo no qual os vários membros da família e agregados convivem há uma norma estabelecida em que se legitimam interditos a respeito da possibilidade da permanência em determinados locais (cômodos da casa), bem como, quem pode ou não os frequentar. Supondo assim, um cuidado de ordem moral que não é explicitado, mas é latente sob a ótica daqueles que

²² O termo “muvuca” e “fervo” nesta fala se refere ao agito de pessoas no local no caso a casa da “*mina do corre*”. Baia é a casa (domicílio) onde moram.

²³ Neste ponto a *mina do corre* se refere aos policiais tanto civis como militares.

convivem e compartilham este espaço, ou seja, “a casa” denominada pelas *minas* como “baia”. A esse respeito pretendo retomar mais à frente.

Outro ponto é a ideia de colaboração com as atividades cotidianas, primeiramente se auxilia nos afazeres e cuidados com as crianças menores, posteriormente, as atividades passam a ser outras já com as pequenas inserções em tarefas ligadas ao comércio de drogas. Mas o aspecto relevante neste início de inserção da *mina do corre* no final de sua adolescência é o fato de que apesar de se realizar um esforço para o não envolvimento de crianças menores na tentativa de salvaguardá-las de algum tipo de violência que pudesse ocorrer naquele espaço. Com o passar do tempo, e com o ganho de idade as “minas” passam a sentir que devem “ajudar” no trabalho, é como se assim retribuíssem o cuidado que alguém um dia lhes prestou, sublinhando a ideia proposta por Mauss (2003) diante de obrigação da retribuição, “a obrigação de dar, a obrigação de receber em um sistema contratual que se estabelece e se renova cotidianamente.

Por fim, a ideia de que o termo traficante assume significações que o classificam como algo do mal, ou que pratica o mal. Na percepção da *mina do corre* Lia, as atividades realizadas no mercado da droga não podem ser relacionadas diretamente com o “fazer mal” a outrem. A hipótese explicativa para tal fato é que em campo pude ouvir por diversas vezes a frase “compra quem quer”. Por isso, não se reconhecem como traficante. Tal termo estaria propositalmente difundido pela mídia (no caso televisiva) ou ainda por segmentos do Estado responsáveis pela manutenção da segurança pública (no caso a polícia), como descrito anteriormente.

Diante do exposto, a produção da demonização do termo traficante ao se portar a uma possível guerra contra as “drogas” no Brasil, sob a missão de erradicar o seu comércio é sublinhado por Zaluar (1994; 2008) assim:

[...] O uso cada vez mais comum de termos que expressam o desumano ou o sub-humano para designar os principais agentes dessa guerra – bestas, feras, animais, monstros, que só merecem a morte, é a expressão disso, mas é também um ingrediente a mais a alimentar o circuito das trocas odiosas, que nessa guerra também simbólica se dá[...]. (ZALUAR, 2008, p. 119).

Tal perspectiva elucidada a lógica política que produz os discursos tendenciosos que difundem ideias e representações a respeito do que é “ser uma mulher traficante”. Embora, estas mulheres sejam sabedoras da estigmatização que tais práticas produzem elas, as “*minas do corre*” nos instigam a indagar a respeito de outras possibilidades de

outras realidades possíveis. Elas apresentam conteúdos em suas narrativas que sugerem ampliar o debate acerca de classificações e nomenclaturas pouco questionadas, e que estão sob uma ótica da reprodução de algo que já está posto, deixando de considerar suas vozes e suas agências. Trata-se das experiências do “local” nos mostrando as várias teias que compõem o caminho diante da concretude cotidiana destas mulheres.

Contudo, não se objetiva com isso propor novas categorias e/ou nomenclaturas para o mercado das drogas; o que se objetivou, neste ponto foi analisar os conteúdos diversos dos condicionantes que se efetuam nas construções histórica-sociais, culturais e políticas em torno dos termos que usualmente se utilizam nos estudos sobre o tema.

3. O CORRE – COMO TRABALHO

É sabido que ao longo do tempo foi necessário às mulheres travarem lutas e resistências, em face de um reconhecimento enquanto “sujeitos” protagonistas de suas histórias de vida, aspecto que lhe foi frequentemente negado. Essas lutas foram travadas em diversas vertentes na constituição das relações sociais nas sociedades modernas sendo o trabalho e o seu reconhecimento um dos campos de grande relevância para os direitos das mulheres.

Neste âmbito as produções teóricas produzidas pelo movimento feminista, bem como, o ativismo político engajado de mulheres mirando a constituição de novas visibilidades sociais, foram importantes marcadores histórico-sociais que possibilitaram avanços e rupturas na constituição societária no decorrer do século XX.

Tais fatos impulsionaram transformações sociais que vem ocorrendo nesse campo ao ponto de possibilitar novas leituras teóricas sobre e como se classifica o que é “trabalho”.

No entanto, para viabilizar as discussões acerca da categoria trabalho é importante resgatar algumas análises produzidas. Os pensadores Marx, Weber e Durkheim se preocuparam em analisar o “trabalho” como um dado social. Max evidenciou o trabalho como uma “necessidade”, na medida em que o ser humano como um “ser social” se impõem a natureza que o cerca, com o intuito de transformá-la, transformando a si próprio. O autor não trata especificamente do trabalho feminino crítica à expropriação do “capital” ao recrutar mulheres para o trabalho como questão do conflito na relação com a propriedade privada. Sua preocupação não problematiza as questões de gênero e se mostra voltada a circunscrição do trabalho feminino ao âmbito familiar e nas mencionadas “naturais” atribuições das mulheres-mães trabalhadoras das fábricas no século XIX, o que as transforma em um problema para a família e o cuidado.

Assim, descritas:

[...] Como evidenciou uma investigação médica oficial em 1861, desconsiderando-se circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem preferencialmente à ocupação extradomiciliar das mães, que acarreta o descuido e os maus-tratos infligidos às crianças. Além, do inatural estranhamento da mãe em relação a seus filhos, que resulta em sua esfomeação e envenenamento intencionais[...]. (MARX, 2013, p. 471).

Assim, o autor salienta que lugares agrícolas na Inglaterra ainda quando possuíam a taxa mínima de ocupação feminina no trabalho “fora de casa”, à taxa de mortalidade infantil seria ao contrário, a menor de todas. Não obstante, a inquietação de Marx é direcionada para a consequência do trabalho feminino no núcleo familiar “pela falta da presença da mãe”, e não especificamente problematiza nesse momento as condições do trabalho aos quais as mulheres eram submetidas. Neste contexto o trabalho feminino é construído como um problema e um impeditivo da maternidade desejada pela sociedade burguesa e pelo ideal de família iluminista. (SCOTT, 1994).

Tampouco Marx viabiliza refletir sobre uma possível imposição de tarefas, atribuições circunscritas ao trabalho doméstico designado as mulheres como algo da natureza delas, e não como apreendido através de processos de socializações que sistematizam-se através de sistemas de categorizações binários que hierarquizam o masculino frente ao feminino. (KERGOAT, 1987).

No pensamento weberiano a categoria de trabalho assim como para Marx ocupou um papel de destaque. O autor visa demonstrar como ocorre a construção da noção moderna de trabalho. Deste modo, em seus estudos sobre as religiões, verificou que haveria um “ethos” protestante, que em uma análise reduzida gestaria o “trabalho” como uma vocação. Além disso, Weber como relata Cardoso (2011) procurou evidenciar como a “racionalidade estratégica do cálculo do sistema capitalista, tornou-se a força motriz dominante da racionalização, desvinculando o trabalho de todos os critérios de referência doméstica e de satisfação pessoal do indivíduo”. Tampouco, se ocupa do trabalho feminino, questão contudo, presente nas discussões de Marianne Weber (2003).

Igualmente, na sociologia positivista de Durkheim ao se ocupar refletindo sobre o “trabalho” como objeto de análise propõe conceitos como solidariedade: orgânica e tradicional (tomando como referência as sociedades industriais e tradicionais). Estas solidariedades gerariam uma interação social dos indivíduos com a sociedade. O sociólogo francês ainda buscará entender a divisão do trabalho como Cardoso (2011) “uma nova fonte de solidariedade e integração social”. As mulheres devem ocupar seu lugar no lar.

A partir desses pressupostos é pertinente observar estudos mais contemporâneos que norteiam o termo trabalho. Ponderando a respeito de como esta categoria dialoga com o universo das mulheres trabalhadoras, é necessário perceber que

no conceito trabalho como é construído classicamente não se consegue inserir, ou ainda, explicar grande parte das atividades desenvolvidas pelas mulheres. Foi necessária uma redefinição, já propostas por autoras como: Haicaul (1987), Kergoat (1987), Lobo (1991), Bruschini (1992), Hirata (2010), Oliveira (2010); Guizardi (2013).

Deste modo, o conceito de trabalho sofre várias mutações e juntamente com elas vão ocorrendo transformações importantes. Desde o “desmantelamento do modo tradicional de vida” onde uma nova ordem fora projetada, resultado das relações dinâmicas, envolvendo, cultura, desenvolvimento, renda, pobreza e reorganização familiar, reconfiguração espacial e territorial dentre outros aspectos.

Ao propagar a ideia de que o trabalho era a fonte da riqueza, o pensamento racional buscou utilizar e explorar essa fonte de maneira mais eficiente possível. O mundo se esfacelou, usando à expressão de Marx (2005) “Tudo que é sólido se desmancha no ar”. As relações sociais modificaram e com elas o mundo do trabalho também.

3.1 As mulheres no *corre*

No decorrer das trilhas percorridas para essa análise que busca entender as atividades realizadas por mulheres no mercado do comércio de drogas. Algumas questões se tornavam salientes e de difícil esclarecimento. Ao ponto de se tornarem entraves para as reflexões que se pretendia realizar.

A ideia de que a mulher esta presente enquanto sujeito que participa das mudanças históricas e sociais e que pouco se mostra a este respeito, na literatura e na construção de um mundo masculino, norteados pelo pensamento racional moderno não é algo recente nas críticas realizadas pelos estudos de gênero e dos movimentos feministas.

Entretanto, foi desafiadora a tentativa de “classificar” o termo trabalho ou ainda aproximá-lo das literaturas correntes, as quais tradicionalmente são colhidas dos aspectos mais tradicionais das ciências sociais.

Haja vista, que os caminhos percorridos pelas teorias “clássicas” e mesmo por sua crítica feminista, não mostravam de modo satisfatório como poderiam ser incluídas as atividades das “*minas do corre*” em um contexto que se constituía num verdadeiro silêncio. Estas pesquisas evidenciam produções analíticas baseadas em categorias

neutras que levavam em conta, acima de tudo, a relação capital/trabalho sob a égide das explicações economicistas.

Assim, a busca por entender tais atividades dentro de uma lógica pautada exclusivamente nas explicações já apresentadas anteriormente foi em suma uma tentativa obscura.

De fato, elas marcam as relações sociais nas quais as atividades desenvolvidas por mulheres e homens no comércio de drogas, extrapolam as questões consideradas por uma análise baseada somente na ideia de capital/trabalho sem problematizar a “produção e a reprodução” no mundo do trabalho contemporâneo. (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Nesse ponto, é necessário considerar que as atividades que se vislumbram nessa análise, se estabelecem a princípio, como um aspecto que se insere no interior das relações sociais experienciadas por homens e mulheres pobres, moradores de uma periferia de uma cidade urbana, no caso Curitiba-Pr. E tais relações não escapam as imbricações de desigualdades, hierarquias, assimetrias ou antagonismo que se fazem existentes entre categorias sexualmente construídas.

Assim, se dá a busca pela ampliação do conceito do termo trabalho ou até mesmo fora dele. De modo, que ao se construir uma chave explicativa como uma possível alternativa para a compreensão da natureza dessas atividades e como elas podem ser explicadas pelas novas abordagens teóricas dos estudos sobre o “trabalho”, ou sobre o “fim do trabalho”, fez-se pertinente pensar as relações sociais sexuadas.

A ideia de relação que é pontuada assim por Kergoat (1986, p. 82) “[...] significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa a considerar que os sistemas dominantes (capitalismo e patriarcado) são totalmente determinantes e que as práticas sociais apenas refletem essas determinações [...]”.

As contribuições que se suscitaram após as diversas interpretações dos denominados clássicos sociológicos escritos de Marx, Dukheim e Weber sobre o tema, gestaram a criação de correntes teóricas que primordialmente se caracterizaram por temáticas que não visavam romper ou ainda vislumbravam como algo de menor importância as abordagens teóricas baseadas nas relações sociais sexuadas.

A preocupação com a opressão/dominação entre classes sociais antagônicas, especialização de funções ou ainda o “*ethos*” do capitalismo era algo preponderante nos estudos sobre trabalho e não somente exclusivamente na sociologia, de fato, que na economia e história esse fator também se fez corrente.

De forma incipiente estudos nessas áreas de conhecimento já sinalizadas realizados na segunda metade do século XX tiveram importância no preparo do terreno para o surgimento de novos questionamentos acerca do mundo do trabalho. Os efeitos suscitaram uma renovação teórica e se fundamentaram em torno das relações sociais sexuadas e da divisão sexual do trabalho.

Nesse contexto, pesquisas norteadas pela divisão sexual do trabalho como apontam Kergoat (2007) e Hirata (2002) gestaram um rompimento com a significação clássica do termo trabalho possibilitando a abordagem que invisibilizava temáticas associadas ao trabalho doméstico, não - remunerado, ao trabalho informal. Tais pesquisas convergiram para atualizar debates que preconizaram as discussões a cerca do fim do trabalho. De modo que ocasionou a ampliação dos debates predominantes no período:

[...]A noção de atividade é apresentada em oposição ao conceito do emprego e de trabalho. Outros conceitos: pleno emprego, qualificação, classe operária, movimento social foram retomados e questionados a partir da introdução, na análise da noção do sexo social [...]. (HIRATA, 2002, p. 276).

Estas novas abordagem produziram o surgimento de considerações férteis a respeito em diversas áreas do pensamento social nas quais o tema do trabalho era relevante. Assim, a ideia de urgência de ampliação do termo “trabalho” para responder as diversas tensões ocasionadas pelos estudos que perpassavam pela divisão sexual do trabalho se intensificaram.

Não mais seria possível pautar novas pesquisas científicas que ficassem apenas circunscritas aos aspectos relacionais da dominação sexo e opressão ou ainda pautadas na via da supremacia exclusiva da exploração econômica. Utilizar-se somente dessas categorias analíticas era sem dúvida reduzir e desconsiderar uma série de levantamentos que emergiam nas discussões acadêmicas, núcleos de estudos e pesquisas de campo de áreas diversas do conhecimento alavancados com relevância na história, ciências sociais, sobre esta última indagando sobre conceitos e categorias clássicas na sociologia do trabalho.

Considerando as atividades realizadas pelas mulheres no mercado do comércio de drogas, sobretudo as interlocutoras desse estudo as “*minas do corre*”, elas apontam diferentes prismas de realidades que não se esquadriam nos aspectos relacionais e nos termos clássicos de trabalho e emprego.

As contribuições de Kergoat (1992) se fazem pertinentes ao salientar o caráter multidimensional do trabalho. De modo, a conceitualizar as relações de dominação/sexo e exploração econômica como relações de “coextensividade”, ou seja, não existiria um aspecto relacional mais forte que o outro. “A exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão masculina são indissociáveis”. Assim, conseqüentemente o denominado conceito de força de trabalho marxista cede lugar aos conceitos sexuados. (HIRATA, 2004 apud KERGOAT, 1987).

De forma profícua o debate de Hirata (2004, 2007) e Kergoat (1987;1992) contribui para as análises dessa investigação ao corroborarmos com o conceito de “coextensividade” nas experiências aqui consideradas.

O fato das atividades do mercado do tráfico se darem em um âmbito fortemente masculinizado. E ainda as atividades realizadas pelas “*minas do corre*” se intercalarem entre as esferas do privado e do público. Não nos isenta de refletir sobre a questão da exploração do trabalho entre grupos sociais, porém, padece de limites.

A ideia do que é “ser” uma *mina do corre* ou ainda “mulher trabalhadora” não pode ser analisada sem serem investigadas quais e como se constituem as relações sociais que as constituem enquanto protagonistas de suas vidas. O que qualifica a posição do “ser traficante”? Há nesse contexto a questão de um agenciamento? Pode-se pensar ainda em relações de poder, gênero, raça e classe que darão um posicionamento deste ser ontológico no delimitado espaço da Vila e naquilo que transcende esse espaço?

Para tais questões é pertinente apresentação de mais um trecho da fala de Maria II quando perguntei em situação de campo, sobre o ato da venda da droga. Se ela entenderia como trabalho:

“[...]Ah...pra mim é um trampo, não como os outros. Tô todo dia aqui das oito até quase meia-noite. Tem horário, não tem? Tem salário. É com isso que faço minhas correrias aqui na baía. É um trampo sim... ou como você diz aí... um trabalho... Ah... tem mais, não ligo pra o que dizem de mim. Não acho que ninguém é melhor do que eu, não. E ninguém é igual a ninguém não”. “...e tem outra eu ainda tô aqui né na rua e tal mas tem mina aí que já tá bem melhor no movimento. Não precisa mais bota as caras. Trabalha quietinha no canto dela e tal. Tem a moral dela, ninguém mexe. Paga as contas e vive de boa...” “... apesar de tudo né...que o negócio aqui é tenso[...]”. (Maria, entrevista 18/04/17).

Somado aos questionamentos a respeito do termo trabalho a partir das experiências de uma *mina* é relevante refletir a respeito do imediatismo necessário para

sobrevivência. Ou seja, o tráfico como um modo de provimento financeiro “*Paga suas contas*” e como moralmente se definem “*Ninguém é melhor do que eu não*”.

Pode-se à priori apresentar uma relação da cultura do consumo a atividade no comércio de drogas, realizado pelas “*minas do corre*” como resposta fundamentada em uma necessidade de inclusão imediata em relações econômicas geradas por um mercado moderno globalizado. Este mercado gerador de necessidades. Estabelece a ideia de que de algum modo estas mulheres precisam “*correr atrás*” para manter a sobrevivência de suas famílias e também as suas próprias. Estas ações se designam como estruturantes da posição do sujeito. Tecendo modos de leituras e compreensão dessas mulheres em relação a elas e ao mundo que elas reconhecem como espaço de partilha e convivência social.

Contudo, o ser uma “mulher” trabalhadora no mercado da droga está distante de ser explicado pelo termo genérico “traficante” articulado a uma atividade masculinizada de forma simplista socialmente. Assim, a *priori* é significativo para tais reflexões o pensamento de Butler comentado por Costa (2002) “se alguém é mulher isso não é tudo que tal sujeito é...” segue ainda as contribuições acerca do lugar/localização desse sujeito como categoria de análise e política, fonte de discussões nas teorias feministas contemporâneas.

Para Costa (2002) O lugar não deve ser reduzido ontologicamente e biologicamente ao fato de que “ser uma mulher” já seria o suficiente para igualdade de interesses e causas. Pelo contrário deve-se fazer parte dessa reflexão as experiências. “Entretanto, apesar de toda sua concretude, o lugar que alguém ocupa também é construído através de narrativas e desejos, devendo ser também apreendido como história”. (COSTA, 2002, p. 86-87).

As narrativas de suas histórias tecidas pelas “*minas do corre*” permitem suspeitar que o agenciamento e sua posição estejam imbricados em estratégias de sobrevivência, construções de redes de sociabilidades ligadas com a atividade do comércio de drogas, em sistemas de trocas de produtos como: alimentos, roupas, eletrodomésticos, eletrônicos, armas e uma infinidade de objetos em sua grande maioria furtados, que aparecem nos “pontos” e ainda há as influências de ordem moral, reconhecimento, trânsito e prestígio social.

Proporcionam-nos uma reflexão acerca de que mesmo se do ponto de vista jurídico as atividades realizadas no mercado das drogas sejam consideradas ações ilegais e passíveis de penalizações. Não há entre as *minas do corre* uma significação

simbólica enraizada que repudie essas práticas sociais que movimentam o funcionamento do sistema de trocas e as redes de sociabilidades. Assim, podemos sugerir que há um escalonamento valorativo moral e simbólico que permeia as atividades dentro e fora do comércio de drogas. Isso, sob o ponto de vista e o agenciamento de mulheres que executam a ação da venda, transporte, empacotamento, gerenciamento, entre outras atividades.

Contudo, denominamos aqui as mulheres que trabalham no comércio de drogas como categoria nativa as *minas do corre* devido as mesmas não se definirem como traficantes e sim como mulheres que estão na *correria*, ou seja, tecendo suas estratégias de demarcação de sujeitos. Sida fala sobre essa questão:

“[...]As pessoas sabem quem você é...Ah Sida da Vila Nossa Senhora da Luz, ou a Sida da praça 7...todo mundo sabe quem é...” “...Ser mulher e morar na Vila, não tem como ser respeitado na Vila sem tá meio envolvido. Aqui só tem gente pobre e o que os caras vem aquele que tem o carro, já é um sinal. Então se você pensar que é mulher no envolvimento já consegue ter alguma coisa. A gente arrisca. Entra na correria... para fazer uma coisa aqui e ali...” “... mas traficante mesmo é quem traz o carregamento [...]”. (Sida, entrevista 01/03/2015).

Na fala de Sida é perceptível como se dão as constituições das relações de poderes no trabalho no *corre*. Nele também se reflete o elemento de identificação de seus pares, ou ainda, a reflexão a partir da consciência da existência de uma classe social que se estabelece como o fio condutor que estrutura o pensamento da interlocutora: “aqui só tem gente pobre”.

Deste modo, o trabalho no tráfico seria uma possível alternativa de renda geradora de um recurso financeiro necessário para a manutenção de vidas e famílias que são lideradas por estas mulheres. Não há mais fácil, como consensualmente se propaga em discursos e análises a respeito do tema.

As várias linhas de inserções que as introduzem em atividades ligadas ao comércio de drogas não podem ser dissociadas da existência de uma complexidade diante dos fenômenos sociais experienciados pela vida de uma *mina do corre* e que perpassam entre outras questões os processos de socialização, os códigos de honra, tradições familiares, manutenção ou superação pragmática de uma condição social.

Elas estão ao olhar capitalistas, não delas, no mundo do “não trabalho” como é caracterizado o *corre* nesta investigação a partir do pressuposto que este tipo de “trabalho” não está submetido a uma lógica circunscrita somente ao mercado capitalista.

Na verdade para a compreensão do *corre* ou seja, do “trabalho” desempenhado pelas *minas* faz-se necessário considerar que divisões e expressões entre formal e informal, legal, ilegal “clandestinos”, entre outras, associadas ao mercado de trabalho globalizado e aos estudos teóricos sociológicos sobre o tema pareçam obsoletas por não explicarem as especificidades deste contexto social ao qual o comércio de drogas se propaga se reproduzindo rapidamente.

Com isso, as várias vezes que fui testemunha de conversas que traziam o termo *minas* para falar das mulheres que trabalhavam no *corre* ou faziam de algum modo parte do movimento se refletem no fragmento de fala proferido por Sida “mas traficante mesmo é que traz o carregamento”, ou seja, para ela a venda ou troca da droga é um trabalho que não está submetido aqui a uma ordem relativa a existência de julgamento moral condenatória ou pejorativa sob a prática social realizada por estas mulheres.

Assim, não se estabelece um interdito referente as atividades do comércio de drogas na Vila. Tal atividade se apresenta como uma possibilidade, ou ainda, uma estratégia de sobrevivência, mas não se limita somente a isto, ao considerarmos as *minas do corre* que se inserem no movimento do corre a partir da inserção “geracional”, ou ainda “tradicional”²⁴.

Isto posto, é preciso como mencionam os adeptos e apreciadores de uma etnografia ecoar a significação dada pelo sujeito em campo a ele mesmo. No caso, traficante aqui é quem está em uma posição à frente de liderança, de poder, prestígio social, entre outras, cuja tal condição não esta associada ao fato de ser homem ou mulher. Aqui o que está em julgamento é a capacidade de volume de transação comercial da droga. Aquelas (es) que conseguem desempenhar a geração de grandes negociações as quais resultam em um maior volume de montante financeiro é que se atribuem o termo “traficante”.

No *corre* algumas mulheres conquistam este lugar de modo tradicional pelo caminho dos seus arranjos familiares, alguém mais velho – elemento geracional presente, que já fizeram a abertura do caminho e mantem uma posição social de prestígio, inclusive de ordem moral e simbólica. Este foi o caso de Maria, a qual herdou de sua irmã e irmão mais velhos esta condição de destaque e de liderança que ela

²⁴ Em campo encontrei até três gerações de “*minas do corre*”, ou seja, avó, mãe e filha desenvolvendo atividades diversas no comércio de drogas. O elemento geracional é citado por Mel que atribui sua inserção a avó que a “criou”, depois do assassinato da mãe por acertos de contas no comércio de drogas. (Diário de campo, 26/06/2017).

dividiu por muito tempo com uma outra irmã se estabelecendo como referência na distribuição de drogas negociadas no “peso” no comércio de droga na Vila.

Este aspecto convive também com o modo não tradicional. Ou seja, existem mulheres que não possuem o legado histórico dentro do qual, algumas *minas do corre* desde muito cedo já estão estabelecidas, fato que vincula as primeiras ao elemento geracional de envolvimento no mercado da droga. Ao contrário, as não vinculadas por este caminho geracional mostraram com maior afinco o não querer se identificar como “traficantes”. Ao contrário, como mulheres que estão na correria e que vem o comércio de drogas como um “trampo” na linguagem delas que significa trabalho.

Embora, isto não seja uma regra são também essas *minas do corre*, que desempenham as atividades mais expostas à visualização aos primeiros contatos no campo de qualquer indivíduo que tenha o objetivo de observar esse fenômeno social. São elas que desempenham a venda e a troca no varejo da droga.

Há um escalonamento de ordem valorativa nas divisões de tarefas no trabalho do *corre*. De modo, que as tarefas dadas como as mais simples de maneira geral são atribuídas as *minas do corre* que iniciam nas atividades ou as que não possuem o legado (elemento geracional histórico e moral) como atributo. Nestas tarefas estão presentes desde as que só guardam a droga (geralmente em suas casas) e que é para que outras vendam ou troquem, ou ainda, as que observam o movimento e emitem sons, gritos e avisos sob as nuances do movimento “a olheira”, nada mais comum como ouvir “tá limpo” nas esquinas das travessas na Vila, só para mencionar algumas atividades.

O valor dado ao trabalho nas atividades do comércio de drogas extrapola a lógica capitalista. É evidente que se atribui valores monetários para as atividades realizadas no comércio de drogas na Vila, no entanto, não é este o elemento principal que pode ser acionado para interpretar os sentidos por elas produzidos. A ordem simbólica que se constitui na moral subjetiva da posição de sujeito de uma “*mina*” no *corre* é a que a mantém com o prestígio social requerido como pré-requisito para a possibilidade ou não de se executar seu trabalho.

Assim, a moral no *corre* não está associada a elementos ligados a produtividade, assiduidade, metas a serem atingidas, de forma simplista. A composição intrínseca de uma moralidade agrega-se a elementos que estão circunscritos a uma ordem nativa que se estabelece a partir da noção de lugar do sujeito.

Com isso, conhecer o código de honra que se estabelece no local é algo necessário para o trabalho no *corre* na Vila. A venda de drogas para uma criança de 10 a

12 anos ou a um adolescente que ainda não completou os 15 anos (nota-se aqui que as faixas de idade não estão associadas a maioridade legal que é de 18 anos no Brasil) é um bom exemplo para refletir a respeito de um código estabelecido neste contexto. Assim, é desonroso vender ou fazer troca de drogas com crianças e adolescentes em qualquer circunstância. O fato da criança não morar na vila não diminui a gravidade desta ação. Isto, não é flexível, tão pouco negociável.

Deste modo, o comércio de drogas com as atividades da venda ou da troca no varejo se estabelece através de relações sociais de caráter pessoal entre aquelas (es) que realizam as transações. Ao se fornecer drogas para crianças ou adolescentes, aquela (e) que vende assume a possibilidade de ser individualmente “cobrada (o)” por terceiros pela sua ação. Já que no local existe o código de honra ligado a uma ordem moral entre as (os) trabalhadoras (es) para que esta não seja uma prática permitida.

“ [...] bem que eu queria segurar o celular que o Alex jogou na mão, mas eu não podia, o piá só tem uns 14 anos eu acho, aí as minas vão cobrar né! E se elas não cobrar outros cobram, porque todo mundo aqui sabe, ninguém esconde nada de ninguém não, a gente sabe que não pode fazer jogo com menor. Pior ainda se o jogo for com bucha, quando é maconha até tem umas aí que arrisca eu não porque prefiro ficar aí, sem me queimar na quebrada se você não for certinha não fica não, as minas tira, aí você não trabalha em praça mais nenhuma [...]” (Mel, entrevista 26/06/17).

Com efeito, o trabalho no *corre* constrói sua própria normatização. Ela é instituída, a partir de um contexto específico que se experimenta não só no *corre*, mas na vida a partir dele. Desonrar estes códigos aciona as possíveis punições (cobranças). Faz com que se constituam códigos regulatórios que tem como pano de fundo a égide de uma “cobrança acordada”. Nela se é permitido inclusive castigos físicos, embargos temporários (ninguém pode comercializar com a *mina do corre* que transgrediu a norma), ou até mesmo exclusão da atividade do comércio, através da proibição de exercer qualquer tipo de função nas atividades no *corre*. Esses são alguns dos elementos que se constituem no cotidiano da Vila como ações permitidas e válidas para que os valores morais sejam mantidos. Estes aspectos da construção da moralidade ou não da prática de envolver menores e adolescentes, se institui como conteúdos desses processos de comprar, vender, oferecer drogas e ocorrem independente de “ganhos” ou “perdas” individuais o que se sobressai neste sentido é a manutenção de uma coletividade moral e ética nativa, ou seja, do grupo de *minas do corre* e das (os) *vileir@s*.

Esta moral e ética nativa que regulamenta ações que determinam para quem se pode ou não vender, trocar ou repassar a droga, também dita normas a respeito de quem deve ou não trabalhar no *corre*. Assim, em minhas pesquisas não encontrei crianças ou adolescentes trabalhando no comércio de drogas nas faixas etárias não permitidas e mencionadas por Mel.

No entanto, encontrei crianças e adolescentes trabalhando em outras atividades, como na venda de frutas e objetos nas praças, na coleta de material reciclável e na separação dos mesmos, ou nas baias, no auxílio às atividades referentes à confecção de cartelas de botões atividade de complementação da renda familiar exercida por algumas famílias.

Muitas crianças e adolescentes exercem atividades ligadas a separação do lixo. Nestes espaços não há normas de idades estipuladas pelos locais a respeito do trabalho infantil. É possível encontrar as crianças e adolescentes alternando-se entre uma brincadeira ou outra e desenvolvendo as atividades de separação do lixo. Algumas crianças seguem sendo acompanhadas de algum membro da família, ou dos “chegados”. Outras permanecem neste espaço, mas não moram próximo dele, vem de outras praças. É um ambiente bastante inusitado, devido ao fato de que ai poder-se observar várias práticas sociais (que causam estranhamento a aquelas (es) que observam pela primeira vez) acontecendo ao mesmo tempo; muitas que causam certo incomodo.

Assim, as crianças brincam, jogam bolas, soltam raias, ou disputam partidas de betes ao lado da droga que é vendida ou trocada por uma infinidade de objetos, ou coisas. As pessoas também se alimentam e bebem neste local.

Diante deste emaranhado de ações acima descritas ocorridas em âmbito público, ou seja, na rua, encontrei o contraponto do trabalho *corre* exercido nas *baias*, onde as normatizações a respeito dos espaços internos que permitem a efetivação das atividades do comércio de drogas são bastante delimitadas. Com efeito, os limites demarcados nos espaços no interior das *baias*, nas quais, não é permitido a livre circulação das crianças e adolescentes é um exemplo de como estes são diferentemente cuidados nas *baias* por todas (os) aquelas que moram no local. Enquanto o cuidado em relação às crianças e adolescentes nas *baias* é algo presente nos acordos de sociabilidade nativos, e, que não são escritos. Este cuidado e os conteúdos dos acordos são apreendidos nos processos de socialização que educam e emitem interditos a respeito de como, quando e onde

(espaços no interior de uma *baia*) são permitidos a ocorrência do *corre* como atividade que remete ao que se identifica como “trabalho” no campo²⁵.

Na rua não se encontra esta preocupação em estabelecer interditos referentes aos espaços para a efetivação de quaisquer atividades de trabalho relativas ao comércio de drogas exercidas no *corre*. Tampouco, tal preocupação passa a existir se estão diante de algum grupo como antes mencionado no caso, crianças e adolescentes. Neste sentido, existe uma coexistência de ações de várias ordens em um mesmo espaço. Desse modo ao mesmo tempo um carrinho que é utilizado para o trabalho de coleta de lixo reciclável, por uma *mina do corre* e seu filho, durante parte do dia, pode vir a servir de “mocó” (esconderijo de droga) em uma esquina de uma travessa. Neste local podem ocorrer transações de venda e troca no varejo de *buchas* de cocaína ou crack, servindo assim como um elemento que constitui um ponto de comércio.



Foto: Carrinho de recicláveis que disputam o espaço na travessa
Fonte: Diário de campo / Patricia Baptista Guerino, data 23/11/2017

²⁵ A respeito das especificidades do trabalho na Baía, ver capítulo IV “Correndo Junto”.

Neste sentido poderíamos efetuar alguns questionamentos a respeito de como são construídas as normatizações para o trabalho no *corre*. De modo que as normas para se trabalhar neste local um espaço público (localizado na rua) estão delimitados de forma distintas as que encontrei do trabalho realizado nas “Baías”.

Na rua onde o *corre* é observável “aos olhos” de qualquer pessoa as normatizações a respeito de como as atividades de comércio devem acontecer na prática, possuem uma lógica que não está associada a interditos facilmente identificados. Aqui os espaços físicos dos pontos, sejam eles a rua, a esquina, ou o banco de uma praça não podem se impor como local não frequentado *a priori* por aquelas (es) que não desejem efetuar transações comerciais que envolvam as drogas a princípio.

Na “rua” no decorrer das práticas sociais que envolvem as atividades do comércio de drogas, homens e mulheres sabem que estão trabalhando de forma expostas e que são identificados por suas atividades, por qualquer indivíduo que esteja disposto a fazer tal identificação, ou mesmo por passeantes que nada desejem.

No que diz respeito ao uso do espaço público para tais fins, não há aqui uma preocupação com aquelas (es) que passam pelo local, crianças, adolescentes, ou seja, qualquer vileir@ pode facilmente cruzar de um ponto ao outro sem ser incomodado por elas (es) ou sofrer alguma advertência ou sanção por estar transitando por um local destinado a realização de atividades do “corre”. A atividade convive com muitas outras.

Assim, não há produção de um estranhamento, mesmo no uso do espaço físico. O que difere este comércio, do comércio realizado nas Baías, e que as crianças a exemplo ou outro membro da casa, que não trabalhe no *corre* conhecem as regras que não permitem a permanência deles (as) em lugares específicos da venda ou da troca de drogas realizados no interior das baías.

Ainda sobre a questão do uso do espaço físico destinado ao *corre* cabe outra reflexão. Nas *baías* é onde o maior número de *minas do corre* trabalham. E dizem também preferir este local para realizar seus trabalhos.

“[...] Há é bem melhor né trabalhar na baía, a gente pode fazer nossas coisas, olhar as crianças. Quando tem alguma coisa para fazer, a gente para, leva elas para escola e volta rapidinho. Aqui da porta mesmo é mais seguro, qualquer coisa eu fecho a porta e pronto. Quem vem de fora vê a porta fechada já sabe que eu não to trabalhando, aí nem chama, já sabe que eu não atendo [...]. (Lia, entrevista 27/02/2017).

É também neste ambiente que pude encontrar com maior ênfase o conceito de cuidado associado ao lugar “baia” referente ao uso dos espaços. O cuidado surge assim como um elemento bastante importante para se pensar o trabalho de mulheres nas *baias* e na rua.

Desta forma, pode-se supor que o fio condutor em torno das relações sociais criadas sob a égide deste cuidado se produz e se reproduz diante de interações sociais experimentadas nas baías e que se estabelecem e se reactualizam em cada interação que é construída a partir de um “olhar gendricado”, e, que as *minas do corre* parecem assumir. Aspecto que se institui em sua própria subjetividade diante das responsabilidades normatizadas quanto ao uso do espaço físico da baía, como um lugar de trabalho e da vida da família.

Assim, as mulheres *minas do corre* que trabalham nas baías, atribuem ao seu trabalho o “cuidado” como elemento moral constituinte de suas atividades, revelando com isso, um paradoxo existente no comércio de drogas que se reflete na concepção nativa da Vila, de que mesmo realizando *a priori* uma atividade caracterizada como consequência da “violência” da exclusão social ou da violência que ela própria engendra. Ela é concomitantemente uma atividade que pode ser realizada por pessoas de “bem”, aspecto que é desenvolvido pelas reflexões de Claudia Fonseca (2004) a respeito de seus estudos sobre bairros populares. “[...] As interlocutoras buscam identificar-se como “pessoas de bem”, porém, não existia nenhum consenso quanto à definição desse termo [...]. (FONSECA, 2004, p.98) .

Já na concepção das *minas do corre* e também das (os) vileir@s ser do bem pode assumir complexas significações, mas em geral, se concebe a ideia de que se trata de pessoas que não prejudicam outras com suas ações. Assim, o trabalho no *corre* é realizado geralmente por mulheres do bem, a partir de uma classificação discursiva de ordem moral, que está consolidada no cotidiano da Vila.

“[...] A gente aqui no nosso *corre* não mexe com ninguém não. As minas aí, você tá vendo são pessoas de bem, né. Cada uma corre pro seu lado, mas todo mundo corre no certo, não prejudicando os outros, respeitando as caras geral, trabalhandinho a gente vai tocando [...]” (Paula, entrevista 02/04/2016)

O que de fato é inegável é que a partir destas interações sociais no âmbito do exercício do trabalho no comércio de drogas, é gestado por estas mulheres “de bem” redes de sociabilidades que se estabelecem como lugar e espaço de partilhas de reconhecimento de sujeitos e de convivência social.

4. “CORRENDO JUNTO” – AS REDES DE SOCIABILIDADES

A ideia de se apresentar as discussões encontradas em campo a respeito das redes de sociabilidade e de como estas resultam de ações praticadas pelas *minas do corre* em seus trabalhos no comércio de drogas na Vila nos permite vislumbrar neste capítulo o conjunto de uma teia de práticas sociais que são complexas e descontínuas.

Diante desta premissa, o primeiro passo, em busca de uma análise sociológica, foi o de experimentar em campo como se consolidavam determinadas ações realizadas pelas “*minas do corre*” em suas atividades ligadas ao comércio de drogas que pareciam desconexas ou sem significados em relação as demais. A fala de uma *mina do corre*, ilustra esta desconectividade, assim descrita sobre o seu dia com as tarefas que a ela são atribuídas como essenciais.

“[...] O que posso dizer sobre o que faço, minha correria... há no trabalho que a gente faz, o que rola de mais importante sem dúvida é o cuidado, né... sabe cuidado com a segurança da vida da gente, da baia, das pessoas que vivem aqui, principalmente das crianças. Tem que saber, claro né ter cuidado com o produto[...] [...]Tipo assim... como trabalhamos né, tem que ser de forma reta, sem vacilo, o que é certo é certo... ter o cuidado para não queimar a rua, a baia e nem ninguém... por isso tem que saber trampa... ter o cuidado com isso...[...].” (Izabel, 18 anos, entrevista 10/10/2015).

Perante a estes elementos discursivos mencionados em entrevista realizada em campo a ideia de trabalho segue imbricada ao cuidado. (TAMANINI, 2018, p. 35) ao analisar as contribuições teóricas de Joan Tronto (2009) a respeito da questão do cuidado insere [...] a linguagem do cuidado aparece em muitas colocações em nossa fala cotidiana, incluindo um leque variado de agentes e atividades, bem com de significados[...]. Cuidar do mundo e cuidar de si mesmas parece contraditório nesta atividade, vinculada aos estereótipos da destruição e que esbarra por si mesma, com os princípios de comunidade, uma vez que dá vazão aos princípios dos direitos dos indivíduos. Contudo, neste contexto heurístico os elementos do cuidar de si, cuidar da rua, cuidar da travessa, não queimar o trabalho alheio, cuidar dos menores estão presentes na baia, na rua, e em muitas relações. Eles constituem o que é ser pessoa de bem.

Neste sentido, os estudos teóricos das relações de gênero a respeito do “cuidado” se tornam ferramentas importantes para compreensão das práticas sociais, bem como,

das agências que resultam na formação das redes de sociabilidades que permeiam a vida e o trabalho realizado no comércio de drogas por estas mulheres.

4.1 Como são gestadas as redes de sociabilidade

As diversas formas do conceito de cuidado considerando as complexas dimensões possíveis das dinâmicas de análise que ele pode nos fornecer é algo a ser pensado a partir das perspectivas de que é este um elemento estruturante e que agrega conteúdos subalternizados, feminilizados, sociais e subjetivos às relações sociais. É um conceito que se mescla de acordo com o contexto, lugar, voz e narrativa. De acordo com Monticeli (2018) diz respeito a “aspectos relacionados às vulnerabilidades humanas, dependências, emoções, afetos, violências e reproduções de desigualdades”.

No nosso caso, também o acionamos, por entender que tais aspectos tecem as diversas redes de sociabilidades nas quais as *minas do corre* se inserem em suas atividades, no trabalho, na casa e na família. Além de sabermos a respeito das implicações ao próprio conceito de cuidado existentes neste fazer das minas para a constituição de suas posições de sujeitos nas baias, na rua, na viagem.

Diante destes pressupostos e a partir das experiências em campo é possível perceber que existam relações de dependência e interdependência na formação e na consolidação das redes constituintes do cotidiano da Vila e que são experimentadas pelas *minas do corre* como algo importante e fundante desta sociabilidade, algo a ser de fato considerado na composição desta análise.

Há conexões concretas que se estabelecem nas práticas sociais observadas em campo, e entre o que se aprende a fazer e como deve ser feito, ou seja, “o que é certo” é “certo”, fazendo uso da linguagem nativa. Esta linguagem parece se encontrar imbricada a partir de uma moral que se faz presente nos processos que perpassam a educação familiar, a da rua, e de instituições como: a escola, religião, associações no bairro, agremiações carnavalesca e de futebol entre outras, mas também a moral na *baia* ou nos pontos de venda e trocas nas ruas. A moral neste sentido é um atributo que se constituem diante das experiências vividas nos processos de socializações aos quais as *minas do corre* se identificam e assumem como mulheres trabalhadoras em uma atividade significada como de ordem positiva que agrega valor ao sujeito.

Com isso, mesmo ciente das possibilidades, alternativas e agências que constituem um conjunto de atitudes práticas realizadas por essas mulheres aqui estudadas em seus dia-a-dia. Ainda assim, é necessário considerar que elas desenvolvem suas subjetivações e elaboram e reelaboram seus processos de visões e leituras de mundo, nas quais se posicionam e se percebem enquanto agentes: pessoas, mulheres, *minas do corre* a partir também desta dimensão moral .

Considerando a hipótese que o cuidado segue como um conceito agregador para a criação e manutenção das redes é permitido neste âmbito estabelecer relações e conexões entre as redes de sociabilidades e possíveis redes de cuidados. De modo que, com o desenvolvimento de redes de cuidados, estas provoquem a consolidação das teias de redes de sociabilidades ao longo do tempo.

É válido para entender o como é tecido o processo de produção e reprodução das redes de sociabilidades existentes na Vila, destacar a fala da Lia uma *mina do corre* , que discorre sobre a existência de laços de vizinhanças e como estes colaboram para que o trabalho no corre ocorra no cotidiano e na vida prática das pessoas:

“[...]Aqui de manhã, é assim, acordo as crianças para ir para escola. Enquanto elas se arrumam, vou ajeitando o que comer. A mais velha, vai penteando os cabelos e ajuda arrumar os dois mais novos. Depois, minha vizinha que é madrinha da Drika, leva ela e o piá pra creche. E a Lú vai sozinha até a escola, que aqui do lado. Quando está chovendo ou quando não *trampo* (trabalho) a noite eu é que levo eles. Mas aqui assim uma ajuda a outra. Por que todo mundo precisa de todo mundo. A gente tem que correr pelo certo, pro bem das crianças [...]”.(Lia, entrevista 27/02/ 2017)

São as cumplicidades que se desenvolvem entre vizinhos, parentes e “os chegados” que refletem em uma face da “moral nativa” onde cada vileiro@ em sua posição sabe a parte que lhe cabe fazer. A filha mais velha arruma as crianças mais novas, a vizinha que é madrinha neste caso, sabe que deve levar a criança a creche, ou seja, “uma ajuda a outra” dando a entender que estes elementos encontrados na fala de Lia, são passíveis de troca, considerando a posição do sujeito, a (o) beneficiária (o) do cuidado, do atendimento, pode ser o (a) outro (a).

Aqui, os laços sociais “as parcerias” que se desenvolvem a partir do objetivo do “cuidar de” dentro de uma “moral nativa” vão sendo apreendidos e introjetados a partir da ideia de lugar, que não está dissociado do desenvolvimento de “estratégias de sobrevivências”. Estas sem dúvidas assumem um caráter multifacetado e complexo nesta análise que tem no centro mulheres que trabalham no comércio de drogas.

Com isso, parto da ideia de que as primeiras estratégias estão ligadas a noção de família matrifocal, inspirada em FONSECA (2004 e p.64) “a prioridade é dada ao laço entre mãe e crianças, irmão e irmã, ao passo que o laço conjugal é considerado menos solidário e menos intenso afetivamente”.

São as mulheres enquanto mães que se tornam o centro das relações familiares e sociais”. (FONSECA, 2004 p.64). “A fala de que a gente tem que correr pelo certo, pelos bem das crianças”, reflete neste sentido. A relação mãe-filhos é algo que se destaca no contexto da pesquisa. O fato é que todas as *minas do corre*, se sentem e são responsáveis, pelo provir da casa e da família e da vida daqueles que as cercam.

Estes sentimentos permanecem intrínsecos a ideia da “moral nativa”, zelar pelo bem, pelo “cuidado acima de tudo”, da sua prole (inclui os “chegados”). Neste sentido, para compreensão desta moral é preciso considerar as experiências e a agência que circunscreve a vida destas mulheres. “Moral” aqui ganha significado a partir da ideia de que quando se “cuida de”, ou a preocupação “com o bem estar de”, é válida as atividades desenvolvidas por elas no “comércio de drogas”. Como já relatado “vender drogas” é “melhor do que roubar”, a pessoa (o usuário) escolhe procurá-la para adquirir o produto no caso a “droga”, não é ela que o procura.

Com isso, tal aspecto só pode ser compreendido de fato após análises aprofundadas em campo e este nos reflete uma das faces perseguidas pela “moral nativa” a de que trabalhar no comércio de drogas não é algo reprovável moralmente, sob a lógica do cuidado. Esta face pode ser analisada a partir da conexão entre a moralidade e o cuidado inspirada pelas contribuições de Gilligan (1982) que nos aponta o fato de que tal relação interfere de maneira profunda na possibilidade de as mulheres fazerem escolhas, uma vez que sua identidade é pautada pelo padrão de relacionamento e de cuidado e de tomada de decisões frente as necessidade, mais do que pelo critério de justiça.

No que pesem todas as críticas feitas pelas próprias feministas à Gilligan, ela afirma que podem surgir tensões entre a manutenção do próprio ser e as relações; mas a maturidade moral chega quando o indivíduo consegue equilibrar corretamente as preocupações consigo mesmo e com os outros (GILLIGAN, 1982, p. 41-45).

Este aspecto, contudo, não paga o fato de que esta atividade do cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. As ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem cuidados e elas realizam um montante desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado.

Para colocar a questão claramente, os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham “cuidado com” e as mulheres “cuidem de”. (TRONTO, 1997, p.189). Assim, só este fato já suscita questões morais, suscita questões morais em si mesma e obriga a pensar como as obrigações morais de cuidar dos outros tem significado moral desigual na sociedade como um todo.

A seriedade desse ponto é que ele envolve a possibilidade de relações de mercado, fora do mercado, uma moralidade e cuidado atento como coexistentes (LANE, 1986; HARDWIG, 1984; WALZER, 1983; SCHAAR, 1983).

Não se encontra neste fazer das *minas* uma separação rígida entre modos de pensamento baseados na troca mercantil, no corre ou no cuidado, reconhecer a dimensão do segundo proporciona considerável profundidade ao nosso quadro da vida moral. No entanto, se não se puder passar facilmente de um modo de pensamento para outro, defender que o cuidar possui um valor, sugere várias outras possibilidades perturbadoras.

Outra ideia pautada numa concepção de uma “moral nativa” é inspirada na fala de Paula uma *mina do corre* que diz ter se inserido no comércio de drogas não por necessidades financeiras e sim por ter crescido no movimento, “ter amizades” e ainda de alguma maneira aos poucos realizar práticas sociais cotidianas que a elas não causam estranhamento, por exemplo: participar das rodas de conversas de adolescentes nas esquinas das praças, partilhar do uso de determinadas “drogas lícitas” como álcool no início é algo corrente. Aos 11 ou 12 anos ela conta que já fazia isso frequentemente. Ainda assim, ao recordar estes momentos sua percepção era que era diferente de seus vizinhos:

“Meus vizinhos era diferente a renda deles não era boa, tanto que eu lembro que uma vizinha minha que ela fazia botão, tá ligada? E colocava numa cartelinha que ela pegava lá na Nova Estrela²⁶. Esse trampo para eles te dá uma renda pra comer em casa, e as vezes eu ia lá ajudava eles só por ajudar, tá ligado, só para passar o tempo. Mas eu não pedia dinheiro nenhum porque eu não precisava. Eu percebia que eles precisavam que as vezes não tinham o que comer mas eu não me ligava nisto, porque para mim isso não me importava. Até por não ter esse olhar diferenciado. E assim, que as pessoas me respeitam, porque não tiro com a cara de ninguém, a gente tem que

²⁶ Nova Estrela - fábrica localizada próxima a Vila que produziu botões por longos anos em um sistema onde parte do processo de trabalho ocorria nas casas de pessoas que se dispunham realizar o serviço. Por muito tempo muitas famílias moradoras da Vila complementavam sua renda com os trabalhos realizados por vários membros da família, incluindo, crianças e adolescentes. A prática se resumia em pregar, costurar botões em cartelas que ficavam prontas para a revenda pela empresa. O pagamento se dava mediante ao número de cartelas com os trabalhos finalizados.

ganhar a confiança dos outros, entende? Não é um negócio assim, a gente tem que conquista isso, fazer uma moral...” (Paula, entrevista 02/04/2016)

Assim, na fala de Paula as relações e interações sociais que se estabelecem no cotidiano da Vila, criam os códigos que sustentam a moral que permeia as redes de cuidado, que estruturam as teias de sociabilidades e solidariedades existentes no local.

Nas palavras desta *mina do corre* ela não diferenciava os vizinhos por terem condições financeiras inferiores a dela. O fato de a mesma participar do momento de trabalho em família na casa vizinha proporcionou a existência de uma confiança que pode ser expressa pelo respeito entre as partes.

Neste sentido, os vizinhos a respeitam por existir entre eles laços de solidariedade, que não são tecidos por uma rede de parentesco, tão pouco com uma ajuda financeira em espécie (dinheiro). Aqui o que é valorizado é o tempo “juntos”, a atividade laboral realizada em grupo. É o olhar de “cuidado” por saber que aquela tarefa é importante “para ter o que comer” como Paula menciona. Esta soma de fatores resulta no fato de que uma *mina do corre* estabelece como se faz (produz) uma “moral”, ou seja, ela tem a percepção de que para os vizinhos, o fato de ela ser ou não uma *mina do corre* não é o de maior relevância. Ou ainda, não é este o objeto central mensurado em um processo racional na formação de uma “opinião” valorativa enquanto “mulher” “pessoa”. A questão é mais profunda.

A ideia de participar da vida em vizinhança, estar atenta as dificuldades de pessoas da Vila, mostrar-se generosa, humilde, são mecanismos que as distinguem de outras mulheres, moradoras (es) locais. Podendo ainda ser considerado como hipótese uma construção moral para aliviar as tensões que a atividade delas tem quanto a possível imoralidade deste fazer.

Estes dois últimos adjetivos “generosidade e humildade” circulam como correntes nos discursos proferidos das (os) vileir@s sobre a formação de uma “moral” enquanto qualidades necessárias e subjetivas para reconhecimento positivo sobre o “caráter” de alguém. Se esta (e) é merecedor(a) ou não de confiança, de participação nas redes, em suma de “correr junto” na linguagem das “minas”. Estas também parecem assumir estes mesmos discursos, deixando bastante evidente que para ser considerado uma pessoa *parça* é necessário compartilhar destes elementos que tecem a moralidade nativa. E somente depois desta identificação que a pessoa é considerada apta a fazer parte das redes de sociabilidades locais.

O “correr junto” é algo bastante difundido entre as (os) vileir@s. São códigos de honra não escritos mas que normatizam as práticas sociais e sob a ótica da “moral” estabelecem o que ser um (a) “*gente boa*” na Vila. Com isso, gestam mais um braço da teia das redes de sociabilidades. A cooperação social entre os que desenvolvem a mesma atividade, ou seja, trabalham no mercado da droga. Esta cooperação, pode ser de informações importantes a respeito de segurança, a divisão de custeio com possíveis gastos ligados ao desenvolvimento da atividade de venda da droga, como o pagamento de “cachorro”²⁷ a policiais ou a uma outra instituição governamental. Ou ainda, o que tem um maior peso valorativo no sentido de adquirir “moral” é o compartilhamento despesas referentes aos familiares de pessoas que tem algum membro familiar pres@, ou para o envio das sacolas – bolsa de mantimentos e materiais básicos necessários para a manutenção de pessoas que estão reclusas no sistema penitenciário.

A premissa da existência das redes de sociabilidades é que não estão aprisionadas a um “lugar específico” na vida destas mulheres. É possível assim afirmar considerando-se as complexas probabilidades de arranjos familiares, dos quais faz parte a realidade de diversas mulheres. Por isso, não é diferente para uma *mina do corre*. Elas são mulheres que são as únicas responsáveis pela família, companheiras com ou sem filhos, mulheres com várias experiências de relacionamentos afetivos (segunda, terceira união), homoafetivas, mulheres que são mães, “segundas mães” (aquelas que criam filhos ou crianças de outrem), entre outras.

Assim, seria lícito afirmar que a existência, consolidação e difusão das redes sociais experimentadas por essas mulheres – *minas do corre*, estaria menos circunscrita a dimensão dicotômica do pensamento casa-rua, privado ou público e mais próxima das específicas formas de conjugar o vivido, bem como, das redes de relações por elas geradas, frente as necessidades de cuidar da vida, de si, dos outros.

É através destas redes de relações que se estabelecem na vida de uma *mina do corre* que ao estar imersas em atividades próprias do mercado da droga, que tampouco é narcotráfico, que elas almejam resolver um dos mais difíceis conflitos no exercício de suas funções cotidianas em seu trabalho. Conciliar uma moral que seja ética para um viver que seja do cuidado aos outros. O conselho que se ouve por aqui correntemente e soa como um paradoxo “não se envolva muito”, quando se é principiante na

²⁷²⁷ Expressão nativa utilizada para designar o pagamento de valores monetários em dinheiro ou trocas por “produtos” uma quantidade em drogas para a polícia. Sob alegação de deixá-los livre para trabalharem.

“correria”. Isto nos remete a refletir sobre a dimensão moral que se mostra a partir do “cuidar de si”. O cuidado está presente nas práticas cotidianas de socialização as quais são apreendidas pelas *minas* em suas linhas de inserção no *corre* e é uma das faces das agências realizadas por elas.

Assim, as *minas do corre*, são ensinadas por aquelas (es) que as introduzem na função realizada por elas em seus trabalhos sobre como devem balizar seu grau de exposição, ou seja, de visibilidade, vislumbrando não “chamar atenção”. Isto se traduz de um modo geral, na recomendação para que sejam discretas e que não deixem esta atividade tomar conta de sua vida toda. Não deixar tudo exposto; construir a não percepção do que se faz em sua vida cotidiana. Aspecto que deve ser construído evitando que a visibilidade de sua atividade se escancare dentro das relações e para outros moradores que não estão envolvidos com o “movimento” e as atividades de comércio de drogas e principalmente outras instituições sociais as quais se destacam: a polícia, escola, igreja e associações no bairro.

4.2 Quem se expõe – níveis de visibilidade

No mercado da droga é possível supor que de fato há pouca problematização em torno dos níveis de visibilidades de instituições e indivíduos que operam as atividades que tecem as teias de relações comerciais internacionais que alimentam o mundo de negócios deste ramo. Organizações que exploram o comércio de drogas ilícitas, os sistemas bancários que realizam a lavagem do dinheiro, o sistema financeiro onde o dinheiro se transforma em capital, produzem processos de “simbioses”. Estes são apontados por Machado (1996) a partir da noção de que embora sejam organizações dissimilares convivem numa relação mutualmente benéfica. Tais processos ainda se beneficiam de uma “invisibilidade” social produzida.

Tal ausência permanece camuflada por uma ordem social que busca vincular atividades ilícitas e/ou criminosas a determinados grupos sociais, étnicos-raciais, pobreza, países e lugares (bairros, vilas, comunidades) periféricos. Como sinônimo de desordem social. (ZALUAR; RIBEIRO 2009);(MISSE, 2015).

Neste sentido é importante observar quem são os “sujeitos-mulheres” que se expõem, ou seja, aqueles que estão visíveis nas pontas das teias de relações sociais que permeiam as transações ligadas ao comércio de drogas e aquelas (es) que permanecem

propositalmente obscuras por interesses de grupos, uma classe detentora de redes de poder fortemente hierarquizadas e elitizadas.

Indivíduos ligados às atividades de comércio de drogas internacionais, pouco aparecem nesta dinâmica. Seus nomes não constam nas capas de jornais e noticiários jornalísticos. Nas diversas mídias e as redes sociais seus “rostos” não estão diretamente vinculados e expostos como personagens protagonistas de uma atividade caracterizada como ilícita, criminosa entre outras.

Algo que é muito diferente da realidade vivida pelos moradores dos bairros populares de diversas cidades brasileiras. Sob uma diversidade de motivações acabam se tornando braços operadores de uma teia de relações que se movem e se ramificam, de modo que, as ações resultados deste “movimento”, o trabalho em si realizado se torna fato corrente no cotidiano destas pessoas.

Neste ponto, não há grandes novidades apresentadas. Entretanto, o que vale a pena avançar nesta questão é avaliar que nas redes ramificadas do comércio de drogas que se apresentam no campo de estudo, há diferentes níveis de exposição para as “envolvidas” com o trabalho neste ramo.

É fato que este nível de exposição está ligado com a noção e o risco de consequências que entre as mais relatadas pelas *vileir@s* estão: à morte e a prisão. Assim, quando uma *mina do corre* se dispõem a “botar as caras”²⁸, parte da premissa que esteja ciente destes dois elementos.

“Pra quem cresce na Vilonia sabe os caminhos, sabe que tem que saber trabalhar, nem “tirando os outros”, ficando na minha e ficando esperta, se cuidando pra “não cair” presa. Depois que me separei, meus filhos ficaram um pouco com minha comadre e eu fui uns tempos pra praia. Sabia que na Vila tem muita gente vendendo, então fui tentar em outro lugar. Tá com três anos que to vendendo lá, também. Pego daqui e viajo para lá. Com o que eu ganho fui montando no terreninho da minha comadre uma casinha, na travessa. Já que a antiga casa que eu morava, os caras que tinham treta com o Wilmar (ex-marido) botaram fogo. Agora tá, com quatro meses que minha mãe morreu. Tô precisando pagar umas dívidas aí que fiz pra fazer o velório dela. Aí to pegando qualquer coisa, nesta situação a gente se obriga a “botar as caras”, fazer qualquer coisa. Ir lá na praça, não tem horário sabe...”. (Sida, entrevista em 01/03/2015)

²⁸ Está disposta a fazer qualquer ação, tarefa, ou seja, desempenhar qualquer função na “correria”. Inclusive aquelas que exigem uma maior exposição, inclusive de ordem corporal. Mostram o rosto em lugares públicos: como as praças no ato da venda ou troca da droga, trabalham de dia, transportam pacotes, armas e outros objetos, entre outras atividades.

O fio condutor da fala da *mina do corre* perpassa pela reflexão entre quem ela é, e o que ela faz e o que a ela pode ser associado ao nível de visibilidade que outros indivíduos, instituições sociais (principalmente a polícia) possam ter diante da atuação em atividades específicas referentes ao comércio de drogas quando estas decidem “botar as caras” e o cuidado “de si”.

Neste papel público que assume o cuidado na vida de uma *mina do corre* vem a tona a questão de uma prática cotidiana que é intrínseca ao existir, ao “saber viver”, ao fazer escolhas e ao transitar em situações limites, experimentadas por estas mulheres.

É também neste ponto, que se vislumbra outra possibilidade da expressão nativa narrada por Sida e outras minas “botar as caras”, a de ascensão, hierarquias e relações de poder, frente aos níveis de visibilidade e as redes de relações de sociabilidades e parcerias, tecidas nos trabalhos referentes ao comércio de drogas no cotidiano da Vila.

Mel a mais jovem *mina do corre* que eu acompanhei por mais de seis meses em suas atividades de comércio que em sua maioria eram de venda e troca (por outros objetos) da droga e trabalha em um ponto que está localizado na esquina de uma praça, ou seja, em um lugar público. Fez importantes contribuições a este respeito.

“Veja só, para ficar aqui no banco (banco de madeira localizado na praça), tem que ser caruda, todo mundo olha você, sabe o que tá fazendo. Até aí não dá nada. Só chega quem sabe do movimento. Não pode ter treta com outros. Tem que olhar o seu lado, não ficar armada ou mostrando porque chama atenção. O melhor é deixar mocada perto, se precisar você pega a máquina. Não gosto disso de ter arma e tal. A gente até tenta, mas sempre tem uma ou outra que quer tirar a gente, cagueta. Também se você não for caruda, não consegue nada. Você acha que as minas que subiram aí, que hoje viajam ou tão nas baias, começaram como? Tem umas que a família já montou elas, mas tem muita que começou assim, na praça”. (Mel, 17 anos entrevista 26/06/2017).

O cuidado “de si” como já mencionado é uma das faces das agências realizadas por estas mulheres. Este agenciamento entre outros elementos consiste em indicar o que é necessário para “ascender” em uma possível hierarquia de poder que se estabelece nas redes de relações que regem o comércio de drogas.

Aqui a requisição é ser “caruda” (ter coragem) , não ter “treta” com os outros: estabelecer uma boa rede de relações de sociabilidades na Vila. Isto implica em saber negociar situações de conflito que possam surgir, desde tensões em relação a preços de

produtos, acordos e disputas em relação a espaços de venda, eventos sociais²⁹ realizados dentro da área de atuação do trabalho de uma *mina do corre*. Todas essas agências resultam na construção de um sentimento imbuído de uma espécie de empoderamento subjetivo de uma *mina do corre* traduzido de modo nativo na expressão bastante recorrente do que é “ter moral” na Vila.

Aqui a noção de uma moralidade é inspirada pelas considerações de Fonseca (2004) ao observar que em bairros populares, a honra figura como um elemento simbólico chave, que ao mesmo tempo regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo. Neste sentido, para uma *mina do corre* “ter moral” é “ter honra”.

Isto implica outra vez em mais uma face da agência de uma *mina do corre* o de “estar ligeira” outra expressão bastante corrente, basicamente é estar atenta a possíveis práticas sociais referentes à permissões e interdições, durante a realização de seus trabalhos a exemplo “não andar armada, ou mostrá-la”, similarmente faz parte de um “cuidar de si”, que se estende a manutenção de uma representação de pessoa e lugar concomitantemente.

Este lugar adquire significado e “status” nas relações de poder, diante da relação trabalho e visibilidade, ou seja, a ideia da diminuição do grau de exposição corporal em lugares públicos no exercício de suas atividades no comércio de drogas, parece estar intimamente ligada a uma maior ou menor ocupação no interior das diversas atividades realizadas por elas em suas funções cotidianas de trabalho.

Dizendo de outro modo, quanto maior o grau de exposição corporal de uma *mina do corre* menor é o poder de decisão diante das redes de atividades estratificadas existente no comércio de drogas na Vila. Assim, trabalhar na baía, fazer uma viagem, são sinais de ascensão em uma rede relações sociais pautadas por esta atividade.”

Outra observação a respeito da visibilidade das ações/práticas realizadas pelas *minas do corre*, isto considerando somente aquelas que trabalham nas ruas e praças é o enfrentamento do “olhar” gendricado incutido nos (as) vileiro@s. Uma funcionária de uma escola da Vila que também é moradora local nos fornece pistas:

[...]Quando vou ali na esquina comprar pão na pani elas tão lá. Não tenho nada contra o trabalho delas. Apesar de ser mulher né, porque aí pesa mais, a

²⁹ Eventos como: campeonatos de futebol, atos de assistências sociais ligados a instituições religiosas, apresentação de algum grupo de rap, capoeira nas praças, festas fecha rua, só para mencionar alguns já que há uma diversidade enorme a qual as minas do corre acabam se envolvendo diretamente ou sendo chamadas a opinar a respeito de uma demanda ou outra.

piazada já é feio andar mostrando, mas a gente tá acostumada. Só acho que não pode ficar mostrando arma, nem os troços (droga) porque aquela rua ali é caminho da escola. De resto a gente sabe que elas não incomodam ninguém, tão ali ganhando o delas na moral[...]. (Diário de campo – 06/11/ de 2017).

É possível ressaltar ainda que o “olhar” de outros vileir@s diante desta atividade em lugares públicos como as praças reflete a prática gendrificada, “ser mulher” e estar armada é reprovável. O conflito reproduz um julgamento pela associação corpo e sexo/biológico praticando algo que na concepção é feio “ainda mais porque são mulheres.

Neste sentido, a atividade do comércio de drogas não é reprovável na concepção de outros (as) vileiro@s pelo ato em si de venda ou troca, mas tem uma motivação intrínseca de preservar/cuidar do espaço público que é carregada por um pano de fundo que se justifica aparentemente pela “circulação de crianças” no local. Entretanto, aprofundando as análises é possível verificar que agregada a esta primeira noção do “cuidar” do espaço público o fato de serem “mulheres” a realizar tais atividades reproduz um maior grau de interdição que resulta em um estigma social que possui gênero. Há uma desigualdade aí de ordem relacional. São mulheres, “pesa mais”. A ocupação deste espaço pela “piazada” não gera estranhamento e nem repúdio na fala da moradora.

A complexidade de compreensão se multiplica, haja vista, que sendo mulheres lutando contra a composição de um estigma social que se constitui historicamente nos mundos do trabalho (sejam eles quais forem) afeta a visibilidade das mulheres em determinadas ocupações, tentando propor interdições e normatizações do que pode ou não ser realizado por uma mulher; não é algo novo.

Este fato, parece se reproduzir também no comércio de drogas e suas atividades realizadas pelas *minas do corre*, mas é justamente neste âmbito de uma atividade de risco (inclusive de vida), é que essas mulheres no exercício de suas agências seguem rompendo paradigmas e representações do aceitável socialmente como se reproduz no discurso “Elas estão ganhando o delas, na moral”.

A moral está ligada então a um código de honra que se constitui nas especificidades locais. Com isso, a prática de saber o que se pode ou não fazer é adquirida no decorrer dos processos de socializações aos quais as *minas do corre*, percorrem ao ingressarem nas atividades do comércio de drogas. No caso da inserção que acontece já na vida adulta esse processo é enviesado por intermédio de uma espécie

de um (a) “padrinho/madrinha” denominado por *parça*. No entanto, o termo *parça* para denominar as relações daquelas que se inserem ainda na infância tem como aspecto a tradição como soma.

Desta maneira, esses processos socializadores os quais são percorridos pelas crianças da vila ocorrem sem grandes estranhamentos. De modo que, o trabalho realizado no comércio de drogas parece estar intrínseco a um “*modus operandi*” do vir a “ser” o sentimento e o reconhecimento enquanto “agentes” que se faz presente ao longo da vida destas mulheres moradoras (que cresceram na Vila) e que se tornam vileir@s que interagem em redes relacionais e de sociabilidades que estão consolidadas na vida cotidiana local.

4.3 Redes de proteção da vida e da família

A formação de redes de proteção é algo observado em campo. Este é o fio condutor a partir do qual vislumbra-se discorrer e analisar as agências realizadas pelas *minas do corre* na formação de conexões que revelam como funciona a operacionalidade das redes diante de elementos como o cuidado, maternidade, parentesco constituição de valores morais na família e no *corre*.

“[...] Eu só fazia isto quando eles não tavam ou quando eles dormiam. Mas depois que eles foram crescendo esta relação não deu mais para esconder foi quando eu fui embora, e eles tem a pior imagem possível de mim. Tenho vergonha desta imagem que meus filhos fazem de mim... eu sempre tentei protege-los, por isto eu sai de casa e fui embora, tinha muito medo do que pudesse acontecer com eles eu já vi muitos casos de quando tem alguma desavença as pessoas descontarem na família, eu sempre pensei nos meus filhos, até agora eu penso muito neles, não quero nada de mal para eles, qual é a mãe que quer né ? [...]”. (Sida entrevista em 01/03/2015).

As redes de proteção da vida são formadas por ações de agenciamentos realizadas por uma diversidade de vileir@s que não estão limitadas somente a participação das *minas do corre* e que trazem em sua gênese o cuidado como princípio fundante.

Assim, falar da existência de uma rede de proteção local passa pela noção do desenvolvimento de nichos grupais que refletem o sentimento de pertencimento a uma determinada vizinhança com limites estabelecidos de espaços e lugares bem demarcados.

Uma “senhorinha” de baixa estatura, que usa um lenço para envolver os cabelos cumpridos que adora ficar com sua cadeira na calçada e cuidar da grama, plantas e flores em uma casa próxima a um ponto de vendas de drogas na praça 5 menciona: “Aqui todo mundo cuida de todo mundo” e arremata “para o bem, ou para o mal.” (Diário de campo, 11/08/2017).

Dona Zélia, mora a mais de 40 anos na Vila Nossa Senhora da Luz, e viu segundo ela com mais alegrias do que tristeza o local se transformar. Passa parte do seu dia e muitas noites também, fazendo uma atividade que a princípio equivocadamente poderíamos até enquadrar em mais uma atividade associada ao comércio de drogas, ela é observadora do movimento. Cabe a ela, observar “olhar” todas as possíveis alterações cotidianas como rondas policiais (de polícias especializadas e não as já existentes na UPS na Vila), conflitos entre morador@s, as saídas e entradas dos (as) estudantes que percorrem aquele caminho em direção a escola, ou mercados, os ambulantes que trilham as travessas todos os dias vendendo uma diversidade imensa de produtos.

O fato das ações realizadas por Dona Zélia não serem algo singular encontrado no campo, me chamou à atenção. E similarmente por este movimento se diferencia daqueles onde os “caras” ou ainda as “*minas*” recebem para também “olhar” os acontecimentos na “*correria*”. Entretanto, neste caso estes recebem em espécie “salário”, pela atividade que desenvolvem.

No caso contrário, da Dona Zélia, suas ações não estão voltadas a um retorno renumerado em espécie (renumeração). Há aqui uma troca simbólica de lealdade entre as pessoas que moram próximas - vizinhança que compõem a redes relacionais formativas de proteção.

De modo, que ao fazer esta atividade que segundo ela é para “cuidar” da vizinhança, e ajudar as *minas do corre* em seus trabalhos, reproduz as linhas específicas de reciprocidades locais, que só podem ser compreendidas diante deste contexto. Nas palavras de Dona Zélia “[...] Eu fico dando uma olhada, assim ajudo as minas aí com o trabalho delas. Passo, o tempo e sinto que tenho importância, né. Cada passo alguém vem me perguntar alguma coisa [...]” (Diário de campo 11/08/2017).

Assim, a dimensão de utilidade esta associada a duas vertentes: a primeira é a questão de pertencimento as redes, tendo seu funcionamento operado através das agências de pessoas que acreditam estarem desempenhando uma função importante para um objetivo específico. Neste caso, nossa interlocutora sabe que a ação de “olhar o

movimento”, realizada por ela é importante para a manutenção de uma ordem cotidiana, “todo mundo cuida de todo mundo”, assim a “paz negociada” se consolida na Vila.

Posteriormente a questão simbólica de utilidade que é assumida por Dona Zélia está associada a uma espécie de acordo moral, onde há uma co-dependência mútua entre aquela que cuida através da ação do cuidado – responsabilidade de “olhar” e as “minas do corre”. No entanto, a codependência mútua se estende também a outras vileir@s que moram no entorno dos pontos. É fato que tal ação pressupõe a preservação de relações e a existência de uma rede relacional de ordem moral que se faz presente em seus discursos e explicações a respeito do que fazem. Observável na tentativa de atribuir significado a ação:

“[...] Olha eu recebo pensão, o seu Dico lá de cima também é aposentado, a Cleusa lá perto do posto também tem as renda dela com as costuras, então nenhum de nós ganha nada aí pra ficar olhando o movimento, quero dizer *bufufa* dinheiro entende? É mais para ajudar as minas e nós mesmo porque assim ajuda a manter o sossego aqui na Vila[...] [...] Além de não sujar para ninguém, elas respeitam a gente e a gente respeita elas[...]”. (Diário de campo 11/08/2017).

O fato do respeito como um significado que busca explicar e dar sentido moral a ação é um resultado direto das agências realizadas por uma série de atores sociais que compõem as redes de proteção encontradas no campo. Na ponta desta rede estariam desde aquel@s que “olham”, os que praticam o comércio “as minas”, a vizinhança, os comerciantes locais, os transeuntes que se utilizam dos mesmos caminhos que se localizam os pontos, as biqueiras, a polícia local, entre outras, só para mencionar aqueles pontos da rede observáveis. Diante, da extensão que ela irá provocar caso a análise se estenda até outras instituições sociais que estão a princípio fora do “lugar” Vila, aqui menciono a diversidade de órgãos públicos municipais, estaduais, à exemplo os hospitais próximos ao bairro.

Outro ponto relevante para a compreensão do alcance deste fenômeno social pode partir de uma análise de dados etnográficos referentes a constituição das redes de proteção sob dois âmbitos encontrados no *corre*. Primeiramente, mulheres que se estabelecem nas redes através de suas atividades no comércio de drogas a partir da perspectiva de “trabalho” exclusivamente, e outras que se relacionam com as redes através do seu trabalho e também do uso da droga para consumo próprio e/ou de familiares. Diante destas perspectivas, lugares como a casa *baia* e a rua se estabelecem

como elementos fundantes para assimilação da constituição das redes de proteção nativas da Vila.

4.4 *As minas do corre – usuárias* um outro lugar

É fato que o campo estudado devido a sua complexidade provocou inúmeros desafios que foram se delineando ao longo do avanço da pesquisa. Ao refletir, a respeito das minhas produções e anotações em meu diário de campo. Fui imbuída por um emaranhado de sentimentos que me proporcionaram as análises que aqui estão descritas. Um dos sentimentos que foi difícil transmitir, bem como, transcrever com a veracidade dos dias, noites, experiências e momentos vividos, em palavras ao realizar os registros, foi sem dúvida o grande medo diante das presença das *minas do corre* que trabalhavam e faziam uso do produto que comercializavam, ou seja, a droga.]

Deste modo, assumindo um “outro lugar” distinto daquele ao qual eu inicialmente havia me proposto a estudar. O fato de depara-me com mulheres que, concomitantemente desenvolviam as atividades de comércio de drogas e faziam uso das mesmas, não foi a princípio o perfil de mulheres que eu objetivava inserir na pesquisa.

Entretanto, foi algo que surgiu com andamento dos trabalhos. E isto foi algo ainda mais difícil de realizar. Devido ao fato de esbarrar nos meus próprios limites enquanto pesquisadora que em alguns momentos se mostraram com um sentimento de medo, que foi muito difícil controlar. Estes sentimentos se produziam ao o iniciar uma conversa com as mesmas, quando eu observava o quanto suas condições psicofísicas se tornavam um importante elemento que aumentava consideravelmente os riscos (inclusive de integridade física), e que tencionava o ambiente, no qual a pesquisa com elas ocorreu, geralmente no âmbito público: travessas, alamedas ou nas praças da Vila.

Proponho refletir inicialmente a respeito do trabalho realizado pelas *minas do corre* comuns, ou seja, as não usuárias. Em relação a estas os sentimentos que permeavam-me no processo dos trabalhos na pesquisa em campo eram: a ansiedade, o medo, a tensão, a fuga, eles variavam em relação a maior ou menor intensidade de acordo com o lugar onde elas estavam nos momentos da observação participante.

Em lugares como nas ruas e nas praças o medo de sofrer algo (inclusive considerando o risco inclusive de ordem violenta) diminuía quase não existia. No

entanto como convivi também observando e fazendo perguntas à elas nas *baias* a convivência com esses sentimentos neste local foi algo que me acompanhou durante todo o tempo.

Na rua a pesquisadora está vendo, ou ainda, observando, mas também sendo observada. Mas o fato de haver vários agentes interagindo no cotidiano que está sendo observado diminuía a tensão, que sofria uma espécie de sensação de amortização do medo. Fato, este que ao longo do tempo consegui compreender ao submeter a observação e as análises a uma “lente” que aponta os registros no diário de campo dos processos de socialização vividos pela pesquisadora ao realizar a pesquisa *in loco*.

Assim, ao frequentar e interagir com (e no) lugar, com pessoas aleatórias que surgiam, outras que estavam sempre fazendo a mesma coisa, crianças que brincavam nas praças despreocupadas com o que ocorre ao seu redor. O medo foi deixando de ser um elemento que incomodava. Ele foi amenizado, ao se estabelecer uma “rotina experimenta-se o estar “ali”, presente, diante dos pontos, da biqueira, do movimento, ou seja, no meio do corre e este experimentar afugenta o medo.

O comércio de drogas ocorrido com foco no corre nas praças, nas esquinas, nas travessas, ou ainda, nas ruas no âmbito mais facilmente de ser encontrado e “observado” é ainda regido por uma “rotina inusitada”. A primeira impressão é que o termo “rotina inusitada” parece algo que soa estranho, porque parecem termos contrários. Mas se considerarmos que o comércio de drogas agenciado pelas interlocutoras desta pesquisa ocorre no interior de uma rotina que se processa com ações quase que ritualizadas e que podem ser descritas como sequências.

A *mina do corre* que trabalha na “praça ou na esquina”, antes de iniciar suas atividades em seu trabalho, procura resolver suas questões em suas casas “baias” – aqui me refiro a cuidados com os (as) filhos (as) , afazeres domésticos, compras em mercados, atribuições de pagamentos das contas da casa entre outras. Neste sentido, há uma rotina que se constrói e se repete que não difere muito de outras mulheres trabalhadoras, inclusive de outras vileir@s.

Entretanto, tal rotina é “inusitada” no momento em que são muito altas as chances de que em poucos segundos, ao desenvolver suas atribuições frente a agência nas vendas ou trocas da droga na execução da sua atividade como uma “mina do corre”, algo mude abruptamente e “saia da rotina”, mas não é qualquer mudança simples a que me refiro. São aquelas que se pautam em assumir grandes riscos inclusive de “morrer”, ou “matar”.

Considero estes riscos, ações extremas, onde o poder e a decisão de escolha devem ser às vezes operados em segundos e está seriamente implicado em decidir sobre vidas. Essa dimensão do inusitado de uma rotina experimentada por essas mulheres se difere, por exemplo, de outras profissões do mundo do trabalho que também estão associadas a atividades laboriosas onde há nível de tensão e decisão em relação a manutenção e a existência ou não da vida.

De modo que, entre outros aspectos distintivos, o fato de as atividades desenvolvidas por uma “mina do corre” estarem enquadradas pelo “senso comum” corrente a uma não profissão, ao não trabalho, a associação das atividades a órbita do imoral, ilegal, clandestino, “sujo”, faz com que as consequências de suas agências sejam desprezadas e estigmatizadas sob a banalização da ideia de um ethos do “ser traficante”.

“[...] Provar que não é um bandido, exibindo seu emprego, uniformizado, é uma ‘carteirada moral’ fundamental para o bem-estar e segurança ao mesmo tempo, um motivo de orgulho, de quem pode provar que escapou do último lugar da fila em nossa moralidade a condição de ladrão, no caso dos homens[...]”. (MACIEL F; GRILLO, A., 2009 p.247)

Assim, suas atividades não estão nem mesmo no último lugar da fila da moralidade descritas por Maciel e Grillo (2009) e ao serem consideradas indignas as ações que permeiam as atividades das “minas do corre”, bem como, suas decisões e escolhas cotidianas na prática de seus trabalhos são pouco exploradas e problematizadas pelas análises acadêmicas.

Por sua vez, diante deste quadro de análises acadêmicas marginais, sobretudo jornalísticas a respeito do que se denomina como “tráfico de drogas”, como o grande “vilão” de vidas roubadas em sociedades modernas industrializadas, estão as *minas do corre*, que associam os seus trabalhos no comércio de drogas e também o consumo do produto comercializado por elas.

Acompanhar este trabalho realizado por estas mulheres e perceber as fronteiras enfrentadas por uma espécie de subcategoria dentro da categoria *minas do corre*, bem como, suas especificidades cotidianas na tentativa de manter suas agências frente a dependência física e psicológica do produto que comercializam foi algo que surgiu no campo como proposta muito forte de investigação.

Com isso, o desafio na tentativa de elucidar este outro prisma relativo ao comércio de drogas agenciado pelas *minas do corre – usuárias* na Vila trazia a tona

vários sentimentos de difíceis controles, o maior deles sem hesitação é o medo multiplicado de observar e de estar presente nos locais das transações comerciais, fossem eles nas praças, nas esquinas ou nas baias, porque é aqui que se escancara com maior ênfase a “rotina inusitada”, a qual foi comentada anteriormente.

Assim, numa tarde em mais um dia de investigação no campo, eu acompanhava o trabalho de uma *mina do corre*, ela estava vendendo na praça próximo a uma cancha de areia. Tudo seguia conforme a “paz negociada”, crianças correndo descalças na areia atrás de uma bola, pessoas de idades diferenciadas usando os aparelhos de “estica veia”³⁰, adolescentes seguindo para encontros na Igreja Católica também localizada na praça. Eu havia iniciado meu diálogo com a Lia lá na praça 5 em frente a baia dela.

A princípio no desenrolar das conversas, fui observando o atendimento de uma liga aqui outra ali. Percebia nitidamente que suas ações eram feitas quase que automaticamente, sem muito cálculo e cuidado ela parecia estar bem à vontade no ambiente. A travessa de Lia é uma travessa que apresenta um acúmulo de material reciclável que se espalham por boa parte da rua impedindo o trânsito de veículos no local. Só é permitido e viável devido à grande quantidade de lixo e carrinhos de coleta de material o trânsito de pessoas, ou motos. De vez em quando, um ou outro veículo cruza a rua, não sem dificuldades e com muitas manobras. Estes geralmente passam pelo local justamente em busca dos produtos comercializados ali: cocaína, maconha e crack geralmente.

Na frente da casa de Lia, em um banquinho de madeira é o ponto que permanece sua avó que por sinal também comercializa drogas há muito tempo como ela conta é o mesmo local onde ficava sua tia já falecida que segundo ela foi uma das mentoras da sua inserção nas atividades de comércio de drogas. Mas a avó de Lia não vende sozinha ali, tem outras pessoas que também vendem no local e se intercalam nas vendas. A princípio pude observar que as vendas seguem uma escala com uma lógica consolidada no local. Cada vendedor@ seja os primos de Lia, a avó ou outra pessoa da casa que esteja ali disponível no momento da liga, tem seus chamados “clientes” específicos e se caso alguém chegue para efetuar uma compra e pergunte sobre a pessoa a qual costuma realizar a liga, a pessoa que está presente no momento sai a procura da outra entra nas baias, a várias delas em um terreno só, e em questão de poucos minutos retorna dando um parecer.

³⁰ Equipamentos esportivos instalados pela Prefeitura Municipal, utilizado para a execução de exercícios físicos em praças públicas pela cidade de Curitiba.

O parecer pode ser a autorização para que outra pessoa faça a liga, e realize a venda ou troca. Ou ainda, a pessoa *mina do corre* procurada aparece para atender seu cliente, ou ainda a negativa. Alega que a pessoa não se encontra e solicita para voltar depois.

Retorno a ideia de que a ação de uma *mina do corre – usuária* parece estar no âmbito do raciocínio avaliado, ou seja, sem muito cálculo e cuidado com as atividades que ocorrem, sobretudo, por perceber em momentos diferenciados e em maior ou menor grau o efeito da droga nestas ações realizadas por elas. Resultando numa multiplicação da sensação de insegurança para aquelas (es) que observam o trabalho no comércio de drogas, nesta circunstâncias. Assim, resolvi arriscar e convidar Lia para sair da travessa e ir a praça descrita anteriormente. Acreditando que o local onde houvesse mais visibilidade e com um maior público de pessoas, trouxesse um alívio necessário para organizar meus pensamentos em busca das perguntas que eu pretendia fazer para finalizar a entrevista que eu já havia iniciado. Com muito custo ela aceitou ir. Depois de me contar parte da sua história ali mesmo na “travessa do lixo” como é conhecido o local onde Lia mora na presença de seu filho mais velho com 15 anos de um total de seis.

Ao chegarmos na Praça solicitei que pudesse gravar a entrevista. Junto com Lia, estavam mais duas outras *minas do corre – usuárias* a qual eu não as conhecia. Porém, percebi estarem bastante alteradas considerando seu estado psíquico. Apesar, de eu não conhecer teorias científicas para explicar cientificamente este estado, posso descrever que tais mulheres permanecem muita agitadas, fumando, falando muito alto e rápido, seu aspecto de higiene pessoal chamava bastante atenção, com cabelos, dedos das mãos amarelados, esmaltes nas unhas pela metade, pés e roupas sujas, só para mencionar alguns aspectos.

Diferentemente das outras entrevistas com *as minas do corre* realizadas em lugares públicos como nas praças, ruas ou travessas, notei que as pessoas passavam e evitavam olhar em nossa direção, nem sequer cumprimentavam. Nas entrevistas anteriormente teve até mesmo vileir@s que não conteve sua curiosidade e se aproximou para conversar e também para saber que tipo de trabalho estava sendo realizado. Mas no caso de Lia e as suas companheiras “*minas do corre – usuárias*” esta proximidade de terceiros não ocorreu.

Este fato foi por mim percebido logo no início nos primeiros diálogos. Tentei não me incomodar com isso. Minha preocupação maior eram as outras duas *minas do*

corre que surgiram no momento da coleta de dados. Por estarem nitidamente sobre o efeito de drogas. Enquanto, Lia em meio a falas comigo, pedia que elas ficassem quietas, ou fossem embora por estarem atrapalhando, *as minas do corre* permaneciam ali, conversando entre elas, falando o que pretendiam fazer a noite, sempre andando muito, gesticulando e falando muito alto.

Por fim, a fala de Lia a respeito do trabalho que faz no *corre* é importante para esta análise:

[...] há... eu comecei aí fazendo liga, bem menina ainda. No começo era normal. Porque pense você eu fui crescendo aqui, minha tia e minha mãe, minhas tios, meus primos, né...você sabe você conhecia a gente. Todo mundo ali trabalhava com isso. Pra mim sempre foi bem tranquilo. A gente aprendia direitinho como fazia, como lidava com os “homens”³¹, fazia o racha para pagar pau³². Minha vó nunca gostou muito desta história de pagar pau para os homens. Aprendi também como não vender aí para os caguetes³³ e ai a gente vai tirando o nosso. A minha desgraça foi ter experimentado e gostado. Minha mãe e minha vó falava, oh... Lia não pode usar senão você não controla, eu achava que não dava nada. Usei a primeira vez o crack porque a maconha é susse já tinha usado antes, a pedra foi veio com o pai do meu segundo filho que me chamou um dia pra fumar. Foi a minha perdição. Aí deixei de ser eu mesma, sabe...[...] Hoje vivo em função disto aí. Deixei de trabalhar pra mim, pra ter as coisas, deixei de ser uma boa mãe, (lágrimas)[...]. (Lia, entrevista em 27/02/2017).

A questão de “deixar de ser ela mesma”, no decorrer da conversa com Lia é entendida sob muitos aspectos. A ideia de uma *mina do corre – usuária* é muito complexa. Uma usuária de droga que não trabalhe em atividades ligadas ao comércio de drogas, talvez também tenha essa mesma percepção de perda de “si”. Mas, Lia nos mostra que distintamente de outras pessoas que apresentam problemas com a dependência química moradoras de grandes cidades industrializadas nas diversas sociedades modernas, as mulheres aqui descritas como trabalhadoras e também usuárias não só estão sentenciadas a não se reconhecerem enquanto pessoas, mas também são reféns de seu próprio trabalho.

Assim, *uma mina do corre – usuária* está presa no movimento do *corre*. E por necessitar dele para manter sua dependência ela reconhece de forma cruel que as atividades antes desenvolvidas no comércio de drogas como um “trabalho” assumem a

³¹ Uma das maneiras de como se refere a polícia militar, civil ou federal no local.

³² Pagar propina (valor monetário em dinheiro) a polícia para que o trabalho ocorra sem alterações na dinâmica social cotidiana da Vila.

³³ Aqui nesta fala este termo está colocado no sentido de se referir aquelas pessoas que entregam informações a polícia a respeito do trabalho realizado pelas *minas do corre*. Ou ainda servem de alvo para possíveis emboscadas policiais nos pontos de drogas.

partir de então outra dimensão, a da obrigação de tecer o seu “caminho sem volta” como se diz aqui, quando alguém constrói suas ações/agências sabendo que o resultado inevitável é a morte. Só assim, o corre parece escancarar algo não falado anteriormente, ou pouco assumido pela outra categoria de *mina do corre* não usuária.

Diante destas constatações volto ao momento lá na praça para descrever uma cena, quando houve a conversa com Lia (e havia mais duas *minas do corre* – usuárias com ela) . Surgem da travessa dois rapazes e uma moça, indagando a Lia o que fazem aquelas outras *minas do corre* – usuárias ali na quebrada, se elas estavam queimadas.

No momento pensei em sair, mas não houve tempo. De repente percebi movimentos rápidos das duas tentando sair correndo. Lia permaneceu no local. Ocorre que um rapaz e a outra moça que estava com eles olhou em minha direção e disse algumas palavras que são sintetizadas na ideia de que eu não ligasse para o que estava por vir, já que não era comigo e justificava suas ações relatando que *as minas do corre* que ali estavam seriam “caguetas” (deladoras) e não eram moradoras da Vila. Por isso, não tinham permissão para ficar ali. E rapidamente passaram a chutar *as minas do corre*, deram muitos chutes na bunda delas e quando caíram no chão continuaram chutando (agora em qualquer lugar do corpo) e mandando sair dali.

Foi um acontecimento em plena praça e ninguém se envolvia, as minas foram bastante agredidas e parecia tudo certo para outros (as) vileir@s e curiosos que passavam pelo local. Lia não falou nada e eu olhava apavorada toda aquela situação. A fala de uma senhora moradora de uma casa em frente ao ponto de ônibus agrega a compreensão da análise: “Essas aí, nem gente são, tem mais é que pregar o cacete mesmo”. (Diário de campo, 27/02/2017)

De fato, ao observar tal cena e perceber no olhar e nas falas das vileir@s que de alguma forma interagiram nela, foi inevitável não associar o que Lia tinha minutos antes acabado de mencionar a seu respeito sobre a sua perda de identidade por se considerar uma *minas do corre* – usuária. Na medida em que outros (as) vileiro@s identificam também este marcador, a vida desta pessoa passa ao nível do descartável. Então pode vender e não pode usar, ou seja, uma moral complexa!

Assim, o trabalho do comércio de drogas que agora não mais dimensiona possibilidades de renda, de empoderamento subjetivo através das agências desempenhadas pelas minas do corre, tão pouco permanece consolidando as redes de sociabilidades, passa a exercer, ou melhor, coloca essas mulheres em um processo de reprodução e condicionamento de abjeção “[...] porque elas são enquadradas

socialmente em uma classificação de pessoas menos importantes, desprezíveis [...] no sentido de Judith Butler (2012), mencionado por (KUHN; QUELUZ, 2018, p. 220).

Diante desta percepção é fato que as *minas do corre – usuárias* exercem a maior parte de suas atividades na rua, nas praças, ou seja, em lugares acessíveis de serem observados. Mostrando uma completa precarização do trabalho e exposição de corpos. Isto nos remete supor que diante destes pressupostos o cuidado aqui tenderia a não se consolidar como uma das faces das agências que anteriormente foi identificada existentes perante as *minas do corre*. E ainda que as redes de sociabilidades como fator de proteção se consolidam a partir da ideia de que o cuidado é só com as (os) vileir@s, com as crianças e a própria família, manter o uso (consumo dos produtos comercializados) distante é uma forma de circunscrever a droga como lícita moralmente.

Assim, torna-se relevante entender se há algum marcador distintivo de posição de sujeito nas atividades realizadas ora nas casas – baias e/ou na rua referentes ao comércio de drogas. Entretanto, o ato de vender e consumir é algo mais contundente. Há uma tensão demarcada na posição dos sujeitos de forma que se estabelece como uma fronteira que se polariza entre estas mulheres: *minas do corre* versus *minas do corre-usuárias*.

É válido considerar ainda nesta análise o significado atribuído ao trabalho pelas *minas do corre*. De modo que tal associação de condicionamento de abjeção supostamente se manteria somente circunscrito a subcategoria das *minas do corre – usuárias*. Esta condição independe da associação ao local do trabalho realizado por elas: seja na baia ou na rua é algo que merece ser investigado e um aprofundamento. Mas faz uma moralidade do abjeto muito forte.

4.5 A casa – *baia* e a rua o que constitui esse trabalho

Os trabalhos realizados nas baias pelas *minas do corre* não são algo específico relativo às mulheres na Vila, muitos homens também realizam e vivem da atividade das vendas e das trocas no comércio de drogas no local. Entretanto, o número maior de

entrevistadas deste trabalho³⁴, partilham das vivências com trabalhos realizados nesta modalidade. Foi também observado em campo, que o número de minas do corre que trabalham nas baías é consideravelmente maior em relação ao trabalho realizado na “rua”.

Neste sentido, não posso deixar de mencionar que não necessariamente foi pretensão fazer uma análise fundamentada em uma dicotomia discursiva de sexo ou de gênero, onde supostamente se atribuiria “funções”, atribuições específicas realizadas nas atividades no mundo do droga para homens e para as mulheres.

Posto isto, e diante da perspectiva de análise que aborda o gênero como um campo de diferença estruturada e estruturante é que vislumbrei identificar como ocorre o tecimento e a constituição do trabalho realizado pelas minas do corre, mulheres, em dois âmbitos com demarcações inclusive territoriais distintas: na *baía* e na rua.

Uma das armadilhas que brotaram pelo caminho foi justamente essa leitura da percepção que na rua o número de *caras* envolvidos com tais atividades faziam com que as minas sucumbissem diante deles. Assim, equivocadamente parece em uma análise superficial que este trabalho não existe, ou que esse espaço “a rua” não seja ocupado por elas.

Durante um período, de mais de dois anos de pesquisa, percebi algumas nuances desta face da agência desenvolvida pelas mulheres interlocutoras desta pesquisa, que sim ocupam a rua, e atribuí a ela o significado pouco compreendido: é na rua que se desenvolve e coloca-se em prática os elementos constitutivos subjetivamente para ser o que são *minas do corre*.

Neste aspecto da pesquisa alguns dados foram de importante reflexão a respeito dos elementos constitutivos subjetivamente de uma *mina do corre* que trabalha na rua. Apesar de em campo ter encontrado três mulheres dispostas a contribuir para esta pesquisa que tinham a “rua” como seu local de trabalho. Foram duas *minas do corre* que com maior ênfase cooperaram para minha compreensão neste ponto e são justamente as mais jovens de idade (das nove entrevistadas) e de inserção nas atividades e redes sociais referentes ao mundo da droga.

A menina Iza assim chamada pelos “chegados” durante o período de observação participante em suas atividades de venda e troca de drogas na Praça 5, no início desta

³⁴ De nove entrevistas terminadas, haja vista que mais duas foram iniciadas e não chegaram ao fim por desistências das próprias minas do corre em realiza-las. Foram seis o número de mulheres que trabalhavam em uma “Baía” e somente três na rua.

pesquisa se encontrava com 18 anos e com uma filha ainda bebê. A aproximação específica desta *mina do corre* despertou-me outra grande dificuldade a ser superada no decorrer da pesquisa. É sabido que pelo fato da pouca “experiência”, ela própria relata isto, colaborou para a difícil tarefa de conseguir se aproximar dela. Estabelecer laços de confiança com a Iza foi desafiador.

Apesar de eu ter chegado a esta *mina do corre* através de pessoas as quais eu já mantenho um vínculo de amizade a mais de 15 anos surgida através da vizinhança. Este fato poderia ter facilitado a aproximação a exemplo de que ocorreu com as outras mulheres *minas do corre*, mas neste caso não ocorreu. A dificuldade pareceu aumentar.

Como me aproximei? Foi em um almoço festivo de família em um ponto de comércio de drogas o qual eu com o objetivo de aprofundar minhas pesquisas, me propus a visitar. Este ponto fica entre a Praça 5 e 4 em uma alameda. As pessoas da casa me receberam com sorrisos nos rostos e me senti muito segura em permanecer ali.

No local, uma garagem coberta, algumas mesas e cadeiras de plástico, uma minúscula distribuidora de bebidas em uma peça que fica na frente da casa, quase na calçada da rua, onde as pessoas que participavam do almoço pagavam a bebida ao dono da casa que era também o proprietário do pequeno comércio improvisado. Nas mesas as mulheres e homens pareciam se divertir jogando cartas de baralhos, em rodas de conversas e é claro uma música alta que é uma característica marcante de momentos festivos como estes.

Foi neste ambiente, que ao conversar com algumas mulheres vileir@s que estavam jogando cartas e durante o decorrer deste diálogo às mesmas indagam questionando como estavam as minhas pesquisas. Eu respondo que ainda estava em andamento. E elas neste momento me contam que havia uma nova *mina do corre* trabalhando para o “Zico” filho do dono da casa e também do ponto de drogas no qual estava ocorrendo o referido almoço.

Prosseguem relatando, que uma das irmãs de Zico é a responsável pelo cuidado da criança (um bebê de pouco mais de 1 ano e meio) filha de Iza. A qual “deu” a criança temporariamente, já que o companheiro dela estava preso. E ela necessitou “virar uma grana”, ou seja, tirar o seu sustento e tocar a vida.

Assim, rapidamente me interessei pela história de Iza, e soube por essas mulheres vileir@s um pouco sobre sua vida e como ela havia chegado para o trabalho no comércio de drogas ali nas imediações da Praça 5, já que a mesma mora justamente no lado inverso e concorrente de vendas na Vila que é a Praça 2.

Neste sentido, é relevante mencionar que a princípio a inserção de Iza se deu pelas redes de sociabilidades as quais se estabelecem na Vila. É mais uma vertente a ser analisada das redes. Iza teve sua inserção inaugurada “oficialmente” no trabalho do comércio de drogas através de uma comadre (madrinha da filha da Iza) e irmã de Zico.

Esta irmã presente no almoço festivo, faz questão de mencionar que estava fazendo o que podia para ajudar. “Ah, eu tô fazendo o que dá né, cuidando da menina que ela me deu só por enquanto né. Eu até arrumei um trampo para ela virar um dinheiro, de boa, rapidinho ela se levanta, é nova ainda, esperta, aprende rápido, na moral”. (Diário de campo 04/10/2015).

Neste sentido atribuído “as ações” realizadas pela comadre de Iza, denota-se que as redes de sociabilidades são tecidas a partir destas agências operadas por mulheres que estabelecem entre si, laços de amizade e confiança, e que resultariam na moral que se estende à ideia de parceria. O cuidado prestado à criança e o auxílio na busca de um trabalho para a manutenção das necessidades básicas de sobrevivência: de ter recursos para comprar alimentos, pagar vestuários e morar, não é mensurado em valores monetários. É mais uma vez, uma das complexas faces das agências dentre um emaranhado de ações que estabelecem os “pontos” no conjunto de redes de sociabilidades no cotidiano da Vila.

Rapidamente me prontifiquei a conhecer Iza, a irmã mais velha de Zico saiu do almoço e fomos a pé pela travessa conversando até o local de trabalho de Iza. Fui apresentada a ela como uma velha amiga da família e ex-vizinha. Neste primeiro contato percebia que ela não olhava para cima. Preferia ficar olhando para baixo, ou olhando para a rua onde o volume de carros era constante. Expliquei a ela o meu objetivo da pesquisa. Perguntei se poderia entrevista-la e observar seu trabalho, até me prontifiquei a ficar observando do outro banco da Praça, para não atrapalhar suas ligas.

A princípio ela concordou. Mas vi que como era de costume achou muito estranho. Marcamos entrevista para o dia seguinte. Ela me explicou que trabalhava por turno. E que naquele dia iria virar a noite e só estaria disponível para a entrevista no outro dia no final da tarde. Mas fez uma ressalva, só falaria antes de iniciar o turno dela. A justificativa era que não poderia ficar conversando na hora que estivesse no trabalho. Devido ao fato, de o trabalho necessitar de muita atenção em tudo que ocorria ao seu redor, qualquer movimento é importante. E também porque o dono do produto ao qual ela vende ou troca é muito “exigente” e manda fiscalizar o que elas estão fazendo na rua (no ponto) enquanto trabalha.

Percebi a seriedade com que Iza trata o trabalho dela e ainda que há pouca negociação em relação o que se pode ou não fazer quando está na “ativa”. Ou seja, a partir do momento que o “turno” começou. O fato de estarem ali na rua, ou sentadas nos bancos de madeiras ou dando pequenos passos para lá ou para cá nas esquinas, tudo faz parte de um “modo operante³⁵” do trabalho por elas desenvolvidos no comércio de drogas. Tais ações indicam estar disponíveis naquele momento para realizar as ligas (vendas, trocas, transações).



Foto: Banco de Praça

Fonte: Patricia Baptista Guerino / Diário de campo, 12/10/2015

É como se essas ações mencionadas, indicassem uma espécie de código ao qual as pessoas (clientes) ou outros (as) vileir@s reconhecessem e associassem esta “disponibilidade e disposição de corpos” com um momento de início para começo, realização e término dos trabalhos.

³⁵ No sentido aqui utilizado seria para ilustrar que no trabalho na rua realizado pelas minas do corre, há uma demarcação espacial inclusive de território, lugares marcados, posturas corporais e até mesmo o olhar delas que corre rapidamente observando tudo atentamente para realizar as ligas. O reconhecimento, ou seja, a face a face com o cliente também são elementos agregadores que tecem este “modo operante”.

Então logo depois desta breve descrição da primeira percepção ao contatar com a Iza, tínhamos combinado de conversarmos, marcamos dia, horário e local, porém, fui ao encontro por vários dias seguidos. Permanecia lá na mesma esquina onde a havia conhecido, encontrei ela algumas outras vezes, mas ela desconversava e não queria falar.

Acabei fazendo outras investidas no campo. Lá no outro lado da Vila na Praça 2 que me fizeram entender um pouco do que se passou com Iza, antes dela concordar e colaborar aceitando dar a entrevista. Para esta compreensão foram válidas muito tempo depois as falas de uma outra *mina do corre* a Mel que é “vizinha de muro” como ela diz de Iza. Entender que Iza, visita o marido e que este estava preso no período em que a pesquisa foi realizada foi importante.

A novidade aqui não foi o fato de o marido estar preso, esta informação eu já possuía. Mas, que diferentemente das outras *minas do corre*, as quais eu já vinha mantendo contato, houve a consulta a uma pessoa que não faz teoricamente parte das redes de sociabilidades imediatas no caso o marido, para a tomada de uma decisão que ela julgou importante.

A Iza me relatou mais tarde o que a Mel confirmou muito tempo depois. Ela primeiro procurou saber qual era a opinião do seu companheiro em colaborar na pesquisa, para depois tomar uma decisão. Isto é relevante, pelo fato de que mesmo diante da não dependência econômica, há aqui uma ordem moral que se mantém solidificada por laços afetivos e uma possível coerção que faz com que Iza “preste” conta de suas ações.

Mel é a mais nova do grupo de mulheres que entrevistei durante a pesquisa. Ela mora e trabalha na Praça 2. Teve sua inserção no comércio de drogas quando era muito jovem, já no início de sua adolescência. Ao perder sua mãe executada a tiros em Araucária cidade da região metropolitana, que faz fronteira com a Cidade Industrial – CIC, no decorrer de suas atividades no comércio de drogas. Mel conta que sua mãe foi fazer uma “viagem” uma grande liga e levava a droga para um cliente quando fizeram uma espécie de “casinha”- emboscada para lhe roubar o dinheiro e também o produto. Teve em sua vó seu apoio para o pior momento de sua vida. E também como seu “exemplo de vida”, nas palavras dela. Deste modo, Mel aprende os primeiros passos para se tornar uma *mina do corre* ainda em casa com a avó. Esta também atua no comércio de drogas, mas com uma especificidade. A casa de Mel é o que se denomina na Vila de “mocó”, lugar onde se esconde e/ou guarda a droga na Vila.

Dolores a avó paterna de Mel, pedia para menina quando pequena subir em um cômodo, para guardar as drogas em um fundo falso no forro de um quarto da casa que é de madeira. E ainda dizia: “Olha, o jeito de pegar menina senão você derruba os paquês (uma espécie de tijolo quadrado enrolado com papel branco e fita adesiva transparente ou marrom em volta, geralmente tem escrito a caneta o peso em quilo) aí, tem que ter cuidado”. (Diário de campo 26/06/ 2017).

Assim, Mel aprendeu a guardar a droga como uma tarefa onde se poderia retirar uma renda. Aprendeu ainda, que existia momentos e as pessoas certas que poderia conversar, fazer negócios, como carregar (transportar) e a quem entregar os paquês. Entre todos esses aprendizados, talvez o que mais seja relevante compreender foi o significado que esta *mina do corre* atribui a baia e a rua e como esses elementos se constitui no campo.

Anteriormente eu havia mencionado que para tratar das especificidades do trabalho na “rua”, primeiramente eu trataria (assim como procurei abordar) as histórias de vidas das *minas do corre* mais jovens a Iza e a Mel. Suas biografias são de suma importância para entender questões como a possibilidade de existência de hierarquias, relações de poder, de gênero no âmbito das atividades desenvolvidas no comércio de drogas na Vila, bem como, nas redes de sociabilidades consolidadas através deste trabalho.

Diante do pressuposto de que ambas as *minas do corre* trabalham na rua (seja na praça ou na esquina). É válido mencionar que os caminhos trilhados por elas na inserção e também nas expectativas dos trabalhos que desenvolvem são bastante distintos.

A primeira a falar sobre o trabalho na rua foi a Iza, depois de alguns dias tentando me aproximar e diante da autorização já relatada do companheiro, acompanhei o trabalho dela por alguns meses em uma esquina da Praça 5 na Vila.

Esta *mina do corre*, relatou que propriamente entrou para o movimento somente depois da prisão do companheiro que também trabalhava como motorista de transporte nas atividades de comércio da droga na Praça 2. Quando ele ainda estava na “ativa”, já fazia pequenos transportes junto com ele. Algumas ligas na casa dela. Mas não queria se envolver muito no trabalho do companheiro. Até porque estava grávida e a espera de ser mãe e de todas as atribuições que ela relata do que imagina ser uma “boa mãe”. Esta ideia está constituída pelo cuidado que entre outras características assume o caráter formativo. Proteger (não expor as crianças na rua e nem nos pontos de comércio de drogas, assim como ficar com uma criança no colo, ou permanecer com elas, em alguns

espaços, possui de antemão um interdito. Estando com crianças e permanecer em uma esquina com elas ou adolescentes, onde tem ponto de comércio de droga é algo reprovável). Dar educação (ensinar as normatizações locais, o que pode ou não pode ser feito, inclusive as ações que são fortemente rejeitas na Vila, como o roubo por exemplo), “não deixar faltar nada” (está relacionado a ideia da alimentação e necessidades materiais), ser presente na vida d@s filh@s, ou seja, “não deixar jogado”, são expressões que se evidenciam nos relatos e observação em campo.

Entretanto, logo depois da prisão de seu companheiro. Ela através de sua comadre decidiu entregar a criança a ela para que estivesse “bem cuidada” e levantar uma “grana”. A decisão de entrega da filha, foi contada com bastante emoção e até provocou lágrimas. Mas finalizou dizendo que foi preciso.

O trabalho no comércio de drogas foi aceito por ser do lado contrário de onde ela mora. Mesmo sabendo que as pessoas (outras vileiro@s) comentam. Ela relatou preferir assim. Na tentativa de justificar moralmente o que faz: “[...] Melhor do que fazer outras coisas piores [...] olha só antes tá aqui na ativa do que se caguete³⁶ [...]” E ainda finalizou [...] Não devo nada não pra ninguém, minha menina tá bem cuidada, filho da p... nenhum pode vim dá dedo na minha cara, para dizer isso aqui oh...[...] (Izabel, entrevista, 10/10/2015). Com efeito, a atitude de abrir mão de conviver com a filha pode sugerir uma ação desta *mina do corre* norteada por um cuidado “cuidar do outro” que aqui se apresenta como subtexto de uma moralidade complexa constituída na “rua” a partir dos fatores de proteção da família que são sustentadas pelas redes de sociabilidades.

No entanto, Iza trabalha na rua sem proteção alguma. Ao ser perguntada se não tinha medo do que pudesse acontecer a ela (até mesmo ser presa) se não era melhor trabalhar em uma *baia*, assim teria a possibilidade de comercializar em casa se ela não achava mais seguro. A resposta dela foi arrebatadora, tirou a mão do bolso e me mostrou uma arma e logo guardou novamente, mas não mais no bolso, colocou em baixo de uns pedaços de concretos que estavam amontoados na esquina e disse mexendo nos cabelos:

[...] Minha proteção tá aqui oh... se virem me tirar. Eu trabalho de boa [...] Não tô aqui porque quero não, é que comecei a pouco tempo, aí não tenho baia ainda para as ligas. Isso vem com o tempo. Essas minas aí que você sabe

³⁶ “Caguete” termo usado para designar pessoas que trabalham colhendo informações e repassando (delatando) a "outros" em geral a polícia ou a grupos rivais .

que vende nas baias elas já estão na estrada já um tempo né, ou tem alguém de campana por trás delas, muitas já tem alguém da família que vende. Aí elas só vão de boa tocando o bonde...[...] E pergunta para mim: entende? E eu respondo: acho que sim e balanço a cabeça. E pergunto: É como se elas estivessem acima de vocês? [...] Isso aí, elas já tão mais garantida. Tipo não é que elas são maior que gente ou coisa assim, elas não manda na gente, mas tão em posição melhor pra trabalhar, não precisa se expor tanto, essas coisas [...]. (Izabel, entrevista, 10/10/2015).

Analisando separadamente a fala de Isa o que sugere supor um caminho reflexivo que compreende a rua como um espaço a ser ocupado pelas *minas do corre* que se inserem ainda jovens nos trabalhos referentes ao comércio de drogas. Seria aqui o “primeiro passo”.

Por sua vez, é neste espaço que demandaria estar disposta a viver dentro do que denominei antes como a “rotina inusitada”, ou seja, nas ruas as chances de ocorrer as tomadas de decisões frente as práticas e ações sociais que necessitam intervenções de alto risco (inclusive de morte) e tomar decisões sobre forte tensão é algo que ocorre com uma maior frequência.

A fala de Iza nos mostra tais questões. Ela é enfática ao chamar á atenção para uma significação de posição de sujeito. Há, ai uma “consciência discursiva”³⁷ na ação desempenhada por ela na rua em virtude da execução de suas atividades laborativas.

Não há uma negação das diferenças entre um trabalho realizado em um local ou outro. Inclusive faz questão de demarcar que não se reconhece uma hierarquia pautada em relações de poderes “[...] Elas não mandam na gente [...]”, somente fundamentada no local de trabalho no caso: rua versus a baia.

Há aqui uma posição social em cena, no sentido especificado por Giddens “[...] envolve a especificação de uma identidade definida numa rede de relações sociais, sendo essa identidade, porém, uma categoria à qual uma certa gama de sanções normativas é concernente [...]” (GIDDENS, 2009, p. 97). Assim, as relações de poderes estão submetidas a uma complexa rede de relações sociais, que identificam também as identidades e as posicionalidades dos sujeitos. Mas como já mencionado, não tem como o elemento central constitutivo o espaço – lugar de trabalho.

Ao enfatizamos a contribuição das falas de Mel, bem como, suas análises para o trabalho de comércio de drogas realizado na rua. É relevante considerar sua habilidade de expor e racionalizar as práticas sociais desempenhadas no exercício de suas tarefas

³⁷ O que os atores são capazes de dizer, ou expressar verbalmente, acerca das condições sociais, incluindo especialmente as condições de sua própria ação; consciência que tem uma forma discursiva. (GIDDENS, 2013, p. 440).

“rotinizadas”. É fato que a noção indicada por Isa da demarcação de posicionalidade de sujeitos a partir das redes de relações sociais se torna expandida na fala de Mel:

[...] Trampo aí na rua primeiro te digo porque eu quero. Não é por nada sabe, mas porque eu quero aprender. Pra mim não passar pelo trabalho na rua, você não aprende. Não é guerreira. Não sabe fazer as coisas na hora que precisar. Essas minas, aí que fica entocada nas baias. Não tenho nada contra. Tem umas que passaram também pela rua e hoje tão de boa, na moral. Essas sim, não tão lá porque tem costas quentes. Aí a gente tem um maior respeito e tal[...] [...] Eu até podia trampo na minha baia também porque minha vó não liga. Mas eu quero fazer isso, só depois que já tive sabendo como é tá aqui, dando a cara. Sei que assim que as pessoas aqui na Vila dão valor pra gente. Depois que passou na rua e não queimou o trampo e nem a quebrada e segue na correria, sabe [...]. (Mel, entrevista em 26/06/2017).

Assim, Mel levando em consideração os seus poucos 17 anos, somados a sua inserção através do âmbito familiar muito antes, colabora com elementos discursivos relevantes para a análise do trabalho na rua realizado por uma “*mina do corre*”. Ao trazer para o campo de análise a ideia de que “o trabalho na rua” assume na concepção dela um ethos constitutivo da subjetividade do que é “ser” e “agir” como uma “*mina do corre*”.

O que poderia aparentemente parecer uma hierarquia de poder, ou status adquirido por aquelas *minas do corre* que não estão nos trabalhos que se remetem a exposição moral e de corpos em um espaço público. Na dinâmica do trabalho no “corre” não é.

Assim, o trabalho na rua, realizado pelas *minas do corre* assume uma dimensão de “rito de passagem”, ou ainda como denominou Turner (2005) “ritos de crise de vida”. Neles o sentido e a superação de uma “crise” serão atribuídos a momentos que marcam uma grande mudança existencial de um sujeito em grupo específico e não dizem respeito apenas ao indivíduo que ocupa o lugar central nela, mas também marcam mudanças nas relações de todas as pessoas ligadas a ele (TURNER, 2005, p.35).

Com isso, o trabalho no corre realizado na “rua” se coloca como quesito a ser conquistado para que uma mulher trabalhadora no comércio de drogas adquira atributos que a ela não são dados de forma gratuita ou por algum legado tradicional de famílias que já atuam nas atividades do comércio de drogas por várias gerações.

Neste sentido através de observações em campo pude elencar o que constitui subjetivamente o “ser e o agir” de uma *mina do corre* em seu trabalho constituído na rua. Faz parte deste, um rol de práticas sociais, que se denota através, da demonstração de coragem em momentos de tensão, impor-se para resolver conflitos, ter moral o que se

reflete na capacidade de liderar outros sujeitos que atuam também na dinâmica social do *corre*. Por fim, saber os momentos de demonstrar generosidade.

Todos estes elementos compõem as agências realizadas por estas mulheres em seus cotidianos. Com isso, é válido mencionar que tais atributos devem ser perseguidos caso a *mina do corre* deseje galgar alguma posição de ascensão em uma perspectiva futura dentro do “movimento”.

Dado o exposto, o trabalho realizado na rua por uma *mina do corre*, deve ser entendido dentro de suas especificidades, como uma trilha a ser explorada. No sentido de que algumas mulheres, sobretudo as iniciantes (sem tradição familiar no comércio de drogas³⁸) pode ser entendido como uma alternativa de renda, ou ainda, a primeira atividade dentre as muitas existentes no comércio de drogas.

Entretanto, pode assumir outra conotação trazida pela Mel que inclusive está ligada a uma associação a ideia de legitimidade, de uma honra conquistada, onde a *mina do corre*, escolhe estar ali na “rua”, “praça”, “na esquina”, pelo fato de compreender que é do trabalho nestes ambientes que se adquire elementos que são valorativos para se ter “moral”. Esta última imprescindível para quem pretende seguir uma espécie de carreira no comércio de drogas, vislumbrando ascender posições, status e poder no mundo da droga.

Outra análise profícua é o que tange os trabalhos no comércio de drogas realizados nas baías. Este sem dúvida é o mais almejado pelas mulheres e também é o onde encontramos um maior número delas exercendo.

Para aprofundar as análises relativas as atividades desenvolvidas pelas *minas do corre* no comércio de drogas se concentrando especificamente naquelas que ocorrem nas *baías*, é necessário entender a complexa relação entre os trabalhos que antecedem a chegada ao campo. Posteriormente entender a identificação de uma *baía* e das *minas* que atuam nelas e, ainda poder observá-las vislumbrando como ocorre esta aproximação que se dá por fases. Cada uma delas é uma conquista e uma ruptura de barreiras, diante do tamanho sigilo sobre o qual elas regem as atividades (venda e troca) existentes no mercado da droga.

Tal atividade ao ser observada *in loco*, demandou um pouco mais de tempo para se estabelecer laços de confiança entre quem pesquisa e as entrevistadas. Foram muitas visitas, para conseguir me aproximar das *minas do corre* que trabalham em casa. Em

³⁸ Diferentemente algumas “minas do corre” quando possuem na família o trabalho no comércio de drogas como tradição geralmente não iniciam suas atividades trabalhando na rua.

todos os casos nos primeiros contatos houve pessoas fazendo intermédio, através de apresentações, conversas preliminares sem que eu estivesse presente. Estes “procederes” (assim chamadas as conversas para esclarecimentos sobre alguma coisa) foram realizados sempre pela via pessoal, ou seja, nunca utilizado o telefone ou meios *online*.

Esta espécie de contato deve ser face a face. Aquela (e) que comunica o proceder deve conhecer e ter “moral” para fazer esse contato diretamente com a pessoa responsável com a qual se pretende buscar informações (entrevistar) no caso as *minas do corre*. Desta forma, só se iniciava uma nova observação em uma nova baía depois deste primeiro “proceder” realizado por alguém a seu favor. A explicação para este procedimento é que geralmente algum vizinho, parente, ou chegado que eu já conhecia, ou que conhecia algum familiar próximo que pudesse colaborar com a pesquisa e estivesse disposto.

Algumas sabendo da minha condição de professora da escola local, me pediam ajuda como: vaga ou alguma orientação de curso e/ou oficinas oferecidas na “comunidade escola” – atividades diversas, sem custos, abertas a toda a comunidade escolar realizadas na escola nos finais de semana, que vão desde oficinas de artesanatos, atividades esportivas e cursos na área técnica e de informática, só para mencionar algumas. Em síntese, foram muitos os canais utilizados para aproximação, desde os conhecimentos do local e de pessoas aos quais eu já tinha antes de iniciar a pesquisa, outros por indicação de algum “chegado”, alguns ainda pela via de atuação na maior igreja local.

Para chegar e observar mesmo que de fora uma *baía* de uma *mina do corre*, as primeiras vezes eu não fiz o contato sozinha e nem tal ação sozinha. Sempre acompanhada de alguém e geralmente havia alguns protocolos para aproximação. Um deles era não estar portando nada que pudesse chamar à atenção e nem causar estranhamentos. Desta forma, procurava vestir roupas discretas, não usar pulseiras e/ou joias que se destacassem de algum modo e nenhum aparelho eletrônico que pudesse ser facilmente retirado.

Tais atitudes não eram pelo fato de existir uma possibilidade de tais objetos serem furtados. Mas pelo motivo de ser de meu conhecimento certas demandas aceitáveis de comportamento sociais. Isto remete a ideia de que ao adentrar naquele espaço, seja no ponto ou na biqueira, há um respeito que não pode ser rompido. Isto pode ser comparado a existência de signos de condutas aos quais os (as) vileiro@s ao

interagirem no interior dos processos de socializações existentes nos locais os reconhecem e os legitimam concomitantemente.

Acredito que esta maneira de como se portar diante dos objetos de pesquisa e do campo não é fato novo para as teorias sociológicas, antropológicas (que se propõe a estudar pessoas) e diante de estudos etnográficos que nortearam essa pesquisa. Entretanto, a ideia a qual busco apresentar é que frente as visitas nas *baias* não se pode “vacilar” (termo usado na Vila, para indicar algo que não procede, algo que não deveria ter ocorrido, ou ainda expressão pejorativa para diminuir o caráter de uma pessoa) fato que tem consequências que podem resultar em penalizações bastante cruéis, ou seja, não há permissão para o erro.

O caráter de trabalho nas *baias* tem algumas especificidades ligadas diretamente às pessoas que exercem o mesmo. De modo que, apesar de ter algumas normatizações gerais, as quais a maioria das *minas do corre* buscam seguir. É comum o trabalho na baia assumir uma conotação de personificação da mina responsável por executá-lo. Conforme retomarei à frente.

Um segundo aspecto constituinte deste caráter do trabalho realizado por estas mulheres na *baia* é a característica de suas práticas sociais de execução estarem ligadas diretamente a uma perspectiva de reciprocidade que não segue a lógica capitalista de mercado. Neste sentido, Alba Zaluar ao escrever abordando e ampliando o conceito de Mauss nos fornece pistas analíticas importantes para pensar nesta questão:

“Do mercado, a reciprocidade se diferenciaria porquanto ela cria, ao deixar o recebedor na obrigação de retribuir ao doador o bem doado, uma relação, um laço, um vínculo entre os parceiros da troca que não tem tempo demarcado, podendo entender-se num futuro remoto, quanto mais proximidade social houver entre os parceiros. Nela os bem trocados têm sobretudo valor simbólico, valor de uso marcado pelas relações sociais nas quais dever ser exibidos, consumidos ou destruídos”. (ZALUAR, 2004, p. 292).

Assim, como nos pontua a autora a lógica de mercado está fundamentada em um princípio mensurável equivalente a uma medida de valor. No caso o dinheiro. O que difere como veremos da reciprocidade estabelecida nos trabalhos ocorridos no comércio de drogas não exclusivamente, mas, sobretudo, aqueles ocorridos nas *baias*.

A reciprocidade aqui denominada encontra parâmetro no tipo de relação social que a constitui. É dessemelhante das trocas ocorridas no “mercado” ou até mesmo no Estado (como instituição que movimenta bens e serviços), as trocas ocorridas nas *baias*

se fundamentam em relações sociais de “caráter pessoal”, distantes da impessoalidade apresentada como um valor “o dinheiro não tem rosto”, ou ainda nas perspectivas universalistas de equidade e de justiça que norteiam as discussões acerca da formação e desenvolvimento do Estado.

Para entender esta questão foi preciso além de procurar entender os significados a respeito do que faziam as *minas do corre* nas baías através do próprio discurso delas a respeito de suas ações, quando perguntadas em situações de entrevistas. A observação no campo de como se constituía esse dia a dia de uma mina do corre na baía, foi bastante profícua e possibilitaram as questões formuladas no ato de algumas ações as quais me causou estranhamento imediato. Fiz isto, sempre que houve oportunidade a pessoas próximas presentes na casa.

A *baía* é constituída por um duplo significado simbólico. Nelas perpassam a dimensão do lugar “lar”, onde se institui um poder místico (no sentido de crença) de local de respeito inviolável.

É ainda, onde acontecem os primeiros processos de socializações em família (esta como já foi mencionada antes, não é a família nuclear e transcende a ideia de consanguinidade. Família aqui pode ser tanto a adquirida por laços parentais, como as de “criação” como as de amizade “irmandade” adquirida nas experiências da vida, são “os chegados) laços que se estabelecem com as primeiras normatizações/regras, inclusive as que regem o funcionamento da baía.

A este respeito é preciso mencionar que embora tais normatizações não estejam escritas sob a ideia de um acordo legal. Elas são rigorosamente ensinadas e/ou transmitidas através de uma formação e de educação oral. Cabe aos mais velhos ensinarem aos mais novos.

A ideia de que se deve ensinar a criança os momentos “certos de cada coisa”, como menciona Maria II não é só da mãe. (Diário de campo, 14/04/2017). Todos devem colaborar para que a tarefa de se inculcar valores nas crianças que vivem na *baía* tenha êxito.

A questão dos ensinamentos serem divididos pelo grupo que convive na baía foi assim explicitada por Maria II que é casada e possui dois filhos menores:

“[...] Então eu um dia sai, fui lá pro centro pagar umas contas e ver umas outras coisas que eu tinha para ver. Neste meio tempo, a meu piá pegou e ficou lá no sofá na peça da frente, ao lado do portão que é onde a gente atende os clientes. Eles vem e chamam ali. O meu tio, viu ele ali e falou para ele sair. Mas ele desobedeceu. Sabe que não pode permanecer naquele portão

da casa. Por isso, a gente já fez outro portão só pra gente. Pra ter entrada e saída separada. É por aqui que eles entram, as pessoas das casa, entende? Você tá vendo a casa é bem dividida. Mas então o meu piá desobedeceu a regra. Aí, teve castigo. Quando cheguei vi ele lá em pé do lado do canto na parede molhado. Achei estranho, não tinha nenhum adulto perto, mas ele tava ali, sem sair. E já me contou o que tinha feito e que o tio Deri havia pego ele e colocado a cabeça em baixo da torneira do tanque e deixado ele molhado ficar pensando no que tinha feito[...]” (Maria II, entrevista 14/04/2017).

Após estas palavras lhe perguntei o que ela pensava sobre o seu tio ter intervindo na questão. Já que para muitas culturas quem pode ou não punir uma criança é somente o pai ou a mãe. Ela nos respondeu que estava certo, o tio em realizar tal ação. De modo, que a partir de que a criança convive na *baia* todos (as) são responsáveis pela educação desta criança. Isto significa educar, mas também dar presentes, alimentar, prover a renda que sustenta, ou seja, a produção e a reprodução das necessidades de sobrevivência. E mais, os vizinhos da rua, também “olham as crianças” acrescenta a mesma ideia de que já em outra ocasião eu ouvi no campo “tod@s cuidam de tod@s”. O cuidado é o conceito que agrega o sentimento de vizinhança e de familiaridade nestes grupos populares aos quais estive em contato durante esta pesquisa na Vila.

Neste sentido, suponho ser por este motivo que tantas crianças de várias idades circulam nas travessas, alamedas e brincam distraídas nos parquinhos, areia ou gramas das praças.

Apesar de dividirem o mesmo espaço público em muitos locais de venda na rua. As crianças não se aproximam das *minas do corre* e nem dos caras que ficam comercializando na rua. E quando há qualquer outro tipo de movimentação diferente, como um encontro de um grupo para uma conversa rápida e acerto de algo. As crianças também não permanecem nos lugares próximos. Assim, como os (as) vileir@s quando veem também esse tipo de movimentação sabem que algo está sendo conversado, planejado ou decidido e procuram inclusive manter distância. Trocam o caminho se necessário for passando do outro lado da rua, ou da praça.

Com isso, a primeira concepção a qual é possível concluir a respeito da *baia* é que existe além de normatizações/regras que regem espaços específicos no interior da casa, e que existem interditos e horários para aqueles que podem ou não circular nesses ambientes.

O segundo significado simbólico. É a *baia* como unidade de trabalho. É importante ressaltar que na concepção da *baia* como local do trabalho não está dissociada da apresentada anteriormente: como lar. Ambas seguem concomitantemente tecendo o que é esse trabalho realizado por uma *mina do corre*.

O trabalho realizado na *baia* apresenta outros desafios e características que o singularizam frente ao comércio de drogas que ocorre na rua. É também neste trabalho, que encontrei o maior número de mulheres atuando. Para este fato, devo apresentar algumas justificativas que me parecem satisfatórias a respeito desta questão.

Entretanto, faz-se necessário de antemão elencar algumas características mais elementares das atividades realizadas por uma *mina do corre*, em seus trabalhos nas *baias*: a de guardar a droga para outros ou armazenar para si, ou seja, a responsável pelo “mocó” (que é uma espécie de esconderijo); o de cortar e pesar a droga; o de cortar os plásticos redondos e embalar (geralmente se reutiliza sacolas de mercados, ou sacos plásticos de lixos quando a droga é para o varejo); a de vender ou trocar; a de negociar a droga no “peso” quando chega (trazida por alguém, o contato ou por (alguma *mina do corre* da família ou não) ou quando é para ser vendida ou trocada; aquela que é responsável pelo dinheiro “bruto” – aquelas notas de maior valor; a que negocia conflitos que possam surgir (dentro e fora da *baia*) e faz o pagamento da droga ao contato e também a polícia (em alguns casos específicos).

Diante do exposto, outra característica que pode ser atribuída a uma *baia* é a relativa autonomia referente ao “modo” como se trabalha. Ou seja, cada *baia* específica estabelece como irá comercializar a droga. Na Praça 2 onde encontrei o maior volume de trabalho no *corre* efetuado nas *baias*, há uma travessa inteira onde a venda se dá por cima dos muros das casas. Algumas têm até espaços abertos (tipo um orifício) nos muros a qual a pessoa do outro lado, consegue visualizar o movimento de pessoas na travessa ou alameda, bem como, aqueles que chegam para comprar ou trocar algo nos pontos ou na biqueira.

Há outras *baias* que tem uma espécie de códigos (diversos) aos quais seus frequentadores conhecem e compartilham. As mulheres estabelecem, por exemplo, colocar um tecido “de uma cor específica” em uma janela pendurado ou em outro cômodo da *baia*. Onde de longe os chamados clientes e outras (os) *vileir@s* reconhecem o significado de tal simbolização. Há ainda, estratégias e formas de trabalhos um pouco menos rudimentares, ligadas a iluminação das *baias*. Estas possuem bem em cima da porta frontal uma lâmpada que em alguns momentos estão acesas outras estão apagadas. Tais lâmpadas ainda possuem cores verde e vermelha. Elas servem para sinalizar aos indivíduos de uma forma geral se podem ou não se aproximar para possíveis negociações.

Outro modo de trabalho na *baia* realizado por estas mulheres bastante singular. Foi o que encontrei agora não mais na Praça 2 e sim na 5. Ao especificar o modo como se criava uma melhor maneira de se proteger e não dar “vacilo”, no caso de expor o seu rosto e corpo durante o trabalho na madrugada. Vitória, uma *mina do corre* negra, com 4 filhos vivos e um aborto por apanhar da polícia também pela sua “cor” em uma emboscada como ela conta emocionada, faz questão de enfatizar a importância de se proteger durante o exercício de seu trabalho. Mesmo trabalhando na *baia* ela diz ter a necessidade de criar estratégias para desenvolver as habilidades para este trabalho. E repete a mesma frase que escutei muitas vezes em campo “tem que saber trabalhar”. (Vitória, entrevista 06/03/15).

Esta *mina do corre*, destaca com orgulho que não depende de ninguém, muito menos de “homem nenhum”, que segundo ela não tem boas lembranças. Vitória passou pelo sistema prisional por duas vezes e teve sua filha caçula ainda quando estava presa. Diante das inúmeras dificuldades de inserção ela elenca a necessidade de sobrevivência e o “conhecimento” do trabalho no comércio de drogas como apontamentos para se manter dentro desta atividade. Ela trabalha somente no período noturno. E mantém uma “criativa” forma de trabalhar com a entrega do produto no varejo.

Para entender melhor lhe pedi que descrevesse como é uma noite de venda na Baía na qual ela trabalha. Posteriormente, em outras oportunidades eu mesma observei o que é fato narrado por ela no dia da entrevista. O denominado “cliente” se aproxima da baía, geralmente ele ou ela caminham a passos lentos.

Os carros são geralmente deixados na Praça, um ou outro se arrisca a entrar na travessa de carro. Entrar de carro é altamente arriscado por não conhecerem o veículo e por questão de visibilidade ou ainda de saber quem dirige o veículo. Geralmente as vendas nas *baias* em período noturno se dão no “corpo a corpo”, ou seja, quem quer comprar tem que chegar e se anunciar.

O anúncio é realizado usualmente através de assobio, ou um toque com algum objeto no portão que emita algum som. Logo a *mina do corre* sai na janela estreita do sótão (assim como é chamada a parte de cima das casas na Vila), e ali se professa um diálogo de venda ou troca. Assim, que a quantidade é acordada. Ela joga uma cordinha do sótão que está presa em um ponto no quintal da casa. A corda tem um peso (que faz com que ela deslize de um ponto ao outro com facilidade) na ponta e um grampo (pregador) de roupas, que serve para prender. Ali o “cliente” coloca o dinheiro e joga de novo a corda para dentro e a *mina do corre* do outro lá de cima no sótão da casa puxa a

corda. No mesmo local ela prende as “buchas” e envia novamente a corda que é pega pelo (a) “cliente” em frente a casa do lado de fora do muro. O (a) cliente pega as buchas e esconde rapidamente na mão ou enfia em algum bolso ou bolsa e segue andando pela rua. Essa cena se repete muitas vezes durante as noites na *baia* em que Vitória trabalha.

Deste modo, ela não fica próxima, digo, “seu corpo físico” do (da) cliente na efetivação da compra. Isto, evita uma possível desavença/conflito que possa haver durante as transações financeiras que resultem em algum perigo de ordem física.

Evitando através desta estratégia adotada para a comercialização uma exposição e/ou risco de suas vidas ainda maior como as que vendem diretamente nos portões das baias, ou nos muros delas.

Assim, também fica mais protegida caso apareça algum informante da polícia o “cagete”, tentando se passar por “cliente”. Ao perceber a presença destas pessoas, durante a madrugada simplesmente elas não atendem o chamado. Olham primeiro, por um orifício criado justamente para isso, já que muitos sótãos ainda são de madeiras ou mesmo pelo canto da janela e caso a pessoa não seja de “confiança”, conhecida ou não esteja acompanhada por alguém que as *minas do corre* confiem, simplesmente não atendem e esperam a pessoa cansar de assobiar, e ir embora desistindo da compra.

Também é fato constitutivo do trabalho realizado nas *baias* o maior número de transações de troca que correspondem a uma das faces da lógica do corre que se não se assemelha ao mercado formal/informal de trabalho nas sociedades contemporâneas. Como apresentado no terceiro capítulo estas trocas realizadas no comércio de drogas são bastante diversas em relação ao gênero de objetos que são trocados. Há clientes que chegam oferecendo objetos de menor valor como roupas, calçados, bolsas, gêneros alimentícios, de higiene e limpeza, brinquedos, bicicletas até mesmo eletrodomésticos, eletrônicos (onde o celular é disparado o item que mais aparece), armas, instrumentos musicais e veículos: motos e carros.

Durante as noites na observação em campo dos trabalhos realizados. Identifiquei que o volume de ligas que aparecem solicitando a “troca” durante o período noturno nas *baias* aumenta consideravelmente. É também a noite que as “penhoras” ocorrem com maior frequência. A penhora é o ato que se efetua a retirada de uma quantia (valor em espécie-dinheiro) em buchas e em troca se deixa um objeto. Caso essa quantia previamente acordada não seja paga dentro do prazo estabelecido no ato da negociação a *mina do corre* deixa de ter obrigatoriedade de devolução do bem e pode revendê-lo ou ficar para si caso seja do seu interesse o bem (objeto) empenhorado, estes são de uma

diversidade grande como já mencionado desde eletrônicos até alimentos só para mencionar alguns exemplos.

Outra relação de troca a qual merece destaque foi a de serviços em troca da droga. Assim, a pessoa oferecia na liga algo que pudesse interessar *a mina do corre* como a exemplo: serviços de salão de beleza como cortes e pinturas de cabelos, massagens, manicure e pedicure, diárias de limpeza nas *baias*, a instalação de canais de televisão fechadas “piratas”, serviços referentes ao cuidado de crianças, entre muitas outras variedades.

Ao verificarmos todas essas dinâmicas de trocas ocorridas no *corre* é importante ressaltar que estas não são práticas sociais específicas realizadas somente pelas mulheres e tão pouco só ocorrem no trabalho realizado nas *baias*. Ao descrevê-las objetivei salientar que neste ambiente, ou seja, é nelas que denota-se um maior volume de ocorrência de tais práticas. Neste sentido cabe indagar o que levaria este fato ocorrer?

A primeira hipótese é que ao se dirigir a uma *baia* para se realizar a troca o “cliente” vislumbre a vantagem de um saber prévio a respeito daquele com quem negocia. Outro fator é que assim que o período noturno avança a frequência e o uso do produto que é vendido ou trocado no caso a droga aumente. Aqui deve-se considerar que é neste período que se realizam o maior número de eventos comemorativos como: festas, churrascos, encontros de amigos e familiares entre outros.

A outra hipótese é que existe uma relativa autonomia para o trabalho realizado nas *baias*. Como foi descrito acima à forma de trabalho é decidida por cada *mina* que decide como deve realizá-la de forma específica em suas casas *baias*, bem como, como negociam, vendem e trocam seus produtos. Entretanto, há normatizações gerais digamos assim que todas elas seguem independente da localização geográfica da *baia* na Vila.

Neste sentido, pode ser desde um acordo para que não se venda ou faça qualquer tipo de comércio em um dia específico porventura de algum fenômeno social reconhecidamente importante: como um velório/funeral de alguém importante para o movimento, ou de ordem afetiva que provoque alguma espécie de comoção compartilhada, ou uma festa expandida como a do aniversário da Vila. Ou ainda, como uma espécie de combinados aos quais elas seguem por tradição, devido ao longo dos anos terem se mantido e conquistado uma espécie de “norma consolidada”. Em relação a estes fenômenos sigo discorrendo para uma melhor compreensão.

Em ocasião dos trabalhos de campo Ana com seus 50 anos como ela gosta de mencionar “bem vividos”, viúva e com agora somente três dos cinco filhos que teve estão vivos. É uma das mais experientes em relação aos trabalhos no *corre* e porventura uma das que menos apresentou receio em falar abertamente sem muitos rodeios a cerca do que fazia pode elucidar estas questões. Ela uma *mina do corre* que trabalha em uma *baia*, diz que apesar de que “não deve nada a ninguém”, para o bem andamento dos trabalhos todos devem “correr pelo certo”, aí as coisas permanecem no lugar.

Ana menciona que quando morre alguém que representa importância para o movimento a primeira atitude é avisar os companheiros. Geralmente se faz isso de uma maneira que se apresenta eficaz em toda a Vila, através do acionamento de fogos de artifícios. Os fogos são utilizados tanto como meio de comunicação, como o de comemoração quando morre algum rival de uma Praça ou outra. Neste momento pergunto por que não se utiliza meios como mensagens de celular para esta comunicação. Rapidamente ela olha com espanto e reprovação e dá até sorrisinho sarcástico como quem diz: “essa aí não sabe nada”. E logo emenda uma resposta que justifica a não utilização deste meio de comunicação, tanto pela possível interceptação dos aparelhos pela polícia ou grupos rivais de comércio de droga, mas também pela significação do “ato” ou seja, a noção de que a importância da morte deve ser comunicada não só ao grupo de pessoas que pertencem ao “movimento”, mas tod@s que de algum modo interagem na dinâmica social na Vila, sobretudo os (as) vileir@s. (Diário de campo, 04/04/2016).

Segue narrando a morte da pequena Mariana que morava em uma das praças pesquisadas, segundo Ana, a morte da menina que ficou doente e foi várias vezes a postos de saúde da região e mesmo assim não foi identificado qual era a doença que a criança apresentava levando-a ao falecimento com suspeita da gripe H1N1³⁹. A Mariana tinha apenas 7 anos, e uma grande parcela da população na Vila se revoltaram contra os postos de saúde que “atende de qualquer jeito” diz ela. (Diário de campo, 04/04/2016).

Diferentemente dos dois fatos anteriores que esboçam reações coletivas frente a fenômenos relacionados a morte o outro é narrado por ela é um dia de festa. O aniversário da Vila é comemorado pelos (as) vileir@s. Muitos deles (as) tem orgulho da

³⁹ Gripe em humanos, Influenza A subtipo H1N1, também conhecido como A (H1N1), é um subtipo de Influenzavirus A e a causa mais comum da influenza. Ver mais Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.bol.com.br/doencas/gripe-h1n1>> Acesso em 16/03/2018.

Vila e estimam em contar histórias que narram coisas bizarras sobre a fundação e os primeiros anos na Vila. Neste dia, geralmente recebemos visitas de autoridades e “chove” de polícia (no sentido do aumento do número de efetivo policial em razão dos eventos comemorativos).

Esses fatos narrados por Ana servem de fundamentação para exemplificar os aspectos que permeiam as construções de uma normatividade elementar de caráter geral. Em função da morte, comoção, comemoração, criarem nestes casos específicos elementos que justificam o compartilhamento de valores “morais” coletivos para o grupo social que se reconhece pertencente ao “movimento”. Assim, diante de fatos como estes, se determina o interdito do comércio de drogas na Vila. Este não se realiza, geralmente por parte do dia e às vezes da noite também. A ordem é de suspensão. Mas o mais interessante é que tal suspensão, não é proferida por um (a) líder, é algo que brota da coletividade. Uma vai falando para a outra e é assim que se propõem manter uma decisão. É como se diz: “a notícia sobre a suspensão corre na vila”.

As redes que se formam em torno do comércio de drogas no cotidiano da vila, se consolidam sem dúvida a partir de práticas sociais que foram desenvolvidas ao longo dos anos de história do núcleo habitacional. As experiências de cada mulher envolvida nesta atividade são também frutos dessa rede relacional. Assim, cada tarefa desenvolvida no trabalho realizado por uma *mina do corre* é aprendida a partir de uma práxis concreta. É olhando e experienciando o que é cortar a droga que se aprende a fazer o corte, a melhor maneira, a que despedaça mais ou menos. O que quero dizer que sem a experiência da ação não há o aprendizado do ofício neste trabalho. Parto desta ideia, por entender, por exemplo, que não há uma teoria escrita de como se faz uma bucha para a venda ou troca no varejo do comércio na Vila, o que existe é a experiência e ela é ensinada e mais do que isso ela é apreendida.

De fato, essas experiências são efetuadas sob circunstâncias que não se transmitem sem a concretude trazida através da convivência e partilha de vidas (do) e no cotidiano. Assim, as experiências aqui relatadas são elementos singulares, que compõem as maneiras como estas mulheres se reconhecem a partir de um lugar. E este lugar se remete a ideia de posição de sujeito a qual muda quando consideradas as atividades por elas desenvolvidas no *corre*. Com isso, é relevante a moral nativa que tece o “correndo junto”, nas agências realizadas pelas mulheres, sobretudo, permeando as categorias do “ser” *parça*, *minas do corre*, *minas do corre- usuárias*, e ainda, os marcadores distintivos dos trabalhos na rua e na *baia*, que são construídos a partir do cuidado como

elemento fundante de relações de poder e gênero, que produzem e reproduzem-se no dia-a-dia destas mulheres moradoras de uma Vila periférica da capital paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de mulheres no comércio de drogas foi proposto neste estudo como objetivo de pesquisa vislumbrando contribuir para produções e análises teóricas acadêmicas a respeito das temáticas circunscritas pelo trabalho, estudos de gênero, cuidado e o comércio de drogas.

Assim, inicialmente buscou-se analisar a partir das experiências vividas pelas *minas do corre*, como estas realizam suas leituras explicativas da categoria do “ser traficante”, como delimitam seus discursos, seu lugar social e familiar, seu trabalho.

A partir disto, se objetivou compreender de que maneira essas mulheres trabalhadoras – *minas do corre* tecem seus agenciamentos, bem como, suas estratégias de sobrevivência ao realizarem atividades ligadas aos trabalhos no mercado da droga na Vila Nossa Senhora da Luz em Curitiba-Pr. E posteriormente com o decorrer das pesquisas verificou-se a necessidade de entender como se estabelece através das práticas sociais ocorridas no trabalho no comércio de drogas a inclusão e exclusão econômica, social e cultural a partir das lógicas do *corre*, que se difere da capitalista no âmbito mercadológico.

Nesta perspectiva o uso do termo comércio ao longo deste debate se contrapondo ao termo tráfico segue na tentativa de ilustrar a complexidade e a interseccionalidade das relações sociais ocorridas diante da realidade estudada numa Vila periférica de Curitiba.

É importante enfatizar que o termo “comércio” adquire significações multifacetadas nas agências realizadas por mulheres que gestão suas vidas a partir do trabalho que envolve a venda, circulação e troca de um produto, cuja sua comercialização se encontra circunscrita em um aparato ilegal sob o ponto de vista jurídico.

Com efeito, é sabido que as discussões e produções teóricas de um modo geral acerca do tema se reportam a expressão “tráfico de drogas” como algo inteligível encontrado dentro de uma “caixinha engessada” denominada estrategicamente como um “problema social” nas sociedades contemporâneas. Tal fato, é passível da falta de questionamentos e poucas problematizações fecundas a respeito do modo como se pensa e se produz análises de cunhos acadêmicos, investigativos-científicos a respeito do chamado “mundo das drogas”, resultando em grandes lacunas a serem exploradas pelas Ciências Sociais.

A visão generalista em que toda transação, ação de troca que envolva a droga, pode ser automaticamente enquadrada como “tráfico” torna-se reducionista e generalizante, agregando ainda a falta de contextualização a qual essas representações são construídas não de forma despropositada.

Isto posto, é importante salientar que a concepção do termo “droga” nesta pesquisa se referiu a substâncias que mudam o estado físico e psíquico de uma pessoa. Porém, não deixando de questionar a concepção pejorativa dada pelo “senso comum” e atribuída de forma associativa a determinados produtos e a estes as referências circunscritas a determinados: sujeitos, classes sociais, grupos étnico-raciais. Com isso, deixando uma série de substâncias fora das listas de representações do que seja “droga” para reduzir de um modo geral a menção restrita a “maconha, cocaína e ao crack” este último indiscutivelmente generalizado como a “droga dos pobres”.

É diante deste contexto que a Vila Nossa Senhora da Luz toma corpo como um importante local “campo” que nortearam os questionamentos disparadores deste estudo. O local tem sua história denominada como primeiro Núcleo Habitacional da COHAB-CT em Curitiba. E os (as) vileir@s – gerações de sujeitos que possuem o sentimento de “pertencimento” ao lugar “Vila” constroem as suas vidas diante deste legado: uma proposta de moradia popular para a população pobre da capital paranaense no final dos anos 60. Sem dúvida sob a sentença de terem parte de suas histórias associadas ao comércio de drogas ocorrido na Vila há mais de 40 anos e a ele agregado representações de violência urbana.

As pesquisas realizadas na Vila Nossa Senhora da Luz que está localizada a sudoeste da cidade nos limites entre a Curitiba e o Município de Araucária (cidade da região metropolitana da capital paranaense), nos fornecem possibilidades de construir problematizações se utilizando de teorias sociológicas que partem da contextualização do local para pensar as generalizações teóricas produzidas, sobretudo, a respeito do trabalho de mulheres cuja o produto comercializado são as “drogas”.

Neste sentido, as histórias de vida destas mulheres “vileir@s”, denominadas de modo nativo como *minas do corre* são elementos que permitem vislumbrar e sublinham os pontos que objetivei discutir como já mencionado, para pensar nas agências por elas instituídas em seus trabalhos, bem como, os fatores que permeiam e desencadeiam importantes modos de sobrevivências a partir destas agências.

Para analisar a respeito da problemática proposta foi necessário analisar “quem são essas mulheres”? De modo que isto foi alvo de muitas indagações, sob as

perspectivas de não reduzir a complexidade do objeto fluído e das posicionalidades de sujeitos às quais pude identificar e observar no campo.

A proposta de investigação foi realizar uma etnografia na Vila, vislumbrando as atividades de trabalhos no comércio de drogas realizados pelas “minas do corre”. Foi através de dados produzidos em campo que pude constatar que se há um perfil possível que represente essas mulheres ele não ganha significado a partir da ideia restrita de “mulheres traficantes”. E mais, que estes possíveis “perfis” construídos vêm se modificando ao longo do tempo. Tal modificação não atinge só as mulheres, mas as pessoas que vivem das transações de troca, circulação e vendas realizadas em torno do mercado da droga na Vila.

Dados a respeito das demandas de drogas e recentes tendências no Relatório anual sobre as drogas da ONU - Organização das Nações Unidas, apontam entre outros os jovens meninos de 15 a 25 anos como uma categoria com maior propensão ao envolvimento no “mundo das drogas”, bem como, a cooptação para trabalhos neste crescente “mercado” na América. Entretanto, este fato não reflete a realidade referente aos perfis encontrados nas atividades realizadas pelas mulheres na Vila. Haja vista, as mulheres que participaram deste estudo, somente duas estão na faixa etária de idade apontada no relatório que além desta informação apresenta uma análise que buscou associar um estado de “vulnerabilidade” socioeconômica e institucional a criminalização.

Posto isto, é importante trazer para o debate a ideia de que a especificidade do contexto estudado traz possíveis novas trilhas de estudos. Diante da caracterização da observação de distintas frentes de trabalho que constituem as atividades no comércio de drogas. Neste sentido, o trabalho na “rua” e o trabalho na *baia*, atrairiam mulheres com diferentes objetivos e trajetórias específicas em cada ambiente, as quais as transações de trocas e vendas da droga ocorreriam.

As *minas do corre* mais jovens ou iniciantes nas atividades que envolvem o comércio de drogas trabalham em maior número nas ruas. A grande maioria por não terem alternativas é ali num pequeno espaço público, denominados por ela como “ponto” que pode ser traduzido como: esquina, ponto de ônibus, banco de praça, ao lado de uma árvore qualquer, que criam suas estratégias e desenvolvem as atividades as quais elas denominam como “um trabalho”. São estas jovens, que também estão mais próximas de sofrerem com os estigmas sociais que carregam pela atividade que

desenvolvem e também das consequências relacionadas a uma possível prisão ou morte no exercício de seus trabalhos.

Assim, são estes perfis de *minas do corre* que confirmam números levantados pelo relatório apresentado pela Secretaria de Justiça trabalho e Direitos Humanos, que apontam certo amadorismo em mulheres que passam pelo sistema prisional recentemente no ano de 2017 no Paraná, onde 86% das mulheres são rés primárias, 68% destas são presas por causa de tráfico de drogas, 45% comercializavam ou transportavam o crack pela primeira vez .

Entretanto, ficam de fora das análises aqui mencionadas – Relatório Anual sobre drogas da ONU e Relatório da Secretaria de Justiça trabalho e Direitos Humanos no Paraná, perfis como os das *minas do corre* as quais pude encontrar em maior número em campo atuando no comércio de drogas nas *baias*. Mulheres, mães, com idades e tempo de exercício de atividades no comércio de drogas já bastante adiantadas. E com duas frentes de inserções que são bastante distintas de análises e estudos de mulheres no “tráfico de drogas” (BARCINSKI, 2009; 2012); (OVINSKI, 2015), estas apontam as relações afetivas de ordem amorosa como principal alavanca de entrada para mulheres nas atividades dos trabalhos no mercado da droga. Ao passo que a prisão ou morte do companheiro designaria a “porta de entrada” com maior contundência para as mulheres.

No entanto, se contrapondo a estes estudos apresentados as *minas do corre*, minhas interlocutoras não se limitam a esta “porta de entrada” (se referindo aos meios de inserção) ao destacarem em suas constituições subjetivas como se reconhecem a partir da concepção de “mulheres trabalhadoras” fazem questão de informar, com isto, suas posicionalidades de sujeitos no mercado da droga na Vila, tendo como principais elementos de entradas as relações familiares e as redes de sociabilidades locais.

Neste sentido, as relações familiares às quais as *minas do corre* se constituem, significam, e fazem a compreensão de suas realidades de vida são elementos que perpassam pelos processos de socializações as quais estas mulheres experenciam no decorrer de suas trajetórias.

É perceptível o elemento geracional, na observação em campo. Ou seja, há mulheres que se tornam *minas do corre* porque simplesmente aprendem a ser uma *mina do corre* com sua avó, tia, mãe ou irmã, bem como, significam o seu trabalho no comércio de drogas não como algo “natural”, mas como algo permitido moralmente e que estabelece um “modus operante” de ser, de se reconhecer no mundo, de agenciar nele, de criar estratégias para desenvolver o seu trabalho, para se “profissionalizar” e

aspirar ascender em termos de posição social em atividades desenvolvidas por elas no *corre*.

Diante disto, há mulheres “jovens” que nunca trabalharam na rua, ou seja, não necessariamente passaram por este “rito de passagem”, que exterioriza entre outros elementos o de adquirir (apreender) “o ser e agir” como atributo indispensável para ser reconhecida subjetivamente como uma *mina do corre*. A experiência é a condição característica, vista como necessária para almejar futuramente posições significativas aumentando o “poder” diante de outras *minas do corre* ou vileir@s. Isto é condição no caso do trabalho que é desenvolvido dentro do elemento geracional na *Baia*.

Com isso, tem-se consolidado de antemão uma espécie de “status” adquirido pela tradição familiar. São estas mulheres de segunda ou terceira geração de famílias que participam do “movimento”, que tendem a desenvolver habilidades como: liderança, poder decisório, e a exercer “cargos” no *corre* com maiores responsabilidades e lucratividade como as viagens e as transações de drogas no “peso”.

Outro aspecto de inserção de mulheres no *corre* que de maneira notável teve destaque foram as redes de sociabilidades locais. Neste sentido, o cuidado com os “outros” (as) assume uma dimensão relevante. Uma *mina do corre* tem sua inserção através das redes de sociabilidades somente em casos em que estas participam de algum modo das redes de trocas que são instituídas a partir de laços de sociabilidades gestados na comunidade. Aqui a reciprocidade é algo evidente. O rito de passagem para esta entrada se dá pelo convite e apresentação de uma *mina* que em geral já contribui e carrega incutido em seu sujeito subjetivamente o pertencimento e o reconhecimento da vizinhança. Diante disto, o comércio de drogas segue sendo visto a partir de um paradoxo: por um lado constrói laços sociais e por outro rompe e desestabiliza outros.

Assim, ao longo do histórico das experiências a este respeito encontradas em campo é perceptível que o futebol, o samba, as festas de famílias não deixaram de existir com o desenvolvimento econômico, cultural e social do núcleo habitacional que cresceu em número de coabitações e população hoje está próximo dos 20 mil moradores. Tais elementos, sem dúvida coexistem e disputam o poder com outras redes de sociabilidades dentre elas o comércio de drogas na Vila.

Portanto, as intervenções coletivas realizadas por meio de instituições como: os das escolas localizadas na Vila, da associação do bairro, do centro social da comunidade católica presente na Praça Central que desenvolvem incentivos as práticas de esportes, aulas no contra turno de língua portuguesa e matemática, oficinas e cursos promovidos

pelo CRAS – Centro de Referências de Assistência Social. Estas atividades vislumbram o aperfeiçoamento profissional, bem como, projetos como o “tamojunto” idealizado a partir de parcerias entre as Secretarias Municipais da Educação e Saúde e que visam debater a importância da prevenção e a conscientização à respeito das drogas, todos esses pontos multiplicadores de ações gestam e consolidam novos laços de sociabilidades.

Diante disto, esses pontos seguem coexistindo e disputando espaços no cotidiano da Vila que de antemão possuem já estabelecidos através das redes de proteção “o lugar” e os laços sociais produzidos pelas redes de sociabilidades constituídas através do comércio de drogas. Assim, é possível encontrar jovens e adolescentes que participam da escolinha de futebol, ou dos cursos de aperfeiçoamentos profissionais, que tem suas casas mantidas e geridas com a renda do trabalho de suas mães, avós, tias no comércio de drogas e muitos conseguem as vagas nestas atividades, programas justamente por serem filhas (os), ou seja, terem algum parentesco ou ligação no caso das (os) “chegadas (os)” que os associa a uma *mina do corre*.

Aprofundando o que já foi mencionado outra análise associada às redes de sociabilidades locais, tem como ponto de partida a questão do “cuidado” e como este permeia as práticas sociais das (os) vileir@s ao assumir um lugar de importante destaque como o elemento característico e que constituem as faces das agências realizadas pelas *minas do corre* não somente enquanto trabalham, mas sobretudo em seus cotidianos. Isso implica em deslocar o seu valor social, cultural e econômico de análises circunscritas ao âmbito privado, para provocar uma necessária problematização no sentido de novas compreensões a seu respeito, em virtude de explicitarem marcadores de gênero, raciais, sexuais, emocionais e, sobretudo afetivos vinculados ao feminino.

Neste sentido, é interessante indagar-se a respeito do cuidado sob a trilha apontada por TAMANINI (2018) “[...] como uma forma de trabalho, de relação e de epistemologia que é circunscrita ao lugar dos que não têm direito...[...]. Desta forma, as *minas do corre* diante deste “lugar do cuidado”, criam através das suas redes de sociabilidades sejam elas as de vizinhanças, a dos “chegados”, ou ainda dos grupos de mulheres trabalhadoras que atuam no comércio de drogas, estratégias de sobrevivências que permitem politizar o cuidado para além do ato de “cuidar” e de quem “cuida”, estabelecendo rupturas diante de uma ética moral que não se reproduz na dinâmica social nativa da Vila.

A ação do “cuidar” é um ato valorativo ao qual é incutido nos sujeitos como norma moral que se torna quesito para participar de uma rede de proteção e sociabilidade local, ou seja, cuidar do “outr@” na Vila é questão e estratégia de sobrevivência. Ser uma *mina do corre*, requer cuidar de “outr@s” e também ser cuidada. Isto resulta também em relações de poder. Diante do fato, de que ao se demonstrar que se importa com aquelas (es) com quem convivem, é olhado por *outrem* como merecedora “digna” de ser cuidada. Neste aspecto o cuidado assume a dimensão da “dádiva”, no sentido de um “bem” trocado.

Assim, a posição social mensurada a partir de relações de poder perpassam entre outros elementos então por esta face do “cuidado” na agência de uma *mina do corre*. Com isso, é fato que a mobilidade e o trânsito no mercado da droga são costurados por estas mulheres para além do trabalho no *corre*. Provocando a ruptura de um pensamento e análises fundamentadas somente na lógica meramente capitalista dos mercados de trabalhos contemporâneos.

No entanto, tais afirmações servem de suporte para análises que almejam compreender a divisão sexual do trabalho para além dos mercados ditos “formais” ou ainda “informais” do mundo do trabalho. O *corre* ilustra outras perspectivas possíveis de observação. As mulheres interlocutoras desta pesquisa ao desenvolverem estratégias para agenciar dentro de um campo tenso e conflituoso que é o comércio de drogas driblam a ideia de um pensamento dicotômico a qual se constrói “performando” corpos e discursos de sujeitos.

Assim, dizer quais atividades podem ou não serem realizadas por uma *mina do corre* em seu trabalho no mercado da droga, não está restrito a questão do ser “mulher” no sentido essencializado como características tradicionalmente postas sobre o feminino. Na observação em campo, foi possível identificar que tais divisões não se reproduzem pela lógica da força física, corporal ou sexo biológico. Outras dinâmicas, elaboram e reelaboram as divisões de tarefas. Estas se constituem através de saberes e habilidades que perpassam pela arte da negociação, estratégias de comunicação, conquista da “moralidade” e a manutenção da tradição de um legado familiar.

Diante deste fato, é perceptível que em situações que são necessárias tanto nas questões referentes aos órgãos diretamente responsáveis pela manutenção da segurança pública na base no caso as polícias (militar, civil) ou ainda na execução das atividades de venda, troca ou transporte da droga as mulheres demonstram a importância de se especializarem e desenvolverem os saberes e habilidades mencionados. As “minas do

corre” que trabalham na rua, ainda relatam a necessidade de se passar por este “lugar de trabalho” a “rua” diante da concepção delas um “rito de passagem” que é valorizado em suas agências que permitem que estas se movimentem, criem e reinventem estratégias em seus cotidianos na Vila.

De modo que buscam, sobretudo em situações de conflitos agir seguindo saberes e acionando alguns destes dispositivos. A arte do “proceder” (chamar para conversa) é algo bastante valorizado no *corre* e tido como virtude “política” necessária para aquelas *minas* que desejam se manter e sobreviver no movimento.

A compreensão da importância de um “saber” nativo, que se reproduz através da expressão proferida pelas *minas* “tem que saber trabalhar” ao significarem o que “fazem” em campo, diante de suas experiências a respeito da existência de uma ética de trabalho ou ainda dos códigos de honras que regem as atividades realizadas por ela foi profícuo para esta compreensão estabelecer as fronteiras analíticas entre o que foi designado como uma *mina do corre* que é tida como mulher trabalhadora e a que é designada como usuária.

Diante do ponto de vista da designação do termo “droga” como algo socialmente construído e resgatando a ideia de que o crack é concebido como a “droga dos pobres”, algo também presente nos discursos das *vileir@s*. É fato que tal concepção é um elemento gerador de marcas distintivas, que se consolidam com o tecimento de fronteiras demarcadas no trabalho de comércio de drogas.

Há uma divisão, portanto, entre as (os) que somente trabalham exercendo alguma atividade referente ao mercado da droga e as que também comercializam o produto e o consomem. A droga a qual encontrei com maior uso em campo neste sentido foi o crack. O consumo gera um marcador de caráter negativo sobre o indivíduo. É algo repudiado na “moral nativa”. Ao passo que o comércio do mesmo produto não. Tal fato pode nos apontar uma importante pista em relação ao cuidado como uma vertente para compreender este fenômeno. Ao passo que uma *mina do corre* – usuária em suas agências em algumas circunstâncias não se condiciona as normatizações estabelecidas pelas redes de sociabilidades locais. Deste modo, deixa de valorizar o cuidado como elemento fundante das mesmas. O ser *parça*, ou seja, os laços sociais, inclusive de ordem moral são rompidos.

Assim, como fazer com que uma *mina do corre* – usuária, reflita a respeito de suas atividades e atribua significados a ela considerando os limites de ordem psicológicas e/ou emocionais, bem como, físicas, de seus discursos ou ainda, o medo de

estar presente diante das *minas do corre* – usuária, ciente de que que a rotina inusitada poderia mudar a qualquer instante, somado ao desafio de estabelecer os laços sociais de confiança necessários para que a pesquisa pudesse avançar, foram os passos dados com muitos percalços enfrentados em campo.

Diante disto, é perceptível que as *minas do corre* – usuárias, não apresentam pretensão de carreira no *corre*, não apresentam desejos que permeiam relações de ocupar uma elevada posição nesta rede de comércio, tão pouco mantem algumas práticas sociais que são características das *minas do corre* que trabalham nas *baias* “o cuidado de si” e o “cuidado com as (os) outras (as)”, neste sentido é a não valorização, ou seja, (in)significado atribuído a maternidade por elas é um bom exemplo.

Por fim, muitas lacunas seguem inexploradas e não se esgotam nesta investigação. Não pude observar as questões de relações conjugais, só uma *mina do corre* das entrevistadas afirma ter um relacionamento afetivo estável e conviver com o pai de seus filhos. Outra questão foram as relações e interações sociais entre as *minas do corre* e os “caras” diante do trabalho no *corre* possíveis disputas nas relações de poder. Os “caras” homens que trabalham no comércio de drogas na Vila, em muitas situações foram facilitadores e colaboraram com algum ponto na pesquisa, fornecendo informações e/ou contatos de pessoas que pudessem servir como entrevistadas, relatos pessoais, convites para participarem de algum evento social, festas, almoços, churrascos no parquinho (praça), entre outros. Entretanto, não eram o alvo principal deste estudo. Porém, o material produzido neste aspecto como os relatos que tecem o diário de campo apontam possíveis continuidades a respeito do tema.

Diante de discursos proferidos: “Aqui só tem gente pobre”, “Traficante é quem traz o carregamento”, “O corre é o meu trabalho” tecidas por estas mulheres trabalhadoras objetos desta análise é perceptível a construção de uma posição de sujeito ao qual o “lugar” de ser mulher vileir@ é também um elemento estruturante do ser uma “*mina do corre*” e que ao se reconhecerem como tal, experenciam desejos, escolhas e agenciamentos. Com isso, estabelecem e reinventam novas lógicas de sobrevivências que não sucumbem diante do mercado formal globalizado de trabalho, “desacomodando o que esta acomodado” e nos fornecendo pistas de que se é possível existir fora dele, sem que isso signifique uma condenação, sobretudo de ordem moral.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.
- ANIBAL, Felipe. Honre conclui inquérito do assassinato de sobrinho de “Evinha do pó”. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 14 jul 2011. Caderno vida e cidadania. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/honre-conclui-inquerito-do-assassinato-de-sobrinho-de-evinha-do-po-bvc4warol5f6zlk67k7drgu>>. Acesso em: 01 mar 2017.
- BANDNEWS. JORNAL ON-LINE. Disponível em: <http://bandnewsfmcuritiba.com/trafico-dedrogas-aumenta-quase-14-no-parana/>>. Acesso 21 mar 2018
- BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**. São Leopoldo, v.5, n.1, p. 52-61, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v5n1/v5n1a07.pdf>>. Acesso em: 01 mai 2017.
- _____. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciência & saúde coletiva**, v.14, n.5, p.1843-1853, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n5/26.pdf>>. Acesso em: 01 mai 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.
- _____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECKER. Howard. **Outsiders**. Estudo da sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. O camponês e o seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR:PPRPPG/SCHLA, n.26, p. 83 - 92, 2006.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Relatório nacional sobre população penitenciária feminina, 2015. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/noticias/governo-divulga-primeiro-relatorio-nacional-sobre-a-populacao-penitenciaria-feminina-do-pais>>. Acesso em : 10/ 07/2017.
- BRASIL. Decreto nº 79.388, de 14 de março de 1977. Promulga sobre a convenção sobre substâncias psicotrópicas de 1971. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 mar. 1977. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/legis/decretos/4613_2003.htm>. Acesso em: 04 abr 2017
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho como linguagem: O gênero do trabalho. In: Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (org^{as}). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992 p. 193 – 206;
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. São Paulo. Novos Estudos, 1997.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e método em Pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1980. p. 87-121.
- COUTO, Patrícia de A.B. Ritual de iniciação: quando o campo evoca o próprio objeto. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. (Org^{as}). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p.307-330.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

CRUZ, Azul. **Relatório anual sobre as drogas da ONU – 2017**. Disponível em: <http://www.cruzazul.org.br/artigo/50/relatorio-anual-sobre-drogas-da-onu--2017> Acesso em: 09 fev 2018

DURKHEIM, E. **A divisão social do trabalho social**. São Paulo: Abril, 1973.

DEL OLMO, Rosa. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

DIGGINS, John Patrick. *Max Weber: a política e o espírito da tragédia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999. p. 192-218. (Tradução de Liszt Vieira e Marcus Lessa).

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FEUVRE, Nicky, SOW, Fatou (dir.). **Le sexe de la mondialization: Genre, classe, race et nouvelle division du travail**. Paris: SciencesPo, 2010. p. 27- 42.

FERNANDES LOPES, Regina Maria; DE MELLO, Daniela Canazaro e DE LIMA ARGIMON, Irani I. Mulheres encarceradas e fatores associados a drogas e crimes. **Ciências e Cognição**. Porto Alegre, vol. 15, n.2, p. 121-131. 2010. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v15_2/11_121-131_m308.pdf>. Acesso em: 20 mai 2017.

FERNANDES, Waleiska. População carcerária feminina aumentos 567% em 15 anos no Brasil. **Conselho Nacional de Justiça**, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80853-populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil>>. Acesso em: 10 jul 2017.

IORE, Maurício. O lugar na questão das drogas: o paradigma proibicionista e alternativas. **Novos estudos-CEBRAP**, São Paulo, n.92, p. 9-21, mar 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n92/n92a02.pdf>> Acesso em: 28 ago 2017.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso, não é um caso. **Revista Brasileira de Educação**. Porto Alegre, n.10, jan/abr.1999. Disponível em: < http://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_10.pdf> Acesso em: 30 abr 2017.

_____. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GRILLO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.127-148. 2008. Disponível em: <<https://revista.ufrj/index.php/article/view/7137>>. Acesso em:10/05/2017.

GUIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. **Trabalho Flexível, empregos precários**. São Paulo: Universidades do Estado de São Paulo, 2009 [p.123-142].

GUIZARDI, Menara Lube. Estereótipos, identidades, y nichos económicos de las migrantes brasileñas en MADRID. *Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH,CCE, v.21, n.1, p.167-190, 2013. Disponível: www.scielo.br/ref e www.portalfeminista.ufsc.br

HAICAULT, Monique; COMBES, Daniele. Produção e reprodução. Relações sociais de sexo e de classes. In: VVAA. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 23 - 43

HARAWAY. Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.22, p.201-246, 2004.

HIRATA, Helena; FALQUET, Jules, KERGOAT, Danièle, LABARI, Brahim, LE MADALOZZO, Regina, MARTINS, Ricardo, SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres tem condições iguais? **Estudos Feministas**. Florianópolis, CCE/CFH/UFSC, vol. 18, n. 2, p. 547- 566, 2010. Disponível em: www.scielo.br/ref e portalfeminista.ufsc.br.

_____, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada In: KERGOAT, Daniele. Em Defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: VVAA. **O Sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987. p. 79 – 93;

KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

_____,KERGOAT. Daniele. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In: **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KLEINMAN, A., EISENBERG, L., GOOD, B. **Culture, illness and care**: clinical lessons from anthropologic and cross-cultural research. In: Ann. Int. Med., v.88, n.2, p.251-8, 1978.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. Curitiba em bairros. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br> > Acesso em: 05 abr 2017.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: BUARQUE, Holanda de (Org^a). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.p.206-242.

LINJARDI. Luciane G. S., OLIVEIRA. Tito Carlos M. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Revista do Centro de Educação e Letras**, Unoeste, v.15, n.02, p.70-95.2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/8763>>. Acesso em: 10 mai 2017.

LOBO, Elizabeth Souza. As operárias, o sindicato e o discurso sociológico. In: **Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: brasiliense, 1991. p. 115 -142.

_____. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: brasiliense, 1991. p. 193 - 206.

LOMBARDO, Andrea. Morre o filho da traficante Evinha. **Jornal Folha de Londrina**, Londrina, 13 mar 2002. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/cidades/morre-filho-da-trafficante-evinha-386439.html> >. Acesso em 16 jun 2017.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.183-314.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. Hermenêutica – Dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília Souza de; DESLANDES, Suely FERREIRA (Org^a). **Caminhos do pensamento e método**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2003. p. 83-107.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v.21 n.61, p. 139-157, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/en_a10v2161.pdf>. Acesso em: 28 ago 2015.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, núm. 79, 2010, pp. 15-38 Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo, Brasil. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/pdf/673/67315839003.pdf>> Acesso em: 15 dez 2017.

MONTICELI, Thays A. Cuidado e poder: as relações do trabalho doméstico renumerado através da cultura doméstica. In: TAMANINI, Marlene; HEIDEMANN, Francisco G.; VARGAS, Eliane P.; ARAÚJO, Sandro M.C.; (Org.) **O cuidado em cena: seus desafios políticos, teóricos e práticos**. (No prelo), 2018.

OBSERVATÓRIO. Brasileiro de informações sobre drogas. **Anuário das drogas de 2016**. Disponível em <<http://obid.senad.gov.br>. Acesso em 15 mai 2018.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 123 - 147.

OVINSKI, Monica de Camargo Cortina. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia. **Revista Estudos Feministas**. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. vol. 23, n. 3, p. 761-778, 2015.

PARANÁ. Secretaria da justiça, trabalho e direitos humanos. Portal da Transparência Carcerária e Observatório de Políticas sobre Drogas. Disponível em: <<http://www.justica.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=216>>. Acesso em: 10 jul 2017

_____. Secretaria de Segurança Pública. UPS- Unidades Paraná Seguro. Disponível em: . <<http://www.seguranca.pr.gov.br/>>. Acesso em : 04 abr 2017.

PEDRO, J.M e WOLFF, C. S. “Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris”.In: Art Cultura. **Revista de História, Cultura e Artes**. v.9, n. 14, p. 55-69, jan-jun, 2007.

PELÚCIO, Larissa. “No salto” Trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. (Orgs). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p.93-124.

RARUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n. 57, p. 127-208, fev/2005. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a08v2057.pdf>>. Acesso em: 16 set 2016.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS, Vanessa. Mortes e doenças. **Revista Mundo educação on-line**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.bol.com.br/doencas/gripe-h1n1>>. Acesso em: 16 mar 2018.

SCHWANDT, Thomas A. “Interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social”. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SHEERER, Sebastian. “Estabelecendo controle sobre a cocaína (1910/1920)”. In: **Drogas é legal? Um debate autorizado**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynthia, A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revistas de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12 [2]:264, maio-agosto/2004.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: **História das Mulheres, Século XIX**, (Org.) Georges Duby e Michelle Perrot, sob a direção de Arlete Farge e Natalie Zemon Davis, São Paulo: Edições Afrontamento, Ebradil, vol.3, 1994. p. 443-475.

SACKS, Karen. Engels Revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. **A mulher a cultura a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 185 -231

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, 16 (2), 5- 22, jul./dez.1990

STRASSACAPA, Juliana. Francisco, El Hombre. Triste, louca ou Má. Havana, 2016. Disponível em: < /www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE> Acesso em: 20 jun 2018.

TABET, Paola. Las manos, los instrumentos, las armas. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (orga). **El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas** Collete Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p.129.

TAMANINI, Marlene. Para uma epistemologia do cuidado: teorias e políticas. In: TAMANINI, Marlene; HEIDEMANN, Francisco G.; VARGAS, Eliane P.; ARAÚJO, Sandro M.C.; (Org.) **O cuidado em cena: seus desafios políticos, teóricos e práticos**. (No prelo), 2018.

TORNQUIST, Carmem Susana. Vicissitudes da subjetividade: auto-controle, auto-exorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. (Orgs). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p.93-124.

TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alisson M. Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos. 1997. P.186-203.

_____,FISCHER, Berenice. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, E.; NELSON, M. (Eds.). *Circles of care*. Albany/NY.SUNY Press, 1990.p.36-54

TURNER, Victor. **Florestas e símbolos: aspectos do Ritual Ndembu**. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2005.

VELHO, Gilberto. A dimensão cultural e política do mundo das drogas, ZALUAR, Alba (Org.) In: **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 23-30.

WEBER, Marianne. Introdução In: **Weber uma biografia**. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003. p.XI – LXV

WONS, Lucimara. Nosso Bairro: **Cidade Industrial de Curitiba**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Coord._ Curitiba: IPPUC, 2015.

ZALUAR, A. "Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas". CARDOSO, Ruth (org^a.) In: **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p 107-126.

_____. **Condomínio do diabo**: as classes populares e urbanas e a lógica do ferro e do fumo. Rio de Janeiro : Revan: Ed. UFRJ, 1994.

_____. A criminalização das drogas e o reencantamento do mal, ZALUAR, Alba (Org.) In: **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 97-128.

_____. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ZACCONE. Orlando. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ANEXO 1– FOTOS

Foto 1



Foto 2



Foto1: Pista de Skate – Praça Central – Vila Nossa Senhora da Luz

Foto2: Praça 2 – Operação policial – Vila Nossa Senhora da Luz

Fonte: Diário de Campo / Patricia Baptista Guerino

Foto 3



Foto 4



Foto 3: Pista de Skate – Praça Central – Vila Nossa Senhora da Luz

Foto 4: Alameda (divisão de Praças) – Vila Nossa Senhora da Luz

Fonte: Diário de Campo / Patricia Baptista Guerino